CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

NEUSA MARIA PEREIRA: A VOZ E O LUGAR DE UMA INTELECTUAL NEGRA NA RESISTÊNCIA DO JORNAL *VERSUS*.

Italo Jardim de Oliveira Pereira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações-Étnico Raciais (PPRER) do mestrado do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Sockow da Fonseca - CEFET/RJ para obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Carlos da Silva Borges

Rio de Janeiro

Outubro de 2018

NEUSA MARIA PEREIRA: A VOZ E O LUGAR DE UMA INTELECTUAL NEGRA NA RESISTÊNCIA DO JORNAL *VERSUS*.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações-Étnico Raciais (PPRER) do mestrado do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Sockow da Fonseca - CEFET/RJ para obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Italo Jardim de Oliveira Pereira

Banca examinadora:

_____

Presidente, Professor Doutor Roberto Borges da Silva Borges D. Sc. (Orientador).

_____

Prof. Drª. Sonia Beatriz dos Santos

_____

Prof. Dr. Mário Luiz de Souza

Rio de Janeiro

Outubro de 2018

CEFET/RJ – Sistema de Bibliotecas / Biblioteca Central

P436 Pereira, Italo Jardim de Oliveira
Neusa Maria Pereira : a voz e o lugar de uma intelectual negra na resistência do Jornal *Versus* / Italo Jardim de Oliveira Pereira.— 2018.
130f. : il. (algumas color.) ; enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca , 2018.
Bibliografia : f. 116-130
Orientador : Roberto Carlos da Silva Borges

1. Negros – Brasil. 2. Racismo – Brasil. 3. Movimentos sociais – Brasil. 4. Ditadura – Brasil. 5. Feminismo. I. Borges, Roberto Carlos da Silva (Orient.). II. Título.

CDD 305.896081

"A liberdade é uma luta contínua."

(Angela Davis)

RESUMO

Neusa Maria Pereira: A Voz e o lugar de uma intelectual negra na resistência do Jornal *Versus*.

Este trabalho tem o objetivo os artigos de Neusa Maria Pereira Publicados no Jornal Versus, a partir das categorias de Raça/racismo. Com isso, visa contextualizar a conjuntura nacional e a motivação da existência e formação do Jornal Versus, fundado ainda no período da ditatura militar e que foi essencial na luta de resistência contra o regime principalmente no que tange ao movimento negro. Nesse sentido emerge como escritora a figura de Neusa Maria Pereira, importante não somente na luta antirracismo, mas também no que tange a luta da mulher negra e do feminismo negro. Quatro de seus contos serão analisados nessa perspectiva conceitual sobre o racismo e o feminismo para demonstrar o impacto que seu trabalho teve dentro dos movimentos de luta contra o regime. Com a metodologia utilizada para a construção da investigação, desenvolvemos a ampliação da pesquisa bibliográfica e a análise dos textos publicados pela autora Neusa Maria Pereira a partir das categorias Raça/racismo e Feminismo/interseccionalidade. Para tanto, realizamos uma análise documental a partir de todos os artigos assinados por Neusa Maria Pereira do Jornal Versus.

Palavras chave: movimento negro, ditadura militar, feminismo, Jornal Versus.

ABSTRACT

Neusa Maria Pereira: The Voice and Place of a Black Intellectual in the Versus Journal resistence.

This work has the objective of analyzing the articles of Neusa Maria Pereira published in the Journal Versus, in the categories of Race / racism. This work intends to contextualize the national conjuncture and the creation of journal Versus, founded in the period of the military dictatorship and that was essential in the fight and resistance against the military regime specially in what concerns the Black movement. In this scenario emerges as a writer Neusa Maria Pereira, important not only in the fight against racism but also very important for black women and the Black Feminism. Four of her short stories are being analyzed in this work from this conceptual perspective on racism and Feminism to demonstrate the impact that her work had on anti-regime movements. With the methodology used for the construction of this research, we have expanded the bibliographic research and the analysis of the texts published by the author Neusa Maria Pereira starting from the categories of Race / racism and Feminism / intersectionality. To do so, we perform a documentary analysis from all the articles signed by Neusa Maria Pereira published by the Journal Versus.

Keywords: Black movement, military dictatorship, Feminism, Journal Versus.

AGRADECIMENTOS

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho não teria sido possível sem a colaboração, estímulo e empenho de diversas pessoas. Gostaria, por este fato, de expressar toda a minha gratidão e apreço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esta tarefa se tornasse uma realidade. A todos quero manifestar os meus sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar, a minha mãe que tornou esse momento possível e em todos os sentidos me ajudou a chegar até aqui.

A minha familia que contribuiu de todas as formas possíveis para a concretização desse objetivo.

Aos colegas do Curso de Pós-Graduação e Mestrado do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ.

Ao amigo e professor Doutor Bruno Oliveira da UNI-RIO.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Em especial, ao Professor Doutor Roberto Borges, para quem não há agradecimentos que cheguem. A utilidade das suas recomendações e a cordialidade com que sempre me recebeu. Estou grato por ambas e também pela liberdade de ação que me permitiu, que foi decisiva para que este trabalho contribuísse para o meu desenvolvimento pessoal. Como professor foi o expoente máximo, abriu-me horizontes, ensinou-me principalmente a pensar.

SUMÁRIO

Apresentação 07

Introdução 10

1. Raça e Racismo no Brasil 17
2. Feminismo e Interseccionalidade 39

3. Neusa Maria Pereira: vida, obra e escrita de resistência 46
3.1 A imprensa negra 59

4. Os cadernos Negros: espaço de resistência negra 69
4.1 Os Cadernos Negros e a escrita das mulheres negras 72
4.2 Literatura Afro-Brasileira como símbolo de resistência negra 76

5. Versus e Seção Afro-latina América 80
5.1 Análise de textos de Neusa Maria Pereira no Jornal Versus 89

Considerações finais 106

Referências 116

APRESENTAÇÃO

Entre os anos de 1999 e 2000, eu Italo Jardim de Oliveira Pereira, autor deste trabalho atuei como diretor de imprensa da união de Estudantes secundaristas, uma entidade estudantil ligada à União Nacional dos Estudantes (UNE) e à União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Durante esta experiência de representatividade, obtive acesso e contato aos mais variados movimentos sociais, dentre eles o movimento negro, que sempre acabou me chamando muita atenção. Nessa entidade estudantil, havia pouca ou quase nenhuma discussão sobre a questão racial, ainda que a necessidade fosse ajustada ao seu momento atual, pois nesta época, grande parte da base social do movimento era negra e periférica, oriunda de escolas públicas, com pouca representatividade negra nos cargos de direção que compunham a entidade.

Foi nesse sentido que o objeto de estudo se aproximou de mim, ou, na verdade, eu me aproximei dele. A questão racial foi se desenvolvendo juntamente com a questão social. As leituras sobre o marxismo e os debates com o movimento negro e a Universidade, fizeram desse ponto de interseção um debate muito importante, recheado de polêmicas perguntas e desafios.

Ao terminar o curso de História, em que estudei as relações do Brasil-África, fiz parte do Laboratório de estudos africanos e me dei conta de que deveria aprofundar o estudo para contribuir de alguma forma para este debate, que também é de interesse de toda sociedade brasileira em virtude de sua formação majoritariamente negra, uma vez

que o racismo ainda está enraizado e inapropriadamente aproveitado pelo sistema de produção capitalista.

Tendo esta visão, decidi por fazer a pós-graduação no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), com base nos Estudos de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, nesse momento notei que muitas das minhas conclusões, ainda juvenis acerca do racismo e suas relações com o capitalismo, não eram tão sólidas e desta forma, necessário mais estudos e leituras para visar a compreensão dessa temática tão controversa e polêmica.

Ainda durante os estudos na pós-graduação Lato Sensu, tive o conhecimento do mestrado em Relações Étnico-raciais e, ao mesmo tempo, conheci a professora Márcia Guerra, que me apresentou o debate racial presente no jornal Versus. Desde então, o objeto de estudo ganhou materialidade e um sonho de construir conhecimento acerca dessa temática vem se desenvolvendo na medida em que as leituras me proporcionem maior entendimento sobre a questão.

O olhar sobre o objeto que temos em mão já se modificou bastante, pois as leituras e as aulas do mestrado impuseram uma série de remanejamentos e desconstruções, além de frustrações e uma série de novas inquietações. Logo, fui obrigado a redesenhar o objeto e o recorte, aprofundando na leitura de todo o objeto e da bibliografia que se remete a ele.

A presente pesquisa foi inspirada pelas reflexões a que tive acesso, ao longo da formação profissional, referentes aos debates acerca da questão Étnico-Racial. Paralelamente, as experiências de militância política contribuíram para que houvesse

uma tomada de consciência sobre a centralidade deste debate, dispondo de uma profunda análise e intervenção da dinâmica sócio-política brasileira. Nesse sentido, ao estabelecer contato com militantes e ex-militantes que participaram da elaboração do Jornal Versus, bem como, com a literatura que até hoje é produzida sobre esse órgão da imprensa alternativa. Durante os anos 1990, desenvolvi a curiosidade intelectual pelas abordagens presentes na elaboração do jornal já mencionado, em especial pela seção Afro-Latino-América, pois há um movimento que aborda a discussão de raça e classe com uma perspectiva de transformação da realidade no interior de um jornal alternativo, *Versus*, que combatia a ditadura civil-militar na época.

Minha a hipótese é de que a relação entre gênero, raça e classe seria uma junção de elementos, no qual se encontra uma esfera do debate de ruptura com a ordem, entendendo o movimento negro e suas demandas como protagonista de maior relevância para as transformações no modo de produção capitalista no Brasil. Assim, compreendo ser necessário o empreendimento de estudos acadêmicos que se proponham a analisar as principais características desse instrumento da mídia alternativa e a sua contribuição para a potencialização da luta contra o racismo, durante a segunda metade da década de 1970 e do século XX no Brasil.

INTRODUÇÃO

O objeto de pesquisa são os artigos de Neusa Maria Pereira Publicados no Jornal Versus, a partir das categorias de Raça/racismo. Logo, se trata da análise de seus textos na seção negra do Jornal *VERSUS*, que tem a peculiaridade do discurso de uma mulher negra que integra a sua redação e ao mesmo tempo aborda as particularidades do movimento negro da época, como o feminismo e o antirracismo, pontos estes que serão revisitados e explorados a partir desse estudo.

Para a análise, utilizaremos os autores Kabenguele Munanga, Stuart Hall, Lilian Schuarcz e acerca do Feminismo/Interseccionalidade utilizando as autoras Sonia Beatriz dos Santos, Jurema Werneck e a Kimberlé Crenshaw com o objetivo de explicitar o impacto de suas contribuições na luta contra o racismo, sobretudo com as mulheres negras.

Através dessa pesquisa vamos contextualizar a conjuntura nacional e a motivação da existência do Jornal Versus, relataremos a inauguração e a manutenção de uma seção negra nesse jornal, abordaremos o surgimento dessa seção a partir da intervenção de uma intelectual desta raça em particular, além analisar sua contribuição textual durante a sua participação na edição do periódico.

Sua contribuição escrita efetiva surgiu com o artigo “Em defesa da dignidade das mulheres negras em uma sociedade racista”, da edição nº11 do Jornal Versus, no qual ela diz:

> A mulher negra pertence a uma das minorias raciais mais cruelmente vitimadas pelos castigos da divisão da sociedade em classe. Esta divisão é a maior responsável pela campanha da difamação sofrida pela mulher negra, considerada pelos representantes desta sociedade de classes como objeto sexual de consumo. Há muito que nós, afro-brasileiros, estamos lutando para apagar esta mancha original e sair do lugar onde nos colocaram. (PEREIRA, 1977, p.22-23).

O trecho acima evidencia no artigo de Neusa Maria a luta das mulheres negras e as particularidades de opressão por ela vividas, posicionando-a neste lugar de militância.

Revisitaremos seus textos posteriores em participação nesse periódico, apresentando e refletindo a ótica de Neusa Maria Pereira, a vanguarda de Afro-Latino-América, utilizando como fundamentação teórica que embasa a pesquisa e as categorias de análise apontadas anteriormente.

Analisaremos quatro textos publicados e assinados por Neusa Maria Pereira no periódico no sentido de revisitar e evidenciar a comunicação, a trajetória, a escrita e sua visibilidade nas páginas desse interessante periódico:

Primeiro - Artigo com o nome de “Tião-Tião”. Localizado na 13ª edição de Versus nas páginas 32 e 33, na 2ª edição da Seção negra e também localizada nas páginas 17 e 18 do Fac-símile. Trata da morte de seu companheiro que militava no movimento negro e as recordações da luta e dos momentos que passaram juntos.

Segundo - O texto nomeado “Mulher 1”. Localizado na edição nº 22 de Versus, 11ª seção de Afro-Latino América, na página 52 do Fac-símile. Essa contribuição no jornal trata de um show de Maria José Mota nos +90 anos de abolição, em que a autora relata o poder e a afirmação da mulher negra no palco.

Terceiro - O artigo “O sete de julho”. Localizado na 23ª edição de Versus, 12ª edição da Seção negra, na página 58 do Fac-símile. A data que nomeia o artigo é um momento histórico para o movimento negro que, segundo a autora, é a primeira vez que sai às ruas para protestar e denunciar o racismo no Brasil.

Quarto - Na 11ª edição de Versus no artigo intitulado “Pela Mulher negra” que fala em defesa da dignidade das mulheres negras em uma sociedade racista. Como o próprio nome revela, trata-se de um manifesto antirracista com recorte de gênero, em que a autora Neusa Maria, narra e presencia a opressão vivida.

Os objetivos do presente trabalho são a análise dos artigos escritos de Neusa Maria Pereira, a mulher negra que inaugurou a seção negra do jornal Versus, para explicitar suas contribuições na luta contra o racismo e o feminismo negro.

Um dos artigos é o que dá origem a seção negra do periódico e os outros 3 são parte da seção Afro-Latino-América, publicada no jornal Versus entre sua 12ª e a 24ª edição. Analisaremos quatro textos publicados e assinados por Neusa Maria Pereira no periódico, com objetivo de revisitar e evidenciar a comunicação.

Pretendemos que esse estudo possibilite a produção de conhecimentos que contribua para a construção de uma sociedade que combata o racismo e o patriarcado, não somente através das ações práticas da atualidade. Queremos rememorar a histórica luta do movimento negro em nosso país, utilizar parte específica da imprensa negra, classista e feminista desse período para contribuir de maneira consistente nas elaborações da imprensa, da história, da construção de outra visão de mundo e sua perspectiva do movimento negro, das relações étnico-raciais e sua conexão com o

feminismo negro, além de uma abordagem fundamentada acerca do capitalismo e suas reais consequências em nosso país e no mundo. Os objetivos específicos são:

- Investigar as polêmicas concernentes à luta étnico-racial e suas conexões com Raça/Racismo e Feminismo/ Interseccionalidade expressas nos artigos de Neusa Maria Pereira, inclusos na seção Afro-Latino-América que é parte do jornal *Versus*.
- Verificar a participação dessa intelectual na redação de *Versus*, visando à presença de uma jornalista negra e sua contribuição textual.

Com a metodologia utilizada para a construção da investigação, desenvolvemos a ampliação da pesquisa bibliográfica e a análise dos textos publicados pela autora Neusa Maria Pereira a partir das categorias Raça/racismo e Feminismo/interseccionalidade. Para tanto, realizamos uma análise documental a partir de todos os artigos assinados por Neusa Maria Pereira do Jornal *Versus*. Estes foram selecionados com base nos arquivos da imprensa negra, alguns exemplares do próprio jornal encontrados na Biblioteca Nacional e o Fac-símile que reuniu os textos da Seção Negra onde a autora participou efetivamente.

> Em dois tempos: um objetivo que interpreta o texto escrito efetivamente e outro subjetivo que precisa entender aquilo que não aparece escrito, mas é possível identificar à luz do contexto histórico. Assim, o estudo da imprensa necessita do reconhecimento do que está em torno dela, já que essa mesma imprensa está invariavelmente atrelada ao seu tempo histórico.[1]

[1] SOSA, Derocina Alves Campos. A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007, p. 11-12.

Como qualquer fonte histórica, os jornais devem ser utilizados criticamente pelo historiador, para não correr o risco de se deixar levar pelo discurso da fonte e, consequentemente, realizar uma análise precipitada, acrítica e superficial.

O método qualitativo, utilizado nessa pesquisa, considera a existência de uma relação dinâmica entre mundo real e sujeito. É descritiva e utiliza o método indutivo. O processo é o foco principal.

Conforme descreve Minayo (2010) este tipo de método procura "desvelar" processos sociais que ainda são pouco conhecidos e que pertencem a grupos particulares, sendo seu objetivo e indicação final, proporcionando a construção e/ou revisão de novas abordagens, conceitos e categorias referente ao fenômeno do racismo e das mulheres que se encontram nesta situação nos dias atuais.

Nos parágrafos abaixo, explicaremos o curso da construção da dissertação de mestrado com o nome "Neusa Maria Pereira, a voz e o lugar de uma intelectual negra na resistência do jornal *VERSUS*".

Nossos **capítulos primeiro e segundo** servirão para alinhavar a discussão que se farpa ao longo dos demais, demarcando o lugar ocupado por Neusa Maria Pereira a partir do entrelaçamento dos conceitos de Raça e Racismo no Brasil e o Feminismo Interseccional, o prescinde a posterior análise discursiva.

No **terceiro capítulo** apresentaremos a biografia de Neusa Maria Pereira, sua trajetória, chegada e o seu convívio na redação do Jornal, incluindo aqui sua participação atual no movimento negro pela abordagem antirracista e feminista.

O **quarto capítulo** vamos focar no papel e relevância da produção escrita da protagonista da seção negra do periódico. Explicitaremos o impacto de Neusa Maria Pereira e sua contribuição na imprensa, sobretudo na ótica antirracista e feminista pesquisada além das contribuições possíveis desse estudo para a realidade das opressões em nossa sociedade.

No **quinto capitulo** contamos a História do periódico *Versus*, onde o cenário político que ele se encontrava, sobretudo no que diz respeito a sua dinâmica de luta contra a opressão da ditadura civil-militar do período, que foi ao mesmo tempo uma das motivações de sua existência. Ainda nesse capítulo, faremos uma abordagem sucinta da Seção negra do Jornal, salientando as particularidades dessa importante contribuição que muito nos interessa para melhor compreender a dinâmica interna e seu diálogo com o público. Trataremos destas particularidades analisando os escritos de Neusa Maria, a vanguarda daquela seção negra através de seus artigos.

Abordaremos o trecho inicial do discurso que gestou o nascimento dessa seção negra no jornal, pois foi por meio de um artigo publicado na 11ª edição de *Versus* que se originou a criação dessa plataforma afro-dialógica. O resultado de um acúmulo de forças expressado num artigo escrito em 1977, conseguiu canalizar a indignação das mulheres negras através da luta interna e externa.

O jornal passou a elaborar e publicar política decolonial, feminista, antirracista e anticapitalista à conjuntura brasileira e internacional, adicionando assim um elemento novo no interior de um periódico alternativo que não à toa buscava uma identidade verdadeiramente latino-americana, essa ideia incentiva os intelectuais lutadores sociais e

pesquisadores a olhar para o conjunto da região e favorece intercâmbio a partir de problemas comuns que possam ser explorados comparativamente.

Por fim, faremos a análise em todo o periódico, utilizando as principais categorias teóricas balizadas em Raça/racismo e Feminismo/Interseccionalidade que serão utilizados nas análises dos textos da intelectual negra em questão. A análise interseccional será feita em todos os textos assinados pela jornalista e intelectual. Estes foram selecionados com base nos arquivos da imprensa negra, alguns exemplares do próprio jornal *Versus* encontrados na Biblioteca Nacional e o Fac-símile que reuniu os textos da Seção Negra da qual a autora participou efetivamente. Em síntese, uma análise pautando os elementos citados, sob a perspectiva antirracista e feminista.

Como ferramenta conceitual, utilizaremos as referências conectadas à interseccionalidade, através de Sonia Beatriz dos Santos e Jurema Werneck, para elencar, dimensionar e apurar a pluralidade de opressões vivenciadas e aquilo que o texto traduz a partir dessa contextualização, revisitando as características peculiares de raça e gênero, observando os aspectos políticos sociais e econômicos presentes na realidade vivenciada e nos textos, compreendendo o tempo, o espaço, os elementos culturais e o nível de consciência do movimento negro desse período histórico.

1. RAÇA E RACISMO

A diversidade humana sempre existiu e a história revela os percalços da difícil convivência entre os diferentes. Hoje, numa sociedade dita democrática, de liberdade e igualdade de direitos, é difícil dizer que existe integração na diversidade, o que nos leva a classificar pessoas e produzir hierarquias além de diferentes atribuições de valor. Esse capítulo pretende debater e trazer reflexões sobre discriminação e preconceito acerca das relações raciais a partir do conceito de raça e racismo.

É necessário aqui expressar uma observação importante antes de prosseguir. Aqueles que estão de certa forma fora do preconceito racial, os brancos e mestiços que não sofrem a discriminação racial em seu cotidiano têm de ouvir as pessoas que sofrem o preconceito e vivem a realidade negra e suas peculiaridades de acordo com o país e a região. Pois há elementos que diferenciam as relações raciais em grau de interação e que depende do lugar dos negros na história dos processos de conformação do estado nação de cada país.

No Brasil, o papel dos negros na história do país foi escondido a partir da estruturação do mito da democracia racial. Esse mito retirou a objetividade das relações entre negros e brancos na produção da vida em nosso país, tratanto o tema sob uma ótica meramente subjetiva de análise do cotidiano. Assim, supostamente haveria uma harmonia na convivência entre brancos e negros, sem segregações, pois não vivenciavam uma diferença em suas relações. Com isso, tornaram a ideia de discriminação racial irrelevante, uma vez que as diferenças entre esses não eram significativa para a construção de uma identidade racial.

A conhecida obra de Gilberto Freyre "Casa-Grande & Senzala", publicada em 1933, foi decisiva para a divulgação da ideia estruturante do mito da democracia racial. A descrição das relações cotidianas entre brancos e negros que misturavam-se harmonicamente. Isso pautou a defesa da ausência de racismo, ideia que foi reavivada na Ditarura Militar como um motivo de orgulho para construção de nossa identidade nacional. O mito da democracia racial nos colocou a máxima de que não temos um problema racial no Brasil, em conjunto com a compreensão brasileira difundida de que não devemos discutir o racismo, o que em verdade é uma forma de provocar o racismo (CAMPOS, 2005). Compreendemos que a democracia racial trata-se de um mito, cujo papel foi o de anular o lugar dos negros na história de nosso país, negando o racismo e impondo-se como uma ideia ofensivamente racista que retira a responsabilidade do estado na construção de políticas de combate a discriminação.

Atualmente, o debate de raça e racismo no Brasil vem sendo considerado uma relevante discussão, cuja questão é absolutamente fundamental não apenas para os negros, mas para o conjunto da sociedade brasileira. Trata-se então de um momento esperançoso, já que nós podemos olhar para o futuro com a possibilidade de conseguir adotar medidas capazes de enfrentar o racismo de forma bastante eficaz.

Com isso, o estado passou a ser apontado como responsável pela promoção de Políticas de ação afirmativa. Sabemos que há o argumento de que estas não acabam com o racismo assim como não têm como acabar com o problema da escola pública. Esses são dois argumentos usados pelos adversários políticos das ações afirmativas para minar as tentativas de lidar com a problemática no âmbito do estado. As políticas de ação afirmativa visam proporcionar igualdade de oportunidades a grupos diversos, assim

como nas convenções assinadas pelo Brasil na Unesco que tratam dos povos tradicionalmente excluídos historicamente discriminados. Um dos efeitos principais dessas políticas é exatamente produzir o debate, porque a partir do debate e reflexão é possível gerar o reconhecimento da existência de um problema que podemos começar a enfrentar (ARAÚJO, 1999).

Até os dias de hoje, vigora a imagem de um Brasil como um país sem racismo. Os movimentos negros brasileiros, entre outras ações de protesto, apontam que o contraditório de tal ideia. As medidas políticas de ação afirmativa trouxeram à tona inflamadas discussões sobre importantes questões acerca do racismo (DE LUCA, 2005).

A abolição da escravatura, por seu turno, ocorreu inevitavelmente como resultado da Revolução Industrial, que trouxe não apenas alterações nas formas de produção, mas fundamentalmente a necessidade de ampliação dos mercados consumidores. Aqui entendemos o porquê a Inglaterra, o primeiro país a deslanchar a revolução industrial, pressionou o Brasil para acabar com o tráfico de negros e depois abolir a escravatura (DOMINGUES, 2004).

Esses episódios vão resultar nas leis para o “inglês ver”: primeiramente os escravos com mais de 60 anos foram libertados através da lei dos sexagenários, numa época em que a expectativa de vida no Brasil não chegava a 40 anos. Depois, veio a Lei do Ventre Livre, que também não libertou ninguém, pois tinha uma cláusula na qual os nascidos livres a partir daquele momento permaneceriam sob o juízo do Senhor até os 21 anos de idade (DE LUCA, 2005).

Uma consequência inevitável era percebida, uma vez abolida a escravatura, o Brasil teria uma população livre constituída predominantemente por não brancos. Segundo o censo de 1850, havia no Brasil cerca de 500 mil brancos e um milhão e meio de negros, índios e mestiços, caboclos e mulatos. Naquele momento, as ideias predominantes eram aquelas que nós hoje reconhecemos como racistas, pois naquele período esse termo sequer existia (DE LUCA, 2005).

As ideias das ciências humanas e sociais, da biologia e da medicina diziam que a espécie humana se dividia em raças que poderiam ser facilmente identificadas a partir do fenótipo e da cultura, estruturadas de uma forma que os brancos ficavam no topo e os outros grupos se distribuíam pela base. Tal elemento denotava ainda maior sectarismo em relação aos não brancos, sobretudo no caso do Brasil e da América Latina em geral (COUTINHO, 2004, p.14).

Para alguns desses teóricos racistas, pior do que o negro e pior do que o índio era o mestiço que se tratava de um ser degenerado que tenderia a desaparecer na competição com os mais rápidos e superiores que seriam os brancos. Aqui fica nítido um problema muito grande para o Brasil e para América Latina, não apenas pelo grande contingente de mestiço, mas pelo fato de que na própria elite desses países havia pessoas de ascendência Negra e indígena visível, o que causou uma conotação racial de rebaixamento (COUTINHO, 2004, p. 15).

Em certo episódio, o Conde Arthur de Gobineau – embaixador da França no Brasil, que era amigo íntimo de Dom Pedro Segundo – disse que o Brasil não teria futuro em função dessa mestiçagem. Surge nesse mesmo período um racismo de outra ordem. A ideia de que os mestiços não eram todos inferiores, havia dois tipos de

mestiços: um superior mais próximo do Branco, do ponto de vista cultural e do fenótipo, que tenderia a ser assimilado, e outro inferior, mais próximo dos negros e indígenas, e esse sim desapareceria (DOMINGUES, 2004).

A teoria do Branqueamento da população, considerada uma visão “moderada”, acabou predominando e foi expressa claramente em 1911, no Congresso Mundial das Raças, realizado em Londres, pelo representante brasileiro João Batista de Lacerda, que disse, no texto escrito em francês, que o Brasil estava resolvendo esse problema do negro pela via da miscigenação e que dentro de 100 anos não haveria mais negros no Brasil (DOMINGUES, 2004).

Percebe-se que essa ideia de branqueamento foi construída em grande parte por comparação com os Estados Unidos, que eram vistos como o paradigma da violência e humilhação e porque no Brasil não tivemos aquelas formas mais cruéis e humilhantes de discriminação racial (SANTOS, 2012).

Nos Estados Unidos, essa prática se desenvolveu a partir da derrota do Sul na guerra da secessão. Um processo em que, segundo o historiador americano Anthony Marx, os negros foram oferecidos em holocausto à unidade dos brancos, ou seja, o Governo Central omitiu não saber e seguiu com o já planejado, permitindo que no sul dos Estados Unidos aparecesse então a segregação por lei que acabou sendo consagrada pela Suprema corte com a doutrina dos “separados, mas iguais” (GONDOLA, 2017).

O linchamento de negros, a polícia dando as costas, as milícias racistas do Ku Klux Klan, a proibição do casamento inter-racial tinham um significado. Os negros

eram pejorativamente chamados de "*colored*" ou "pessoas de cor" e eram considerados social e juridicamente inferiores (GONDOLA, 2017).

Como não havia nada nesses moldes aqui no Brasil, criou-se a ideia de que era melhor que os Estados Unidos. Daí então se passou a apresentar o Brasil como um modelo e paradigma positivo. Não havia segregação por lei, mas havia segregação de fato. Havia clubes de negros e de brancos, festas de negros e festas de brancos e pardos nas favelas e nos sindicatos (GONDOLA, 2017).

É possível afirmar aqui que a segregação por lei ou por costumes guardam grande familiaridade. Em São Paulo havia discriminação em clubes, que não aceitavam pessoas de cor negra. Em Campinas, havia uma separação nos cinemas, os negros eram obrigados a ficar na parte de cima separados dos brancos. Esses episódios não ocorriam de acordo com a lei, mas de acordo como o costume (SANTOS, 2012).

O Historiador americano David J. Hellwig (1992), no livro cujo título traduzido é "Reflexões de afro-americanas sobre o paraíso racial do Brasil", debate três períodos históricos do olhar americano sobre o Brasil acerca dessa temática: de 1910 a 1940 o mito afirmado, de 1940 a 1960 o mito debatido e de 1960 em diante o mito rejeitado.

Nessa obra ele mostra que nos Estados Unidos, desde o século XIX, todos os grandes intelectuais negros americanos e militantes também fizeram uso dessa ideia porque precisavam de um modelo para mostrar a sociedade americana. David J. Hellwig (1992) mostra e divide esse interesse dos Afro-Americanos especificamente sobre o Brasil nessas três etapas. Esta leitura sobre o mito da democracia racial no Brasil

representou uma alteração significativa entre a aceitação e a rejeição do mito da democracia racial.

Porém, esta alteração não estrapolou de imediato o campo meramente intelectual. A distância entre o olhar sobre e a realidade racial brasileira ainda era grande. Em 1920 o estado de Mato Grosso publicou um anúncio em periódicos americanos com objetivo de incentivar a imigração de americanos para o Brasil. A partir da década de 1850, houve uma política de imigração desenvolvida e promovida pelo menos durante 100 anos no Brasil, cujos alvos eram europeus brancos. O modelo ideal eram os louros, mas com o tempo eles tiveram que aceitar brancos europeus menos desejáveis, do sul da Itália e espanhóis. O objetivo era branquear a sociedade brasileira através da miscigenação, pois haveria a mistura dos genes dos brancos, que evidentemente eram superiores, com os genes dos negros. Assim, os brancos acabariam prevalecendo e logo os negros desapareceriam (SANTOS, 2012).

A publicação desse anúncio nos Estados Unidos teve uma repercussão na imprensa negra no jornal chamado de América, o que fez estimular um grupo de negros de Chicago a criar uma organização chamada *Brasílian Américan Colonization Society*. Entre os negros americanos da época, tinha grande força a ideia de que a solução para o problema era sair dos Estados Unidos e voltar para a África, como pregava Marcus Mosiah Garvey ou América do Sul. Logo, por que não ir para o Brasil? (SANTOS, 2012).

O que poderíamos chamar de erros de tradução cultural nesse episódio é bastante evidente, o negro americano via a foto de um brasileiro como Nilo Peçanha e o identificava como negro. Isso poderia significar, então, que não havia obstáculos para a

ascensão social de um homem negro no Brasil. Nem todo o brasileiro naquela época veria um mulato como negro, ainda que o fosse, pois não significa necessariamente a mesma coisa.

A notícia que tratava sobre a vinda de negros afro-americanos que estavam tentando vir para o Brasil provocou um choque. Enquanto se tentava acabar com o "problema do negro" através da miscigenação, mais negros queriam vir para o Brasil. O Itamaraty foi rápido e eficiente, uma ordem secreta foi enviada à Embaixada e aos consulados brasileiros nos Estados Unidos para que não fosse dado visto a essas pessoas. Houve protesto frente a discriminação e a resposta foi que o Brasil é um país autônomo e tinha o direito de determinar quem poderia ou não ultrapassar suas fronteiras (DOMINGUES, 2004).

A constituição de 1934 pode ser considerada a mais racista. Em seu capítulo sobre a educação é dito que a educação brasileira deveria se basear nos princípios da Eugenia. No seu capítulo sobre imigração, estabelecia a política de cotas de imigração para o Brasil, onde se determinava que só poderiam vir para o Brasil pessoas de uma determinada região da África Central, de acordo com uma cota relacionada ao número de pessoas vindas daquela região. Isso foi a forma de lidar com esse problema sem entrar diretamente na questão de raça (DOMINGUES, 2004).

A década de 1930 foi extremamente conturbada e é nela que foi fundada a Frente Negra Brasileira, em São Paulo no ano de 1931, que se expandiu por vários estados e cujo objetivo era criar o novo negro e fazer a verdadeira Abolição, considerando logicamente que a abolição era incompleta (DOMINGUES, 2004).

Naquela década havia movimentos sociais importantes de direita e de esquerda como o movimento comunista e o movimento fascista integralista.

No mesmo período, surge a obra de Gilberto Freire (2003) "Casa Grande e Senzala", que foi um divisor de águas na questão racial brasileira, pois trouxe avanço e paralisia ao mesmo tempo. Consistiu num avanço porque Freire afirmava que os negros não eram inferiores do ponto de vista biológico, eles podem ser igualados à sociedade branca dominante, mas ao mesmo tempo afirmava uma estrutura que por excepcionalidade brasileira se caracterizava pela harmonia racial. Essas ideias chegaram num período histórico de necessidade de conclusão do processo de construção da identidade nacional, o Estado Novo (1937- 1945)[2].

Assim como no célebre livro de Max Weber "A ética protestante e o espírito do capitalismo", no qual o autor discorre sobre como essas duas ideias se comunicam e se ajudam, as ideias defendidas por Freire cabem também como peças para completar os objetivos do Estado Novo.

Logo, essas ideias começaram a ser adotadas pelo Estado, divulgadas pelos meios de comunicação e também ensinadas nas escolas, transformaram-se naquilo que o intelectual e filósofo Antônio Gramsci (1891—1937) chamou de senso comum. Trata-se de ideias das elites praticadas pelo conjunto da sociedade de modo repetitivo, tornando-se uma realidade para todos, assim passava a ser um problema social e não um problema racial (GRAMSCI, 1978).

[2] Estado Novo, ou Terceira República Brasileira, foi o regime político brasileiro instaurado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que vigorou até 31 de janeiro de 1946. Era caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo.

Assim, isso virou um empecilho, pois se o problema não existia, não seria preciso atuar sobre ele. Isso acabou por transformar em inimigos os negros que denunciam a discriminação racial. Estes foram taxados como complexados ou inimigos da nação. Por muito tempo não foi possível atacar o mito da democracia racial.

A partir do início da década de 1950, por meio de uma pesquisa da Unesco, a harmonia racial brasileira começou a ser pesquisada no âmbito da academia, com objetivo de mostrar o Brasil como um exemplo ao mundo traumatizado pelos crimes cometidos em nome da raça. A conclusão a que se chegou de forma geral foi a de que o Brasil tinha problemas sérios, ainda que diferente dos Estados Unidos, bem como da África do Sul havia recém implantado o regime do Apartheid.

Sociólogos como Florestam Fernandes, Otavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Oracy Nogueira, Thales de Azevedo e Luiz Costa Pinto são convidados pela Unesco a participar da pesquisa. A conclusão é de que as diferenças entre Brasil e Estados Unidos, conforme os sociólogos já mencionados, no que tange a questão racial, se tratavam de grau e não de essência. Elemento importante para termos uma noção do racismo à brasileira.

Outro ponto relevante quando verificamos o início dessa década no Brasil é que em 1951 foi adotada a primeira lei contra a discriminação racial: a Lei Afonso Arinos[3], uma lei para "inglês ver", na qual havia tantas contradições que nunca pode ser efetivamente aplicada na prática. Em 1960, essa discussão que nunca passou dos limites

[3] Ao longo da pesquisa da Unesco em São Paulo realizada entre 1951 e 1952 foram colhidos diversos depoimentos de lideranças do Movimento Negro. Um dos temas tratados pelos entrevistados foi a Lei Afonso Arinos.

acadêmicos de certa forma ajudou a diminuir o debate (BASTIDE & FERNANDES, 1955).

O regime instaurado em 1964 e a discussão da questão racial no início da década têm um conjunto de novos autores, o movimento negro contemporâneo foi marcado em 1971 com a fundação do grupo Palmares em Porto Alegre, que depois se expandiu pelo Brasil, fruto dos movimentos que estavam acontecendo no mundo.

O movimento negro nos Estados Unidos chegou com mais força que o da África, o que se explica pelo papel central dos Estados Unidos tanto na economia mundial quanto no peso que foi dado aos acontecimentos como também a proximidade da luta afro-americana e brasileira, pois a luta na África era para expulsar os colonizadores e a luta envolvia o processo de independência, enquanto nos EUA tratava-se de buscar formas de convivência assim como no Brasil (SANTOS, 2012).

A influência americana entrou também pela mídia, pelo cinema e pela música, e com os chamados *blacksploitation movies*[4], filmes com heróis negros, algo que não existiu no Brasil e ainda hoje não existe com a configuração e quantidade que existia nos EUA. A influência através da música foi muito importante no contexto brasileiro, através dos bailes de soul e o chamado movimento Black.

Aliás, essa denominação de Black São Paulo, Black Rio e Black Bahia vêm de uma matéria jornalística publicada no caderno de música no segundo Caderno do Jornal do Brasil (ARAÚJO, 2017). Na época, essa seção era uma referência do ponto de vista cultural. Escrito por "Lena Frias, o texto descreveu como milhares de trabalhadores

[4] Blaxploitation ou Blacksploitation foi um movimento cinematográfico norte-americano que surgiu no início da década de 1970. A palavra é um portmanteau de black ("negro") e explotaition ("exploração").

pobres dos subúrbios lotavam clubes de dança em todos os finais de semanas, envergando roupas e sapatos imitando rigorosamente os modelos da “Black Power” americana.

> De certa maneira, foi com aquela reportagem, “Black Rio- O Orgulho (importado) de ser Negro no Brasil”, que o Rio de Janeiro foi apresentado àquela versão jovem do movimento negro carioca. A matéria mostrou como jovens negros do subúrbio apropriaram-se dos símbolos de uma cultura importada, o “Black Power” americano e transformaram aquilo em uma forma expressão de seu estilo de vida (ARAUJO, 2017, s/p).

Outro conjunto de atores da época também é constituído por aqueles intelectuais e políticos que tinham sido obrigados a se exilar durante a ditadura e que retornam da Europa ou, muitas vezes, dos Estados Unidos com novas ideias a respeito da questão racial, em virtude das experiências que tiveram durante o exílio.

Desse ponto em diante, houve um processo em que essa discussão foi se disseminando pela sociedade, ganhando alguns setores da academia, da mídia, dos partidos políticos e inclusive sindicatos, que tinham uma grande dificuldade com o tema, por fazerem uma avaliação de que discutir a questão racial dividiria a classe operária. Ainda assim, isso foi avançando e ganhando certa legitimidade, saindo da marginalidade dos debates.

Nos anos 1980, criaram-se os primeiros conselhos e órgãos consultivos do negro no âmbito de dezenas de municípios e alguns estados como Rio de Janeiro e Bahia. Em 1988, a criação da Fundação Cultural Palmares, no governo federal, depois no início da década de 1990, no Rio de Janeiro, no segundo governo Brizola, houve a criação da secretaria extraordinária de defesa e promoção das populações negras, um órgão de primeiro escalão (SANTOS, 2012).

Fernando Henrique em 1995, na marcha Zumbi de Palmares, realizada em Brasília, se tornou um marco por conta da organização no movimento dos negros no Brasil, que rumo a Brasília levou milhares de negros às ruas em protesto. Aos 300 anos de Zumbi dos Palmares, Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro presidente a reconhecer a existência de um problema racial no Brasil, criando um grupo de trabalho interministerial para tratar desse tema, já no segundo governo deste presidente, foram adotadas algumas medidas ainda tímidas de ação afirmativa ao combate do racismo[5].

Esse volume cresceu no primeiro governo Lula que criou a Secretaria de Promoção da Igualdade racial e aprovou a lei 10.639, que foi a concretização daqueles ideais do início do movimento negro contemporâneo, que modificou o currículo das escolas para incluir a história e a cultura da África e dos afrodescendentes, conforme mencionado no Estatuto da Igualdade Racial, a Lei 11.2288 de 2010.

Políticas de ação afirmativa então começaram a crescer pelo Brasil e o ápice desse processo foi a aprovação por unanimidade das políticas de ação afirmativa de cotas para negros pelo Supremo Tribunal Federal. Isso foi provocando toda uma série de transformações simbólicas com a inclusão dessa questão do debate público. Mas não significa que se resolveu o problema e a situação dos negros no Brasil ou que esta tenha mudado dramaticamente a sociedade brasileira no que tange interação racial (SANTOS, 2012).

[5] Disponível em: https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20adotado%20pela%20Terceira%20Confer%C3%AAncia%20Mundial%20contra%20o%20Racismo,%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Racial,%20Xenofobia%20e%20Formas%20Conexas%20de%20Intoler%C3%A2ncia.pdf

A influência norte-americana sempre esteve presente na sociedade brasileira, movimentos como o *"black is beautiful"*[6] inspiraram conquistas nos anos de 1960/1970 nas últimas décadas houve em nosso país alguns avanços significativos no combate à discriminação e políticas de ações afirmativas abriram novas oportunidades inclusive para reflexões comparativas.

Nos Estados Unidos, podemos perceber a partir do início da década de 1980 do século passado, durante o primeiro governo Reagan, que a política americana foi empurrada para a direita e as políticas de ação afirmativa foram esvaziadas num processo que culminou na revogação lei dos direitos de voto de 1965[7] pela suprema corte. Foi um Marco no processo de luta pelos direitos civis a lei que impediu estados e municípios americanos de utilizar uma série de mecanismos como testes de conhecimento para evitar que os negros se qualificassem como eleitores. Dois dias após a revogação dos direitos de votos, municípios e estados americanos começaram a elaborar leis que na prática dificultaram os eleitores negros e latinos (SANTOS, 2012).

O que verificamos hoje é diferente do que tinha no passado, naquela polaridade Brasil positivo e Estados Unidos negativo, depois Estados Unidos como positivo e Brasil negativo nas lutas. Temos uma situação mais semelhante, uma americanização da sociedade brasileira com as políticas de ação afirmativa e o reconhecimento do racismo

[6] Black is beautiful (em português, Negro é lindo) é um movimento cultural iniciado nos Estados Unidos da América na década de 1960 por afro-americanos. Mais tarde, espalhou-se fora dos Estados Unidos, predominantemente nos escritos do Movimento de Consciência Negra de Steve Biko, na África do Sul. Seu objetivo é eliminar a ideia presente em muitas culturas de que as características naturais aos negros - como a cor da pele, os traços faciais e o cabelo - são inerentemente feios.

[7] A Lei dos direitos de voto de 1965 (Voting Rights Act, em inglês) é um marco na legislação federal dos Estados Unidos, por ter estabelecido o fim das práticas eleitorais discriminatórias, decorrentes da segregação racial nos Estados Unidos. A lei foi sancionada pelo Presidente Lyndon B. Johnson, no auge do movimento dos direitos civis, em 6 de agosto de 1965, seguindo-se à Lei de Direitos Civis de 1964.

pelo Estado. Com a criação de formas de enfrentar nos Estados Unidos uma "brasilização", o racismo se tornou mais sutil e o processo de crescimento da comunidade latina contribuiu nessa direção.

O que houve no norte dos EUA e não aconteceu no Brasil, nos faz refletir sobre a segregação e uma série de registros, com a regra da lei de uma gota de sangue e outras formas de racismo, houve um nível de unidade. Mesmo que a questão de tonalidade da pele tivesse um peso dentro da comunidade Negra que de fato existe, havia unidade na luta diante dos brancos. Um diferencial do caso brasileiro onde somos fragmentados, pois a ideologia racial brasileira foi muito bem-sucedida do ponto de vista da fragmentação dos oprimidos racialmente (ROCHA, 2006).

No Brasil não conseguimos implementar ou fazer com que as ações, leis e medidas fossem respeitadas. O período político atual é ainda mais perigoso na luta por direitos e igualdade racial, é extremamente complicado pela reação de uma ala conservadora, reacionária e racista que trata das questões raciais nos marcos do mito da democracia racial. Assim mostra-se o desafio de fazer política de emancipação do povo negro e luta pelo pagamento de uma dívida histórica de nossa sociedade com os negros (ROCHA, 2006).

Outra questão é a abordagem pós moderna que ao reduzir o problema a questão da inclusão e da ascensão social, não reflete parte do processo histórico de lutas que o movimento negro e sua história acumularam e através desses processos de compreensão encontraram nos aspectos culturais, materiais e sociais da sociedade capitalista, um amplo e complexo processo de opressão resultante da classe, do gênero e da raça, que precisa ser compreendido para ser superado.

Ainda assim, entendemos que o momento que estamos vivendo é promissor, pois há uma janela de oportunidades para enfrentar o problema e de fato de colaborar no processo de construção de uma sociedade com uma perspectiva antirracista que primeiro reconheça a existência de um problema para que possa enfrentar (ROCHA, 2006).

No Brasil, uma pesquisa de 1996 feita pelo Data Folha mostrou que 87% dos entrevistados confirmavam que havia racismo, mas a imensa maioria dizia que não era racista, ou seja, essa é uma percepção que ao menos nos faz refletir que o racismo está incutido na cabeça dos brasileiros ainda que estes não se vejam como racistas (DATA FOLHA, 1996).

A sociedade brasileira nesse momento tem a lei n° 10.639/03, que incluiu nos currículos das escolas de todos os níveis o estudo da história da cultura da África dos africanos e dos afrodescendentes porque ela ataca uma das principais fontes, tal como designa Rocha (2006).

O filósofo estruturalista da década de 1970, Luis Althusser considerava de grande importância os aparelhos ideológicos do Estado que são a família a escola e os meios de comunicação. Nesse sentido, as tentativas de contribuir para uma sociedade antirracista passam pela construção de mecanismos que afirmem a herança africana e afro-brasileira cultural e intelectual do ponto de vista positivo nessas estruturas. Para isso é preciso chegar aos aparelhos ideológicos (VAISMAN, 2006).

Glass (2012), por sua vez, traz apontamentos a respeito dos extensos aportes teóricos que podem ser desenvolvidos para o alcance de esclarecimentos de consciência

e de facilitação para a condução de ações críticas necessárias ao atingimento das transformações sobre as condições recorrentemente limitantes que se associam com os conceitos de raça e racismo, de maneira que se destacam:

> 1) a questão da supremacia racial: a raça diz tudo;
> 2) a cegueira racial daqueles não afetados pelo racismo: a raça não diz nada;
> 3) sensibilidade racial: a raça pode denotar coisas positivas;
> 4) a raça enquanto crítica: entendimento de que a raça é uma coisa que nós fazemos e algo que é feito a nós, ou seja, ela é cultural e historicamente aceita construída e, simultaneamente, propõe coisas intimamente contraditórias;
> 5) a perspectiva do antirracismo: dimensiona que a raça fala sobre e é uma consequência expressa do racismo, desta feita, compreende-se que a superação do racismo significa, em partes, alcançar a efetiva transcendência das condições limitantes da raça.

Para Glass (2012) os referidos apontamentos sugerem a presença de um caminho de desenvolvimento moral e político que se encontra aberto para todos aqueles que estão seriamente preocupados com a superação da histórica divisão racial que marca e destrói aos poucos a sociedade como um todo. Porém, não se deve objetivar com o advento de uma análise como esta atribuir culpa ao passado ou ao presente, de maneira que a meta coloca-se sobre promover estímulos à responsabilidade individual e coletiva, alcançando assim maiores possibilidades referentes ao âmbito da justiça social.

Munanga (2014) traz o dimensionamento de que, tal como a maioria dos conceitos, o de raça tem um amplo campo semântico e, consequentemente, uma dimensão temporal e especial. Compreende-se a perspectiva de que

> Os conceitos de negro, branco e mestiço não tem o mesmo significado nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra. Por isso que o conteúdo dessas palavras é político-ideológico e não percebe-se como biológico. Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletiva de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e/ou outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou "raças sociais" que se reproduzem e se mantêm os racismos populares (OLIVEIRA, SANTOS, 2015, p. 6).

Inicialmente, observa-se que quando do período medieval, o conceito de raça, ainda em latim, passou a ser usado para designar a descendência, a linhagem, ou seja, o grupo de indivíduos que possuem um ancestral comum e que, portanto, apresentam algumas características físicas comuns (MUNANGA, 2014).

Complementando as referidas noções sobre raça, Passos (2008) denota que as interpretações cristãs da bíblia, desenvolvidas desde a idade média, serviram, em grande parte, para proporcionar reforços sobre a teoria do racismo ideológico.

Neste caso, ainda em conformidade com Passos (2008), é passível promover uma ampliação de tal perspectiva de racismo não apenas direcionando-se para uma análise da situação concreta e atual da população negra, mas também observando, por exemplo, a situação dos judeus, que em função da ideia de uma suposta pureza sanguínea, sofreram e ainda sofrem algum tipo de uma discriminação e, em determinados casos, apresentam total perda de sua identidade.

Neste ínterim, observa-se que a religião católica trouxe consigo ideais para a sustentação desta pureza de sangue e, assim fez com que muitos judeus fossem convertidos ao cristianismo para o alcance de uma possível aceitação social, tornando-se, portanto cristãos-novos (PASSOS, 2008).

Passando ao século XVII, mais especificamente em 1684, o francês François Bernier passou a empregar o termo raça com uma conotação mais moderna, visando promover classificação à diversidade humana em grupos que possuíam contrastes físicos similares, ainda em concordância com as observações de Munanga (2014).

Importante enfatizar que, na passagem entre os séculos XVI-XVII, o conceito de raça efetivamente passou a estabelecer atuação frente as relações entre as classes sociais francesas do período, e assim, uma vez utilizado pela nobreza local, que autoidentificava como Francos, de origem germânica em oposição aos Gauleses e a população local identificada com a Plebe (MUNANGA, 2014).

Assim, Munanga (2014) depreende que não apenas os francos consideravam-se como uma raça distinta dos gauleses. A problemática ia além, pois se consideravam dotados de sangue "puro", insinuando que eram naturais suas habilidades especiais e aptidões naturais para dirigir, administrar e dominar os gauleses. Tal como era pregado pelos francos, poderiam até ser escravizados, e esta foi a base dos estudos que consagraram a supremacia racial dos brancos sobre negros e demais raças em momento posterior.

Coloca-se, portanto, como sendo perceptível que estes conceitos de raças "puras" foram eminentemente transportados da Botânica e da Zoologia, visando legitimar relações de dominação e de sujeição entre classes sociais (inicialmente entre nobreza e plebe), sem que fossem auferidas morfo-biológicas notáveis entre os indivíduos incluídos em ambas as classes consideradas (MUNANGA, 2014).

Levando em consideração esta transposição de conceitos, cabe destacar a famosa teoria do Darwinismo Social que influenciou profundamente a forma como as sociedades e a ciência do século XIX viam as raças, principalmente a composição racial do Brasil. Estas transformações sobre a visão do mundo e das raças se deram sob a seguinte perspectiva:

> [...] Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, hibrido, deficiente em energia física e mental (AGASSIZ apud SCHWARCZ, 1993, p. 13).

Com base nas acepções anteriormente trabalhadas, considera-se que, enfaticamente, o racismo está inserido dentro de um amplo espectro de significados culturais e linguísticos, assim como articulações nas relações sociais que acabam por gerar, de forma sistemática, variadas desvantagens para as pessoas de cor (WETHERELL, POTTER, 1992).

Miles (1989) ainda coloca que se, por um lado, emerge como sendo verdade que uma "inflação conceitual" pode acabar obscurecendo o racismo, uma vez que relaciona-o a questões muito divergentes, por outro lado, é evidentemente importante não reduzir as ações racistas a apenas as manifestações violentas que foram conduzidas pela seita Ku-Klux-Klan.

Especificamente no caso do Brasil, assim como lembra Munanga (2004), observa-se que, dentre as características mais prementes do racismo brasileiro, a ambiguidade é uma delas. Este racismo à brasileira foi por muitas décadas estudado, pesquisado e relatado em teses e livros por grandes cientistas sociais que, sobretudo, foram os principais construtores dos alicerces de tal ambiguidade. Ainda se colocando como importante observar que:

> (...) assim como a identidade cultural se constrói com base na tomada de consciência das diferenças provenientes das particularidades históricas, culturais, religiosas, sociais, regionais, se delineiam no Brasil diversos processos de identidade cultural, revelando certo pluralismo tanto de negros, quanto de brancos e entre amarelos, todos tomados como sujeitos históricos e culturais e não como sujeitos biológicos ou raciais (MUNANGA, 2004, p. 32).

Porém, cabe denotar que, cada vez mais, as práticas sociais que se encontram associadas à ideia de supremacia racial vêm mudando consideravelmente, porém, não desapareceram completamente. De tal forma, na atualidade, provavelmente, uma maioria considerável de pessoas duvida profusamente da validade da noção de supremacia racial e, também, dos rankings produzidos e declarados por ideólogos raciais (GLASS, 2012).

Claramente, ainda existem desigualdades raciais nas áreas referentes à renda, à educação e às oportunidades de emprego (CARNOY, 1994) e, assim, são exatamente as pessoas de cor que continuam a sofrer humilhações constantes e diárias e a lutar contra atitudes racistas que se encontram incrustadas profundamente em cada um dos recantos da nossa cultura, compreendendo a inclusão de problemas em meio à cultura escolar e universitária (KOZOL, 1991).

Neste sentido, Gomes (2006) afirma que os negros ainda se encontram, na atualidade, sem uma representação verdadeiramente efetiva nas esferas de poder, complementando que, em meio ao andamento da trajetória de luta do Movimento Negro, desenvolveram-se diversas mudanças estruturais na sociedade local e internacional, objetivando o acirramento da globalização capitalista e das lutas contra nações e períodos de hegemonia branca. Ainda seguindo estas categorizações, Gomes (2006) dimensiona que:

> Até a década de 1990, a luta do Movimento Negro brasileiro, no que se refere o acesso à educação, demandava a inserção da questão racial no bojo das políticas públicas universais, as quais tinham como norte; escola, educação básica e universidade para todos. Contudo, à medida que esse movimento social foi constatando que as políticas públicas de educação pós-ditadura militar, de caráter universal, ao ser implementadas, não atendiam a grande massa da população negra e não se comprometiam com a superação do racismo, seu discurso e suas reivindicações começaram a mudar. É nesse momento que as Ações Afirmativas, com fortes inspirações nas lutas e

> conquistas do movimento pelos direitos civis dos negros norte-americanos começam a se configurar como uma possibilidade e uma demanda política transformando-se, no final dos anos 1990 e no século seguinte, em ações e intervenções concretas (GOMES, 2006, p. 38).

É notável que, em meio a este contexto específico, acirram-se as lutas em defesa de políticas públicas educacionais que proporcionem garantias aos negros e negras, e no Brasil, finalmente, o debate dos setores e atores escolares para o desenvolver e aplicar currículos condizentes com a questão racial possibilitaram que em nove de março de 2003 fosse promulgada e sancionada, pelo o então governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, a Lei nº 10.639/03, que adveio para tratar acerca das Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Afro-brasileira e Africana em meio aos currículos educacionais de todo o país, devendo ser abrangidas em todas as etapas de ensino (educação básica e ensino superior).

Importante denotar que a Lei nº 10.639/03 trouxe alterações expressas à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, intencionando a inclusão, em meio ao currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade de ser abordada a temática "História e Cultura Afro-Brasileira", além de dar outras providências (BRASIL, 1993).

Não somente através da lei 10.639/03, mas também através das cotas raciais, cuja lei é 12990/2014, todas as ações afirmativas que inclui também trabalhos acadêmicos como é o caso desta dissertação, pode-se compreender fato necessário para dar visibilidade ao protagonismo do negro nas diferentes esferas e nos diferentes momentos históricos do país. Dessa forma é possível ressignificar a participação dos negros na construção de nossa sociedade e valorizar a mulher negra na vida social (ROCHA, 2006).

2 FEMINISMO E INTERSECCIONALIDADE

Importante evidenciar que a revolução feminista teve seu apogeu em meio aos anos 1970, quando se buscava a criação de um sistema de gênero e estrutura cultural voltado para o alcance da igualdade de gênero e de um mundo melhor. O feminismo fincou sua agenda tomando como base bandeiras políticas como a luta pelo aborto legal e seguro dentro de uma política de planejamento familiar, além do pelo direito ao exercício da sexualidade não associada à reprodução. Este momento histórico foi marcado pela grande importância e relevância da tecnologia dos medicamentos desenvolvidos em favor da mulher, especialmente com o advento da pílula anticoncepcional (OLIVEIRA, 2016).

No início do século XX, especialmente em função dos processos de expansão industrial, o discurso acerca da importância do trabalho da mulher impulsionou-as para determinados setores que são considerados apropriados para o seu sexo, como as áreas da saúde e da educação. Desta feita, depreende-se que o incentivo à participação da mulher nas escolas normais atendia aos interesses de políticas públicas voltadas ao fomento de tais áreas específicas (DORNELAS, 2015).

Necessariamente, pensar no feminismo e as suas principais mudanças sociais remetem para as contribuições do trabalho da filósofa francesa Simone de Beauvoir, especialmente conhecida por sua obra O segundo sexo (1949/1980), por meio da autora em questão uma parcela significativa do silêncio das mulheres passou a ser transformada por ideais e ações revolucionárias de determinadas mulheres organizadas. Beauvoir foi especialmente contributiva, porém, atualmente – nas escolas e demais

espaços da sociedade – as ideias de Beauvoir vem sendo silenciadas ou pouco ouvidas (RIBEIRO, FRANÇA, 2014).

O segundo sexo (1949/1980), de Simone de Beauvoir, claramente não busca pela colocação da liberdade feminina no plano ontológico, visando na verdade colocar a liberdade como um pressuposto intrinsecamente circunstancial, isto se dá pelo fato de que as escolhas são derivadas de circunstâncias nas quais o indivíduo está socialmente inserido. Não se estabelece uma verdade universal que se encontra correspondente a todas as épocas ou sociedades, porém, mesmo assim, em todo o percurso da humanidade é percebida a elevação da liberdade e dos direitos dos homens em relação às mulheres, caracterizada pela composição societária vigente e, geralmente, patriarcal e tradicionalista.

Em conformidade com Mota et al. (2000), o livro de Beauvoir destacado anteriormente é um tratado sobre a "questão da mulher" mediante uma perspectiva existencialista e que, assim, faz crítica ao determinismo biológico que, supostamente designa o lugar de pertença da mulher em sociedade, às abordagens psicologizantes e, também, ao materialismo histórico, no qual o argumento principal da autora coloca-se sobre o entendimento de que a mulher é uma construção social, determinada pelo percurso histórico, construída no pensamento ocidental como "o outro", caracterizando a presença do princípio da alteridade.

De forma complementar, em conformidade com as exposições de Heine (2015), há o entendimento de que no Brasil a década de 1950 do século XX foi marcada por um período no qual houve um grande desenvolvimento econômico, quando as mulheres se inseriram de forma ainda tímida no mercado de trabalho. Porém, apesar de tal inserção,

clarifica-se um processo de funcionamento da ideologia discursiva na constituição do sujeito mulher, no qual a uma docilidade quanto a seu corpo era a principal característica da participação da mulher mercadologicamente, em que a partir da obediência a determinados padrões sociais faziam a mulher ser considerada enquanto "bela" ou uma "verdadeira mulher".

Mesmo passados muitos anos, o que vemos e ouvimos nos meios de comunicação são mulheres passando por inúmeros conflitos para a sua conquista de direitos humanos básicos. Recorrentemente, mulheres – em diferentes situações e sob diferentes correntes e "bandeiras" defendidas – buscam mudar sua história, empenhando-se em movimentos voltados à transformação social, a mudar a visão cultural estratificada e limitada sobre o sexo feminino, a conquistar espaços efetivamente igualitários dentro do ciclo de sua convivência social, familiar e profissional, dentre outro que não caberiam em meio às limitações deste trabalho acadêmico (MARTINI, SOUZA, 2016).

Passando ao Brasil, Grossi (2004) depreende que, devido ao período de ditadura militar, o feminismo desenvolveu-se com algumas particularidades específicas e marcantes. A saber, uma delas coloca-se sobre a grande importância do caráter de luta de classe imposto pelo movimento e, também, contra a ditadura que marcou, em profundo, as primeiras publicações feministas desenvolvidas nos anos 70, (especialmente em publicações dos Jornais Brasil Mulher e Nós, Mulheres). Neste ínterim, Barsted e Pitanguy (2011) ainda afirmam que:

> [...] no Brasil, durante a ditadura militar, particularmente a partir de meados dos anos 1970, o feminismo se afirma como um novo ator político no cenário nacional, como força social que lutava, simultaneamente, pelo restabelecimento da democracia e pela ampliação desse conceito, de forma a incluir a cidadania plena das mulheres como um pilar dessa nova agenda. [...] A abertura destas vias de comunicação, ainda tímidas no início dos anos

> 1980, teve na Constituição Cidadã de 1988 um marco fundamental. A Constituição representa um marco na história política do país por partir dos direitos de cidadania para construir os parâmetros normativos que regem a relação indivíduo-Estado. Piovesan, nesta publicação, enumera as principais conquistas das mulheres na nova Carta, resultado de um formidável processo de advocacy que articulou governo (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, CNDM), outros Conselhos estaduais e municipais e organizações diversas da sociedade civil de defesa dos direitos das mulheres (BARSTED, PITANGUY, 2011, p. 35-36).

Conforme elucida Silva (2012), as conquistas que mulheres obtiveram ao longo da história, tanto no que tange a esfera pública quanto no âmbito doméstico, evidenciam que o movimento buscou propiciar às mulheres percepções de que uma realidade diferente é fatalmente possível, que juntas terão mais força, que relações de dominação sofridas dentro e fora de casa devem ser iminentemente banidas. O movimento feminista procura enfaticamente a criação de identidades e valorização sobrepujando as desigualdades de direitos com embasamento em distorções a respeito da relação de gênero.

Ao iniciar um dos artigos, Kimberly Crenshaw (2012)[8] aponta um elemento facilitador para o leitor, no sentido de compreender o objetivo que compõe a trajetória e um dos motivos sobre qual a autora resolve elucubrar e se comprometer no entendimento do fenômeno da sobreposição das opressões vividas no âmbito racial e de gênero. O relato trata de uma visita a uma agremiação que negava a algum tempo a entrada de negros e que a partir de um determinado período se tornou receptiva a esses. Um grupo então é convidado e decide comparecer a tal agremiação, porém ao chegar a porta do local da agremiação, ficaram sabendo que não seria possível entrar pela porta

[8] Kimberlé Williams Crenshaw (nascido em 1959) é um advogado dos direitos civis dos Estados Unidos e um estudioso líder da teoria da raça crítica. Ela é professora de tempo integral na Faculdade de Direito da UCLA e School, onde é especializada em questões de raça e gênero. Crenshaw é também o fundador do Centro de Estudos de Política Social e de Política Social da Columbia Law School (CISPS) e do African American Policy Forum (AAPF).

da frente pois uma das integrantes era mulher. A partir daí a solidariedade que havia sido construída acerca da questão racial não foi reciproca quando o preconceito teve caráter de gênero. O episódio é bastante elucidativo e nos dá pistas de como as opressões se diferenciam e se sobrepõe em medidas distintas de acordo com as características de cada indivíduo (CRENSHAW, 2012).

A partir desse cenário ilustrado acima, é possível chegar a uma contribuição específica do que seja uma discriminação interseccional, ou seja, tratar da temática ambígua e paralela vivida pela mulher negra em nossa sociedade, compreendendo a sobreposição dessas discriminações considerando essas formas mutuamente e não como interdependentes. É possível afirmar que a mulher negra tem ciência de sua condição de ser racializado, como também de sua atribuição de gênero na sociedade. Logo, o entendimento de que sofre ambas as discriminações se impõe. Diferentemente dessa razoável impressão de quem é e do que isso significa, nem sempre as leis e políticas públicas observam essa singularidade (CARNEIRO, 2002).

É preciso se debruçar sobre as diferentes formas de discriminação e violação para que possamos compreender que existem diferenças dentro das diferenças. Uma mulher que sofre violações de direitos humanos sendo violentada sexualmente, forçada ao casamento ou até mesmo a engravidar tem uma série de diferenças se comparada a um homem (CARNEIRO, 2002).

A centralidade do desafio, então, é incorporar a questão do gênero aos direitos humanos entendendo suas peculiaridades e a questão racial ao gênero compreendendo suas sobreposições.

> Da mesma forma, quando mulheres negras sofrem discriminação de gênero, iguais às sofridas pelas mulheres dominantes, devem ser protegidas, assim quando experimentam discriminações raciais que as brancas frequentemente não experimentam. Esse é o desafio da interseccionalidade (CRENSHAW, 2012, p. 9).

A partir de uma variedade de sobreposições é possível perceber o quão distante da regra geral ou do senso comum se encontram as discriminações vividas pela mulher negra e, sobretudo pobre na sociedade brasileira. Quando verificamos a propaganda e o estereótipo utilizados no Brasil é possível compreender melhor essas condições que operam em conjunto.

A ocupação das vagas nas universidades brasileiras por mulheres negras e pobres tem na sua composição um número significativamente menor do que os homens brancos ou negros e do que as mulheres brancas, ou seja, essas sobreposições causam um impacto ainda maior na medida em que a composição das esferas pelas quais a mulher sofrem preconceito se agudizam, pois, somada ao fato de ser mulher, ela é negra e é pobre. A escravidão enquanto processo histórico que provocou a marginalização das mulheres negras e as colocou numa posição social de submissão econômica, social e cultural, culmina na subordinação estrutural, a confluência entre gênero, classe, globalização e raça (CARNEIRO, 2002).

É nesse sentido que o estudo de como as identidades sociais que se sobrepõem ou se entrecruzam, particularmente as identidades minoritárias, relacionam-se a sistemas e estruturas de opressão, dominação ou discriminação. Esse trabalho se expande para incluir também o feminismo interseccional, que é uma categoria relacionada à teoria interseccional. O feminismo da interseção examina os sistemas

sobrepostos de opressão e discriminação que as mulheres estão sujeitas devido à sua etnia, sexualidade e contexto econômico.

O debate sobre a leitura interseccional da realidade remete à ideia de que há um intercruzamento na diversidade das formas de opressão. A luta pela liberdade acerca do debate interseccional está diretamente ligada à multiplicidade dos fatores que oprimem a mulher, entendendo que essas opressões operam de forma específica e de forma concomitante. Na luta política e social não basta pensar as opressões de forma fragmentada, assim como as opressões devem ser combatidas a partir de suas peculiaridades de raça, gênero e também de forma classista, pois o desafio de compreender de forma imbricada esses elementos é que de fato dimensiona e pauta o combate, pois essas formas de opressão são combinadas e desiguais no que diz respeito às sobreposições, por isso é de extrema importância compreender suas interferências.

3. NEUSA MARIA PEREIRA: VIDA, OBRA E ESCRITA DE RESISTÊNCIA

Evidenciando os poucos elementos biobibliográficos sobre a jornalista Neusa Maria Pereira, destaca-se que a ela nasceu em 24 de agosto do ano de 1955 na cidade de São Paulo, capital. A conclusão de seu Ensino Médio desenvolve-se no Colégio Presbiteriano Mackenzie e, posteriormente, formou-se em Jornalismo na Faculdade Cásper Líbero. Sua experiência na grande imprensa jornalística se deu como repórter e revisora em jornais de grande porte, trabalhando também como redatora do jornal *Versus*, em meio ao qual se tornou uma importante representante da imprensa alternativa, cabendo depreender que tal publicação existiu entre os anos de 1975 a 1979, período de vigência da ditadura civil-militar (MRSP, 2016).



Figura 5. Fotografia recente de Neusa Maria Pereira.

FONTE: PMESP, 2016.

Importante enfatizar que a contratação de Neusa pelo jornal *Versus* aconteceu a partir da publicação de um artigo por ela escrito e intitulado “Em defesa da dignidade das mulheres negras em uma sociedade racista”. Assim, a jornalista passou a escrever, de forma periódica, um suplemento jornalístico-literário chamado “Afro Latino América”, número que contava ainda com a participação de outros colaboradores, todos eles negros (MRSP, 2016).

Com tal experiência na imprensa alternativa ou imprensa negra, Neusa inseriu-se, definitivamente, no âmbito da militância do Movimento Negro, de forma que ela participou da fundação de um grupo de mulheres negras que foi denominado de “Fé Cega, Faca Amolada” (MRSP, 2016).

Destarte, acompanhada de demais grupos especificamente engajados na mesma causa, Neusa e suas companheiras participaram da organização e da realização do ato público, que se realizou em meio as escadarias do Theatro Municipal no ano de 1978, que se tornou o marco da fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) (MRSP, 2016).

Atualmente, Neusa atua na “Afromídia” – sendo blogueira em site de ativismo negro – e possui sua própria editora, chamada Abayomi, na qual veicula o jornal “Escrita Feminina”, distribuído especialmente para mulheres moradoras da periferia de São Paulo (MRSP, 2016).

A respeito do Movimento Negro, mencionado anteriormente, Silva Junior (2007) depreende que é perceptível destacar que tal movimento foi organizado no Brasil a

partir do decorrer da década de 70, possuindo grandes influências externas. Uma das vertentes possíveis da referida influência é condizente à intervenção que o movimento em questão fez em meio ao campo da educação, marcando a história do ativismo negro-brasileiro em período após os anos 1970.

> A partir dos anos 1970, verificaram-se profundas transformações, tanto no que diz respeito à visibilização de demandas políticas antes silenciadas, quanto à forma com que estas passaram a ser apresentadas por diferentes grupos sociais. Adquirindo voz própria, as organizações de mulheres negras passaram a desempenhar importante papel na afirmação da identidade negra, aspecto central da luta por direitos e pelo reconhecimento em todos os campos sociais e políticos (BAIRROS, 2013, p. 8).

Ademais, os Movimentos Negros diagnosticaram o pressuposto de que a escolarização que era oferecida às crianças negras possuía como característica evidente um baixo desempenho, ou seja, visualizava-se – e ainda visualiza-se – uma crise frente ao advento do projeto da modernidade no qual a escola, como um espaço democrático viabilizado para socialização e inclusão social, não tinha de forma efetiva promovido a garantia da inclusão de indivíduos negros com dignidade, mesmo sendo esta uma parcela significativa da população brasileira (SILVA JUNIOR, 2007).

Diante de tais circunstâncias, como aponta Silva Junior (2007), o Movimento Negro pôde concluir que as práticas de racismo podem ser combatidas eficazmente em meio ao fértil terreno da educação formal, que necessita ser destinada com qualidade a todos os cidadãos.

> No Brasil, onde o movimento negro, ainda que invisibilizado em toda a sua história, sempre se manteve na luta por direitos e Justiça, o início do século XXI definiu um marco significativo na luta pela desnaturalização das desigualdades e defesa das igualdades raciais. Reunidos para a preparação da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial,

> Xenofobia e Intolerância Correlata, que aconteceria em Durban no período entre 30 de agosto a 07 de setembro de 2001, o Comitê Impulsor Pró-Conferência do Brasil, formado por lideranças de organizações negras e organizações sindicais, denunciou publicamente as ações diretas e omissões inegáveis do Estado brasileiro no descumprimento e violação sistemática da Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (PIRES, 2014, p. 12).

Partindo às considerações evidenciadas pelos autores Oliveira e Rios (2014), a observância da geração negra do ano de 1970 é pressuposto central para o alcance do entendimento da emergência da mobilização da população negra contra a recorrente e utópica ideologia da democracia racial que foi ainda mais viabilizada durante a ditadura militar e, também, em meio aos seus desdobramentos frente ao processo de democratização.

Particularmente, cabe ainda destacar que a relação existente de classe em tal período ditatorial foi a problemática mais relevante para as jovens lideranças estudantis negras que buscavam afirmar uma identidade racial ao passo em que, simultaneamente, se aliavam com esquerdas políticas e, também, com as lutas contra o regime político-administrativo dos generais (OLIVEIRA, RIOS, 2014).

Em monólogo autobiográfico, a jornalista Neusa Maria Pereira (2013) expõe que atua profissionalmente no âmbito do jornalismo há mais de 40 anos, trabalhando em alguns dos mais importantes jornais da capital de São Paulo, dentre os quais, é de importância destacar: o Diário de São Paulo, o Diário do Comércio, a Editora Abril, a Folha Metropolitana, a Revista Panorama da Justiça, além de desenvolver trabalhos como *freelancer* em meio às revistas Nova, Quatro Rodas, Supermercado Moderno e, também, em diversos jornais de bairro, especialmente de lugares periféricos, destinando publicações, por exemplo, para mulheres habitantes de bairros periféricos.

Ademais, Pereira não apenas participou como repórter, mas também como figura editora das publicações do Jornal *Versus*, veículo de informação que possuía uma tendência socialista em circulação em São Paulo durante o percurso da década de 70. A atuação de Neusa em tal publicação se deu após a apresentação de um texto próprio aos editores do *Versus* que discorria a respeito das espécies de discriminação sofridas pela mulher negra e, assim, a convidaram para desenvolver trabalhos na publicação (PEREIRA, 2013).

Ainda atuando no Jornal *Versus* e em meio ao contexto político, segregacionista e ditatorial, Neusa convidou os colegas Jamu Minka[9] e Hamilton Cardoso[10] para criar o Afro-Latino América, primeira editoria escrita apenas por jornalistas negros (PEREIRA, 2013).

Neusa Maria Pereira ainda atuou como cronista em meio a 2ª edição dos Cadernos Negros, com a publicação de dois contos, dentre os quais se destacam o conto "Tião Tião", anteriormente publicado no *Versus* e que recebeu muitos elogios por parte da crítica especializadas (PEREIRA, 2013).

Assim, com base nas informações aqui demonstradas, Neusa foi uma das pioneiras no Brasil a desenvolver trabalhos escritos acerca da discriminação da mulher negra, e com as repercussões positivas de tal trabalho começaram a emergir os

[9] "José Carlos de Andrade - pseudônimo Jamu Minka -, natural de Varginha - MG, desde jovem reside em São Paulo. (...) participou de projetos político-culturais que agitavam a juventude afro-paulistana na década de 1970. Escreveu nos jornais Árvore das Palavras, Versus, Afro-Latino-América e Jornegro. Militou no CECAN - Centro de Cultura e Arte Negra - e no Quilombhoje. Integrou o grupo que traz a público em 1978 o primeiro número da série Cadernos Negros" (LITERAFRO, 2018, s/p).

[10] "Hamilton Cardoso é figura emblemática no contexto paulista, porque sua trajetória e suas redes políticas expressam as alianças entre o nascente movimento negro contemporâneo e o socialismo. Sua produção intelectual é um esforço para promover a conciliação entre a consciência negra e a luta de classes" (OLIVEIRA, RIOS, 2014, p. 507).

primeiros grupos com a finalidade a promover a garantia dos direitos das mulheres negras (PEREIRA, 2013).

Com todo este engajamento na resistência negra, Neusa Maria Pereira recebeu o prêmio “Winnie Mandela”, especialmente em função de seu trabalho contra a discriminação racial veiculado na imprensa alternativa paulista, que foi outorgado por parte do Sindicado dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo (PEREIRA, 2013).

Em meio ao ano de 1978, Neusa participou de um importante momento histórico do século XX, o primeiro ato público contra discriminação racial brasileiro, desenvolvido na escadaria do teatro Municipal de São Paulo – que segue na figura a seguir. Num período mais recente, cabe elucidar que no ano de 2011, em sociedade com a jornalista Cátia Rodrigues, Neusa criou a editora “Abayomi Comunicação”, que teve como sua primeira realização a publicação do jornal “Escrita Feminina” totalmente dedicado às mulheres, como enfoque especialmente as mulheres negras (PEREIRA, 2013).



Figura 6. Primeiro ato público contra a discriminação racial – 1978.

FONTE: PEREIRA, 2013.

Neusa Maria Pereira (2016) destaca em seus monólogos, recorrentemente, as situações de racismo que por ela foram vivenciadas na infância e na adolescência e que, assim, foram os elementos que deram início à tomada de consciência que seria essencial para o desenvolver de seu engajamento em meio à militância negra, especialmente no que tange à resistência feminina por intermédio da escrita.

Ademais, em meio a sua trajetória profissional e tal como foi depreendido anteriormente, Neusa passou por diversos jornais veiculados na grande imprensa, em meio aos quais atuou tanto como repórter quanto como revisora. Porém, a jornalista compreende que sua condição de mulher e negra se tornaram elementos limitantes à conquista de uma vaga na área de redação em meio a grandes jornais – posição de destaque que era ocupada, em grande parte, por pessoas brancas e quase sempre homens (PEREIRA, 2016).

Assim, é passível refletir sobre a discriminação racial e de gênero que vigorava na época – e ainda vigora – em meio ao interior das profissões intelectualizadas e, também, o desserviço associado a prestação de serviços da grande mídia que, historicamente, evidencia a associação do negro apenas ao domínio do trabalho braçal, não devendo desenvolver trabalhos intelectuais (PEREIRA, 2016).

A respeito de sua experiência no Jornal *Versus*, Neusa Maria Pereira (2016) discorre que este foi o lugar em meio ao qual finalmente pôde fixar-se como redatora, podendo alcançar efetiva satisfação pessoal e profissional compreendidas mediante a oportunidade de escrever sobre a realidade do negro no Brasil, especialmente das mulheres negras – tema central que veio a ser tratado frente ao suplemento Afro Latino América, número da publicação do Jornal *Versus* que era produzido por Neusa e por demais jornalistas negros e que, posteriormente, passou a fazer parte da composição do jornal. A partir dessa experiência, a jornalista passou a frequentar outros ambientes de expressividade da juventude negra paulistana dos anos 1970, como o baile Chic Show, os bares da Praça Ramos e demais redutos, engajando-se de forma mais direta à militância do Movimento Negro (PEREIRA, 2016).

Foi em meio a este período, que criou, em conjunto com outras mulheres negras, o coletivo “Fé Cega, Faca Amolada”, que desenvolvia reuniões semanais para que pudesse discutir e articular diferentes formas e expressões de resistência, emergindo como um dos primeiros coletivos de feminismo negro da capital paulista (PEREIRA, 2016).

Sendo assim, é de relevância expor que a identidade de resistência deve ser, necessariamente, reconhecida por parte daqueles indivíduos que se encontram em meio

a uma situação de estigmatização de determinado grupo marginalizado socialmente em relação à cultura dominante e pode ser considerada sob a forma de uma identidade defensiva, uma vez que possibilita a existência de diferentes “formas de resistência coletiva diante de uma opressão” (CASTELLS, 1999, p. 25).

Neste ínterim, e em concordância com Marques (2008), importa enfatizar que a história da resistência negra também se refere à história de sua resistência pela palavra, pela escrita, sendo daí que advém a perspectiva, segundo o autor em questão, de uma difícil gestação da palavra negra em meio a história brasileira.

Importante depreender que ao longo da história do Brasil e do mundo, foram muitas as formas de resistência negra, que podem ser classificadas como ativas, ou radicais, emergindo na forma de revoltas, insurreições, fugas, banzo, abortos, suicídio, emboscadas, envenenamento dos senhores, sabotagens de muitos tipos, além quilombismo e das mais recentes, possibilitadas pelo ativismo negro por meio da literatura afro-brasileiro e pelo jornalismo literário alternativo, tal como comenta e expressa Marques (2008).

Além disso, existem, como aspectos marcantes da história nacional, as formas de resistência legalistas ou jurídicas que se desenvolveram em meio ao âmbito parlamentar, na imprensa ou no na Justiça. Estas referem-se ao período da escravidão, por exemplo, às cartas de alforria, que podiam ser conseguidas pela compra da própria liberdade por parte do escravo juntamente ao senhor através da aplicação e do pagamento de dinheiro de pecúlio (MARQUES, 2008).

Com base em tais pressupostos, Marques (2008) traz a acepção de que resistir diz respeito a fazer frente à opressão, afrontando-a de todos os lados e de todas as formas possíveis, não se aplicando somente as formas radicais e ilegais de resistir. Visibiliza aquelas que se encontram dentro das limitações de uma legalidade "restrita", que se descortina, progressivamente, através da presença de brechas no sistema, que pode alcançar, tal como expresso no ditado popular, furos, aos poucos, em meio à pedra dura do poder e da opressão aos indivíduos marginalizados.

Especificamente a respeito do Jornal *Versus*, Bucchioni (2016) trata que tal publicação possui algumas particularidades que podem configurá-lo de duras maneiras. Por um lado, como uma experiência existente mediante ao paradigma do jornalismo alternativo praticado, uma vez que sua razão de ser e existir não fica circunscrita aos limites históricos referentes às imposições da ditadura civil-militar brasileira que vigorava no período de início da publicação. Por outro lado, se expressa como uma publicação marcada pelo caráter híbrido, seja em função de seus colaboradores ou ainda de seus conteúdos.

O Jornal *Versus* foi um projeto caracteristicamente ambicioso, uma vez que reunia variados espectros da esquerda política em conjunto com jornalistas críticos ao regime ditatorial, passando a ser um periódico paulista que por quase cinco anos compôs a imprensa "nanica" ou alternativa da capital paulista (KUCINSKI, 2003).

Assim, como parte da imprensa alternativa, o objetivo do jornal consistia em apresentar o pensamento dos intelectuais negros em oposição à ditadura militar frente a um amplo espectro, abarcando desde democratas liberais a socialistas revolucionários em seu bojo de autores e participantes diretos e indiretos (OLIVEIRA, RIOS, 2014).

Afinal, deve ser compreendido, tal como expressa Marques (2008) que é possível alcançar a resistência por parte da palavra escrita, de maneira que se tem, ao contrário do que é veiculado, possivelmente a composição mais complexa de resistência negra. Ainda assim, Marques (2008) não coloca a escrita – e, por extensão, a dimensão intelectual, da teoria e da palavra, da abstração – mediante a existência de uma luta política concreta, que se refere à ação, ao fazer à interação oral experiência e memória. Dessa forma, abordando uma associação da escrita à dominação e a subordinação, elucidando a extrema importância da resistência negra por parte da escrita, Moysés (1992) considera o pressuposto de que:

> [...] a escrita tem servido mais à dominação, à escravidão e à servidão humanas do que qualquer outro conhecimento humano. Um paradoxo construído durante três séculos porque aprender a escrever tem definido a iniciação à sociedade capitalista e conquistadora, consequentemente, o conceito de fazer, produzir linguagens ou, de acordo com o poder da burguesia, de uns fazerem história, fabricando linguagens. (MOYSÉS, 1992, p. 123).

Marques (2008), portanto, trata a resistência como uma espécie de recriação e transformação, acompanhada de orientação social e histórica que se direciona a promover a descontinuidade, a contraditoriedade, a mutação, a variância e até mesmo ao desgaste da palavra. Sendo assim, a resistência se constrói por vários caminhos e representações, que não devem ser individualizados e homogêneos, de forma que, com as publicações da imprensa alternativa da década de 1970 a resistência voltou para outro espaço de produção linguística e social, que seria o cotidiano.

Em meio a esta perspectiva, concordamos com os autores Oliveira e Rios (2014) na compreensão de que a atuação política desenvolvida em pelo Jornal *Versus* evidencia

o exemplo mais bem-acabado da existência de uma aliança política entre ativistas negros e a esquerda política.

No Jornal *Versus*, a juventude negra, uma vez em organização na Liga Operária, inseriu a pauta racial frente ao debate sobre a redemocratização desenvolvido em momento pós-ditatorial. Assim, se apresentou como ator coletivo e organizado, com tradição própria e comprometimento direto para com as lutas classistas, o que significou na prática a construção de fortes vínculos com a rede socialista que tentava se impor naquele período histórico (OLIVEIRA, RIOS, 2014).

Cabe aqui destacar que o que efetivamente contribuiu para a distinção entre o Jornal *Versus* e as demais publicações alternativas – assim como para uma experimentação a partir do próprio "objeto" temático que termina por trazer influências ao processo de escrita – foi o fato de que era marcado categoricamente pelo estilo de texto curto e objetivo da grande imprensa, que passava por consolidação e se intensificava em meio as redações na década de 1980 (MARCONDES FILHO, 2002).

Tais circunstâncias específicas levariam diretamente à redefinição do "bom jornalista" como sendo aquele profissional que consegue, em meio a um tempo hábil, corresponder a todas as exigências e demandas de produção da notícia, de maneira que a publicação *Versus* se colocou como um contraponto expresso a esta tendência do mercado da informação (MARCONDES FILHO, 2002).

Importante retomar que os jornalistas Hamilton Cardoso e Neusa Maria Pereira (ambos lideranças do Movimento Negro Unificado e atuantes no Jornal *Versus*) centralizaram o debate teórico sobre o racismo no Brasil. Assinalando a revisão de um

projeto inicial da publicação que tinha como base outra produção jornalística, como a Crisis – da Argentina – que, a partir de então, foi se distanciando pouco a pouco de revistas do âmbito da imprensa alternativa e ainda passou a politizar, progressivamente, sua linguagem, ainda que conservando-se o caráter ativo e ativista da publicação (BUCCHIONI, 2016).

Datada em maio de 1973, a primeira edição de "Crisis" circulou entre os argentinos ainda sob o comando do general Juan Perón (1973-1974). Foi extinto ao final do governo da viúva, Isabelita Perón (1974-1976), sendo este o período em que o golpe de Estado militar foi instaurado e instituiu uma ditadura que durou sete anos na Argentina (BARROS FILHO, 2008). O Jornal "Crisis" possuía uma periodicidade mensal e seus picos de tiragem alcançaram até 45 mil exemplares. A publicação atingiu 40 edições, reunindo e divulgando parte significativa do pensamento nacionalista e anti-imperialista, essencial para a construção de uma resistência política naquele período histórico especialmente complicado (BARROS FILHO, 2008).

Quando ao Jornal *Versus*, importante destacar que a jornalista Neusa Maria Pereira fez parte do núcleo central da editoria Afro-Latino-América, que verdadeiramente transformou a redação e os leitores do jornal a partir de sua edição de n° 12, trazendo a reabertura de um espaço alternativo para a atuação da imprensa negra independente brasileira (SILVÉRIO & TRINIDAD, 2012).

Neusa Maria Pereira estreou na *Versus* por intermédio da redação de um contundente manifesto desenvolvido em defesa da dignidade das mulheres negras, partindo da vivência em uma sociedade racista e machista. Com isso, o grupo Afro-Latino-América passou a ocupar um espaço de destaque político-cultural no país,

colocando-se como marco da origem das articulações do Movimento Negro Unificado (SILVÉRIO, TRINIDAD, 2012).

O período histórico de estreia de Neusa foi marcado pelo golpe militar de 1964 que se desdobrou numa ditadura que promoveu censuras diretas à imprensa. Esta situação alterou-se em meados dos anos 1970, quando jovens negros participantes de grupos de esquerda passaram a produzir denúncias escritas, em meio a jornais alternativos (compreendendo a imprensa alternativa ou imprensa negra) – como o próprio Jornal *Versus* em sua seção Afro-Latino-América. As denúncias tratavam da discriminação racial e o racismo em âmbito nacional e transnacional (SILVÉRIO, TRINIDAD, 2012).

3.1 A Imprensa Negra

Relevante evidenciar que a Imprensa Negra (São Paulo), seguindo as percepções vigoradas em meio aos estudos de Moura (1988 apud FERRARA, 1986), vai do ano de 1915 até 1963, percebendo-se o fato de que a imprensa branca (Grande Imprensa) se manteve categoricamente impenetrável às aspirações e reivindicações mais recorrentes da comunidade negra.

Assim, cabe dispor que a saída provável para esse problema em especial foi conduzir à fundação de uma imprensa alternativa, na qual os seus desejos, denúncias contra o racismo, bem como a vida associativa, cultural e social pudessem estar refletidas (FERRARA, 1986).

Ademais, é necessário dimensionar que a recorrente ausência de jornalistas negros nas redações dos jornais, especialmente os da grande imprensa, estabeleceu contribuições diretas para a composição de uma produção jornalística pautada nas temáticas de cunho eurocêntrico. Sob esta perspectiva, Sodré (2004) explica o pressuposto de que:

> Quem trabalhou muito tempo na imprensa brasileira sabe que aos negros, quando um ou outro conseguia ser admitido, reservava-se sempre o lugar da "cozinha", velha gíria jornalística para tarefas que não requeriam visibilidade pública – como diagramação, revisão copidescagem etc. Um redator negro poderia até mesmo ganhar mais do que um repórter claro (vem-nos à memória o excelente Juarez Bahia, já falecido), mas dificilmente aparecia (SODRÉ, 2004, p. 173).

Ferrara (1981) esclarece e concebe que dentre as características comuns apresentadas pelos jornais negros no primeiro período da imprensa negra paulista, a abordagem cotidiana da comunidade negra (na forma de versos, contos, notas festivas e amenidades). Esta tinha o sentido de proporcionar uma espécie de "controle sobre o grupo" (FERRARA, 1981, p. 200).

Em concordância com tais pressupostos, é necessário demonstrar que a imprensa negra expressou o processo pelo qual os negros desenvolveram a articulação do conceito de raça sobre si, no sentido de providenciar uma transformação positiva de sua representação social e, consequentemente, alcançando "uma reviravolta ideológica" (MOURA, 2002, p.11), que seria traduzida pelo processo de autoafirmação da identidade negra. Importante denotar que o conceito de imprensa negra se encontra expressamente relacionado com aquilo que Sartre (1968) denomina como um processo

de tomada de consciência, que diferentemente “da reimersão em si, trata-se de reconhecer-se na ação e pela ação” (SARTRE, 1986, p. 43).

Por outro lado, Pinto (2006) concebe a imprensa negra uma espécie especializada ou segmentada, assim como é o caso da imprensa feminina, da imprensa abolicionista e da imprensa operária. Sodré (1999) denota que a importância da imprensa negra se acentua quando é considerada a perspectiva de que os discursos sociais compreendem o desempenho de um papel central tanto em meio a produção, quanto a reprodução do preconceito e do racismo. Arendt (2008) também traz acepções e inspirações que levam a pensar a imprensa negra frente ao significado da ação política como se comportando na forma de condição humana de pluralidade, afinal, todos os aspectos da condição humana estabelecem alguma relação direta com a política; mas é relevante evidenciar que tal pluralidade é especificamente fundamental para a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quan* – de toda uma vida política.

A imprensa negra se constituiu, portanto, como a forma de um dos instrumentos utilizados pelos negros brasileiros para alcançar o desenvolvimento de provocações a um debate público acerca do racismo no País. Partiram especificamente do domínio da técnica jornalística pelos negros e, também, do uso da esfera pública para promover um discurso diretamente dissonante para com o posicionamento das forças hegemônicas, tal como esclarece o jornalista Alberto Dines (1986 apud ANDREWS, 1998).

Desta feita, fica explícito que a imprensa negra foi utilizada para a confirmação da representatividade dos afro-brasileiros que, há muito, procuraram pela manifestação de suas ideias e pela formação de opiniões através da produção de uma seleta linguagem

escrita, fazendo da literatura afro-brasileira e do jornalismo literário uma das suas estratégias de resistência e empoderamento mais eficazes contra a sociedade dominante, apesar da grande desigualdade existente (SOUZA, 2005).

Sendo assim, e em conformidade com as acepções de Rosa (2014), entende-se que, recorrentemente, as produções da imprensa negra aportaram-se como elementos sinalizadores da possibilidade de subversão específica da falta de interesse epistemológico presente na história da imprensa negra. Também se apresentaram frente a capacidade de reivindicação, mobilização social, educação e apreciação das relações humanas entre os variados grupos raciais brasileiros existentes e caracteristicamente marginalizados.

Complementando entendimentos, para Medina (1988), a imprensa alternativa e negra foi politicamente militante, o reflexo de uma situação efervescente, de modo que o interesse principal de tais jornais e publicações foi, mais que proporcionar informações, promover a formação de opiniões.

Ademais, Rosa (2014) evidencia que quando compreendido especificamente o contexto em que o racismo e as desigualdades raciais se operacionalizaram, a produção da imprensa negra cresceu profusamente em importância e significado existindo frente ao poderio ideológico, cultural, político e econômico ao qual se contrapuseram as diversas formas de preconceitos e discriminação aos negros e, também, a demais grupos sociais. Assim,

> [...] constata-se o nascimento de um discurso e de uma prática jornalística negra não disseminadora dos estigmas raciais percebidos na imprensa do século XIX e XX e, sim, comprometida com o valor máximo republicano: a igualdade de direitos. (...), os jornais negros frisavam os direitos constitucionais dos cidadãos brasileiros para ilustrar o grau de exclusão e

> discriminação que atingia os descendentes de africanos (ROSA, 2014, p. 557).

Dentre as produções literárias e jornalísticas-literárias das quais Neusa Maria Pereira fez parte, destaca-se a publicação de contos em meio aos “Cadernos Negros” (CN). Neste sentido, os autores Ribeiro e Barbosa (2008) esclarecem que os CN, portanto, começam a ser produzidos em uma época de grande efervescência política e cultural, coexistindo especialmente em função de manifestações que ocorreram em vários países e que vieram a influenciar diretamente os ideais de seus fundadores.

As referidas manifestações, especialmente de cunho político e social, reverberaram especialmente sobre os negros brasileiros que estavam atentos ao racismo, e que ainda possuíam o objetivo de promover alterações na estrutura de poder que excluía as populações negras e marginalizadas e ainda negava sua identidade, participação cultural e vivência ativa na política, tal como evidenciam os autores Ribeiro e Barbosa (2008).

No entanto, para Bernd (2011), há o entendimento de que os CN são espaços de resistência negra por meio da escrita que resultaram da própria resistência dos escritores. O que os direcionou aos esforços coletivos nas ações de financiamento, produção, publicação e divulgação dos volumes desenvolvidos, especialmente em função da necessidade de promover inovações na área de literatura afro-brasileira, levando em primazia a ruptura com o recorrente preconceito racial que se encontra impresso e calcado há muito em meio à produção literária canônica. Além disso, é de relevância esclarecer que os CN resultaram, também, da necessidade de se construir um espaço em que as pessoas negras pudessem mostrar que também produziam cultura e

política brasileira, evidenciando o seu grande e infinito potencial. Embora o mercado editorial fosse profundamente excludente, circunstância que ainda persiste na atualidade (FONSECA, 2006), foi sendo derrubado com a ação de profissionais como Neusa Maria Pereira. Ela criou uma editora própria e destinada à publicação de produções literárias de autores (as) negros (as). Ou seja, tal como visto acerca dos "Cadernos Negros" e seguindo as percepções de Oliveira (2014), é possível reiterar a perspectiva de que os mesmos corresponderam a um movimento histórico-cultural de resistência de populações marginalizadas, inclusive em meio ao mercado editorial. Afinal, autores e autoras negros enfrentaram e enfrentam diversos obstáculos para publicar suas obras, mas sobrevivem em meio a diversas limitações para serem reconhecidos em meio aos mais variados setores da sociedade.

Neste momento, é necessário elucidar alguns dos estigmas que permeavam a sociedade brasileira e, assim, Santos (2015) evidencia que a reprodução midiática de discursos estereotipados sobre homens e mulheres, negros e negras, e a reincidente valorização da cultura do branco como sendo a cultura dominante, são elementos que contribuem de forma direta e expressa para a constituição de uma sociedade racista e intolerante.

Além disso, as características da sociedade vigente elevam, cada vez mais, imposições e obstáculos para o alcance do reconhecimento e afirmação da identidade negra, considerando que a imagem dos negros disseminada é quase sempre carregada de inúmeros estigmas e paradigmas sociais e culturais (SANTOS, 2015).

Em relação a isso, Gomes (2005) trata do fato de que a identidade (seja ela racial, de gênero, cultural, sexual, entre outras) pode ser definida no âmbito da cultura e

da história da sociedade, refletindo de tal forma o sentimento de pertencimento a um determinado grupo social de referência.

Seguindo tais compreensões, a identidade negra, segundo elucida Gomes (2005), categoriza-se como uma construção social, cultural e histórica, exprimindo o olhar de certo grupo racial ou ainda de sujeitos que pertençam a um mesmo grupo racial, dispondo sobre as visões existentes sobre si mesmos, referenciando-se na relação estabelecida para com o outro.

Aqui, é necessário depreender que a construção de uma identidade negra positiva é um desafio a ser enfrentado cotidianamente pelos negros e pelas negras brasileiros, tal como discorre Gomes (2005), uma vez que a uma sociedade historicamente ensina aos negros, desde muito cedo, que para sejam aceitos é evidentemente necessária a negação de si mesmo,

Na construção de uma identidade negra cabe evidenciar que "na primeira geração pós-1888 a identidade negra brasileira alcança um novo estágio, após séculos de germinação, sobretudo nos bairros negros e a seguir nas favelas dos centros urbanos com maior densidade de afrodescendentes" (JOFFILY, 1999, p. 81).

Alves (1987) ainda desenvolve que "por trás de discursos de má qualidade, subliteratura e desinteresses de leitores" (ALVES, 1987, p. 84) associados com a literatura afro-brasileira e com o jornalismo literário negro, vigora recorrentemente a exclusão da literatura negra.

Em contrapartida, Alves (1987) esclarece que em tais publicações de cunho literário há o ato político de inscrever-se, de resistir e de continuar a produção de suas

criações, indo diretamente ao encontro com as imposições editoriais, revelando sua visão de mundo, mesmo com toda exclusão que os autores e autoras negros(as) sofrem. Ou seja, há o entendimento de que os Cadernos Negros se configuraram como espaço de resistência e prova de que a escrita negra pode ser utilizada para a manutenção do legado histórico que foi deixado por seus precursores.

Ademais, em conformidade com as disposições de Santos (2015), observa-se que historicamente os negros no Brasil, desde meados da década de 60, buscaram pela afirmação de sua identidade e assim, despontaram diversas lutas sociais que tinham como objetivo promover a igualdade de direitos, em um sentido amplo, que intencionava retirar o negro da situação de dominação, que foi construída historicamente para a demonstração de uma realidade de participação que pode ir do campo político alcançando até mesmo as dimensões econômicas e culturais mais complexas.

No âmbito político, é necessário denotar que, além do prenúncio da ditadura militar no Brasil e em demais países da América Latina, era possível observar o avanço do pensamento de esquerda e, assim, mundialmente rivalizam, em proporções absurdas, as grandes nações – os chamados países desenvolvidos – que haviam liderado e vencido a Segunda Guerra Mundial, situação que caracterizou o desenrolar da Guerra Fria, confronto ideológico que polarizou o mundo entre o capitalismo categoricamente norte-americano e o socialismo defendido pela União Soviética (SANTOS, 2015).

Para a quebra de barreiras e estigmas, Bucchioni (2016) depreende que o entendimento da perspectiva específica de que jornais e revistas compreendem um ato coletivo especificamente diferenciado da produção individual de seus membros. Pois

dar sentido ao mundo refere-se a parte constitutiva e fundamental da atividade jornalística, especialmente no que tange ao alcance de resistência de grupos marginalizados como os negros e, também, as mulheres negras, ainda mais marginalizadas.

Entende-se ainda, que revistas, obras literárias e jornais atuantes como portadores de uma memória tornam-se "lugares de memória", uma vez que atuam como espaços delimitadores daquilo que deve ser lembrado e, também, do que deve ser esquecido (NORA, 1993).

> Não se trata de delimitar um espaço homogêneo, pois sua unidade estética, cultural e política não adquire a forma de uma doutrina, se expressa em adesões, rechaços e controvérsias – elementos, aliás, que ora aproximam a publicação brasileira da argentina ora as distanciam (BUCCHIONI, 2016, p. 115).

Como verdadeira voz da resistência negra por intermédio da escrita, Figueiredo (2009) percebe a grande e explícita importância da escrita como um todo, primeiro, se estabelecendo e remetendo à herança cultural, à marca de uma personalidade específica, do orixá regente e do pai; e depois, atuante porta voz direto de seu povo, de sua cultura. Desta forma, compreende-se que a escrita é, portanto, um fundamental instrumento de força que estabelece reações adversas à realidade a que foi imposta.

Além disso, o amadurecimento consciente da escrita também é imprescindível, de maneira que a princípio a escrita é entregue às emoções, 'desenvolvimento à tinta' e, por fim, a escrita torna-se ferramenta essencial de reflexão. Ainda em referência às disposições evidenciadas por Figueiredo (2009), perspectiva esta que segue explicitada em meio ao prólogo a seguir, desenvolvido por Neusa Maria Pereira e escrito para a publicação coletiva Cadernos Negros:

> Escrever sempre foi uma das marcas da minha personalidade inquieta, em essência direta com Oxosse. O escrever também é uma das muitas marcas deixadas por meu pai em mim que, igualmente, sempre necessitou de colocar suas idéias no papel através da escrita. Se a princípio escrevia com o estômago, dando mais importância aos arrochos de minhas emoções, hoje procuro sem desespero compreender o cotidiano do qual faço parte como força ativa. (...) escrevente por paixão porque existe, tenta mostrar à medida que pode a realidade de nossa gente. Faz isto na medida que amadurece, vive, briga e luta sem pedir licença (PEREIRA, 1979, p. 75).

4. OS CADERNOS NEGROS: ESPAÇO DE RESISTÊNCIA NEGRA

O primeiro número de “Cadernos Negros” surgiu no ano de 1978. Frente a uma época em que o Brasil vivia sob o domínio da ditadura militar, coexistindo durante um período de efervescência de movimentos sociais – desenvolvidos por trabalhadores e estudantes, principalmente –, período em meio ao qual aconteceu, também, uma fértil ebulição de ideias inovadoras. Assim, é em meio a este ambiente cultural altamente rico, que nasceu a série “Cadernos Negros”, expressão de possibilidades para que os escritores pudessem se ver representados pelo próprio olhar afro, tal como afirma Aline Costa (2009).

Corroborando com os aspectos acima demonstrados, observa-se a força de uma publicação como a “Cadernos Negros”, que emergiu como centro cultural contra a opressão. Macedo (2008) ainda trata a respeito do fato de que:

> Na verdade, o que há por trás dos contos e poesias publicados pelos Cadernos Negros é o olhar negro sobre a palavra. Sobre a vida. Você vai encontrar em cada página a visão humana de situações cotidianas sob a ótica negra. Parece simples. E realmente é. Porém, num país como o Brasil, riquíssimo, mas onde contraditoriamente as dificuldades de educação são imensas, Cadernos Negros passa a ser um ‘quilombo da literatura’ (MACEDO, 2008, 293).

Para Mathias (2017), é essencial pensar nos “Cadernos Negros” como um quilombo da literatura para que possa ser alcançada sua identificação de literatura produzida especificamente pelo povo afrodescendente no Brasil. Afinal, assim como a população negra resistiu bravamente à escravização, em especial quando da criação de espaços de resistências – os quilombos, que foram os principais responsáveis pelas

diversas insurgências negras – resistiu nos tempos atuais às tentativas de cooptação e assimilação culturais existentes por parte da população branca.

Historicamente, é de importância denotar que os quilombos foram ambientes desenvolvidos para além do que simples esconderijos de escravos, colocando-se como a maior forma de protesto, luta e resistência estabelecida no período da escravidão contra o sistema escravista e um espaço onde os(as) negros(as) puderam alcançar o desenvolvimento de seus mais importantes costumes e, assim, conseguiram reafirmar sua identidade, tal como reporta e esclarece Hegler (2014). Além disso, é de relevância depreender que estes espaços de resistência não ocorreram apenas em zonas rurais, havendo referências sobre sua existência também em áreas urbanas, cabendo depreender que tais locais ou eram cômodos e casas coletivas no centro da cidade ou ainda núcleos semirrurais, sendo estes importantes núcleos negros que depois deram origem a diversos tipos de configuração de aglomeração de indivíduos, como é o caso da constituição das favelas (HENGLER, 2014).

É necessário destacar que, em meio ao campo literário, escritoras e escritores estabelecem resistência às diversas tentativas de silenciamento, produzindo seus textos literários com a aplicação de diferentes gêneros para que desenvolvessem conteúdos sobre si e, também, sobre o modo como enxergavam o mundo. Estes textos assumiram um papel expressamente relevante nas esferas literárias e na política (MATHIAS, 2017). Justificando tais pressupostos e idealizações acerca da relevância da atuação de negros e negras no campo literário, Silva (2008) ainda denota a respeito do entendimento de que:

> Ao assumir a condição de um "enunciador", o escritor afrodescendente desestabilizou as bases da tradição literária brasileira, acostumada a ver o negro num lugar marcado pela condição inferior, subalterna a ele atribuída. A condição de negro no discurso da enunciação, fez com que o escritor afrodescendente trouxesse para o campo de análise teórica um discurso que problematiza os anseios e angústias de uma coletividade (SILVA, 2008, p.16).

De tal forma, compreende-se que o caráter de (r)existência – que refere-se a um espaço no qual se resiste ao mesmo tempo em que se dá uma nova possibilidade de criação de existência no mundo – dos quilombos, chamando atenção expressa para essa associação, pois, coloca-se como sendo propositadamente e reincidente por parte de autoras/es desse coletivo, que devem reivindicar de forma constante sua alteridade (MATHIAS, 2017).

Oliveira (2010) reitera a relevância de estudar os contos que estabeleceram a composição da série “Cadernos Negros” e elevaram como primazia a valorização e ressignificação do segmento negro que neles foi delineada para que possa ver se existe nele uma visão negativa do corpo negro, demonstrando, na verdade, representações a respeito das características físicas sociais, política e econômica. Elementos estes que atuam como referências positivas, a ponto de que exista uma reafirmação frente a qual possam se estabelecer contribuições para uma conscientização e significativa participação do negro em meio ao processo construtivo da história da população negra, assim como no que diz respeito à valorização de si mesma (OLIVEIRA, 2010).

4.1 Os Cadernos Negros e a Escrita de Mulheres Negras

Dentre as escritoras negras que publicaram textos nos Cadernos Negros, cabe destacar os seguintes nomes: Neusa Maria Pereira, Alzira Rufino, Ângela Galvão, Ana Cruz, Ana Célia da Silva, Andréia Lisboa, Benedita De Lazari, Célia Aparecida Pereira, Cristiane Sobral, Conceição Evaristo, Esmeralda Ribeiro, Geni Guimarães, Graça Graúna, Iracema Régis, Marta André, Marise Tetra, Maria da Paixão, Miriam Alves, Mel Adún, Lia Vieira, Regina Amaral, Roseli Nascimento, Ruth Souza Saleme, Serafina Machado, Sônia Fátima, Sueli Ribeiro, Teresinha Tadeu, Vera Lucia Barbosa.

Retomando os entendimentos consagrados por Figueiredo (2009), observa-se que, em meio aos contos publicados em Cadernos Negros, as mulheres negras tiveram uma representação diversa – não existindo estereótipos – e, assim, os textos (mesmo aqueles produzidos pelos autores e autoras mais engajados) trazendo uma carga de poeticidade, memória e ritmo contrariando, de tal forma, o senso comum acadêmico.

A poesia destacada anteriormente pode ser manifestada nas descrições do espaço físico, além de se apresentar nos sentimentos, nas indagações, nas identidades e nas impressões sobre acontecimentos, e especificamente, no CN a voz poética era caracteristicamente feminina (FIGUEIREDO, 2009).

Complementarmente, Santos (2015) designa que a identidade negra, por muitas décadas, foi concebida sob o espectro de uma herança especialmente escravocrata de desvalorização e advinda, consequentemente, do processo de intro-projeção da inferioridade do negro frente ao pensamento social brasileiro. Ademais, há o entendimento de que as populações afro-brasileiras precisam constantemente avançar

em meio às lutas mais significativas de tal grupo social, compreendendo apelação para um respeito que estabelece ações contrárias à pauta vigente que era condizente à desqualificação do negro enquanto ser humano – percepção que vem sendo construída há séculos. Assim, grande parte disso foi alcançada com o advento das produções jornalísticas e literárias alternativas que foram desenvolvidas por escritores afrodescendentes (SANTOS, 2015).

Dando maiores esclarecimentos a respeito da definição de identidade negra, cabe elucidar as significações existentes do termo identidade em si, que é demonstrado por parte dos estudos de Sodré (1999), tal como segue:

> [..] o termo identidade vem da palavra idem (versão latina do grego tòautò, "o mesmo") que resulta no latim escolástico em identitas, isto é, permanência do objeto, único e idêntico a si mesmo apesar das pressões de transformação interna e externa. Identidade – ou conformidade, por semelhança ou igualdade, entre coisas diversas – é, assim o caráter do que se diz "um", embora seja "dois" ou "outro", por forma e efeito. Identificação designa modernamente o processo constitutivo, por introjeção, de uma identidade estruturada (SODRÉ, 1999, p. 33-34).

Importante designar, em concordância com as disposições elucidadas por Orlandi (1988), que a historicidade da construção feminina na literatura resultou do processo de identificação das inúmeras vozes veladas das mulheres como um todo.

Assim, tal identificação atua de forma a desnudar as condições objetivas das mulheres e as formações ideológicas que as marginalizam, ademais, cabe evidenciar o pressuposto de que: "Para compreender este processo comecemos por dizer que a categoria do sujeito é a categoria constitutiva de toda ideologia: não há ideologia sem sujeito" (ORLANDI, 1988, p. 56).De forma que tal equação, que associa sujeito e ideologia, segundo os esclarecimentos tratados por Antônio (2005) pode revelar as

principais propriedades da participação e da produção feminina veiculada em meio a coletânea ‘Cadernos Negros’.

Seguindo as observações elucidadas por Antônio (2005), é possível depreender que a militância e a sua relação para com a linguagem – em especial, a linguagem corrosiva – são continuamente assimiladas por repertório da negrura consagrado no senso comum e que, assim, são devidamente submetidos ao ângulo de visão individual das poetisas e das escritoras negras, que processam a militância e a linguagem (escrita) dos núcleos que promovem a construção de um ‘eu feminino’.

Destarte, no que se refere à constituição de um “eu feminino enegrecido”, Antônio (2005) destaca que a produção dos “Cadernos Negros” responde, de maneira específica, às questões que recorrentemente a realidade dos afrodescendentes coloca. Porém, cabe destacar que:

> Esses poemas algumas vezes possuem um sujeito lírico que se identifica como feminino, outras vezes não. E em outras ainda, nos são fornecidos elementos que permitem identificar a voz enunciativa como um ser mulher e como um sujeito negro. E, assim, a partir do ponto de vista de escritoras afro-brasileiras, é tematizada a memória, seja ela referente a um indivíduo ou a um coletivo. Dessa forma, a produção poética das afrobrasileiras constrói a memória dos afrodescendentes brasileiros, trazendo à tona os importantes papéis desempenhados pelas mulheres negras ao longo da luta pela liberdade ontem e hoje (PALMEIRA, s/d, s/p).

Assim, na temática negra, cultural, o texto pode ser compreendido como diretamente correspondente a uma voz interna que, na maioria das vezes, é marcadamente feminina, levando em consideração os desejos e as demandas sociais dos negros, expressos especificamente nos textos, revelando vozes veladas, que geralmente são silenciadas pelo racismo e machismo. Sendo assim, observa-se que a condição feminina insurge especificamente na forma de um elemento necessário e capaz para a

elaboração da forma discursiva abaladora, capaz de providenciar a transfiguração das realidades e lançar um tom irônico ao mundo, como um todo (ANTÔNIO, 2005).

Conforme trata Carneiro (2000), é necessário denotar que a luta das mulheres negras contra as constantes e recorrentes opressões étnico-raciais e de gênero vem enriquecendo tanto os debates da discussão antirracista quanto as discussões existentes a respeito da questão de gênero no Brasil. Há ainda o posicionamento da referida intelectual afro-brasileira sintetizado no seguinte parágrafo:

> O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negros e de mulheres. Por um lado, esse movimento vem enegrecendo as reivindicações das mulheres, tornando-as mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras e, por outro lado, vem promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (CARNEIRO, 2000, p. 247).

Tal representatividade tem suas bases fundadas na atuação de predecessoras da resistência negra, como é o caso de Neusa Maria Pereira, no jornalismo literário e de demais intelectuais do âmbito da literatura afro-brasileira e diferentes frentes de representação e resistência.

4.2 Literatura Afro-Brasileira como símbolo de resistência negra

Sob esta perspectiva, Mathias (2017) menciona que a Literatura Afro-Brasileira cresceu em meio a um campo extremamente conservador, sendo relegada à literatura de menor valor (quando é ao menos reconhecida sobre a forma específica de literatura autônoma) por apresentar um sistema de transposição de mensagens e signos totalmente diferenciado do canônico. Compreende-se que a Literatura Afro-Brasileira traz em seu seio o selo da resistência, de forma que há constante incompreensão de seu valor estético por aqueles indivíduos que não compartilham da mesma linguagem subentendida e sobre o não dito, pressuposto que, geralmente, fala mais do que estruturas linguísticas sofisticadamente trabalhadas pela literatura tradicional, dominante e branca (MATHIAS, 2017).

Ainda a respeito de tal supremacia da elite branca, autores como Bahia (1972), Melo (1972) e Van Djik (1997) prestaram o desenvolvimento de seus estudos à reiteração da recorrência do racismo frente ao pensamento e aos estudos da comunicação, da imprensa e do Jornalismo no Brasil. Ou ainda desenvolveram compreensões sobre o epistemicídio[11] sobre a forma de instrumento de dominação racial, tal como aborda a filósofa negra Sueli Carneiro (2005).Em conformidade com tais direcionamentos, ainda é necessário elucidar que:

> A produção contemporânea de literatura negra no Brasil se constituiu quase que exclusivamente de publicações independentes, mas não foi incluída nos estudos sobre produção marginal dos anos 1970 [...] Desde o início ficou bem

[11] Epistemicídio se configura "pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio".

> nítido, através de uma entrevista com autores negros no CEAA [Centro de Estudos Afro-Asiáticos] que: ou você está a favor da autonomia da cultura negra, mas se coloca de fora das suas discussões intrínsecas, ou você adota uma atitude pseudoacadêmica, científica, objetiva e finge que está por dentro: mas aí cai na armadilha do paternalismo. Não tem meio-termo. É preciso ser convidado para romper o cerco que os negros se criaram para pensarem sua identidade (LOBO, 1993, p. 161-162).

Porém, é necessário destacar que a potência de tal segmento de literatura muitas vezes é usurpada e aceita como adequada por grupos categoricamente não-racializados e que por eles são patenteadas. Tal perspectiva faz com que a experimentação de uma forma completamente distinta do conceito de arte em relação à visão eurocêntrica acabe ficando comprometida, o que, por sua vez, leva à perda de boa parte da riqueza da produção cultural afro-brasileira (MATHIAS, 2017). Desta feita, cabe evidenciar que a literatura afro-brasileira, evidentemente, consiste em um conceito que ainda está em construção, e assim, Duarte (2008) dimensiona que pela existência de um apanhado de características de identificação e diferenciação da Literatura Afro-Brasileira, acaba-se caracterizando-a como um campo diferenciado e, também, como um sistema complexo e sensível.

Voltando-se às perspectivas relativas a escrita de resistência, observa-se que, para Sousa (1983) é necessário denotar a percepção de que não basta nascer negra/o, pois, na verdade, é preciso tornar-se negro, em alusão à teoria de Simone de Beauvoir (1980) evidenciada em sua obra ‘O Segundo Sexo’ – que trazia acepções sobre o fato de que ninguém nasce mulher, torna-se mulher –, sendo preciso reivindicar tal alteridade por intermédio da literatura. Desta forma, não basta que a autoria seja negra, não se trata ainda da perspectiva negra no mundo, uma vez que, seguindo as delimitações do padrão dominante, também não é possível ter o negro como personagem principal de uma

narrativa literária, especialmente se o autor da obra for um sujeito não-negro (SOUSA, 1983).

Dando continuidade a estas compreensões, Ianni (1988) esclarece nitidamente o quanto a literatura negra foi alvo das diversas transformações que perpassaram o próprio jeito de ser do negro e, também, a conjuntura histórica a qual o mesmo pertence. Não advinda do imediatismo, tal literatura necessitou da categorização de um perfil singular, pois, na maioria das vezes, a literatura negra possui caráter de denúncia social e política, tornando-se, portanto, uma intervenção e invenção literária que precisa de voz e vez em meio a sociedade dominada caracteristicamente pelos brancos. Justificando tais noções, Ianni (1988) ainda dimensiona o pressuposto de que:

> A literatura negra é um imaginário que se forma, articula e transforma no curso do tempo. Não surge de um momento para outro, nem é autônoma desde o primeiro instante. Sua história está assinalada por autores, obras, temas, invenções literárias. É um imaginário que se articula aqui e ali, conforme o diálogo de autores, obras, temas e invenções literárias. É um movimento, um devir, no sentido de que se forma e transforma. Aos poucos, por dentro e por fora da literatura brasileira, surge a literatura negra, como um todo com perfil próprio, um sistema significativo (IANNI, 1988, p. 98).

Para Sônia Fátima da Conceição (1982 a resistência deve ser o questionamento parte fundamental de sua escrita. De forma que, como demais colaboradoras do movimento literário negro e feminino, Conceição, assim como Neusa Maria Pereira, demonstra o desejo de trasmudar a “trama” da sociedade vigente, repleta de preconceitos de ordem social, racial e de gênero, ao procurar um lugar onde a mulher possa passar a ser efetivamente respeitada e que, consequentemente, a luta constante passe a ser parte recorrente na essência da escrita feminina negra.

> No século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente (MUZART apud DUARTE, 2003, p. 12).

Ou seja, seja em qual for o período histórico, a luta é o pressuposto consciente e constante; de maneira que seu intento é viabilizado como forma de transgressão dos limites e barreiras impostas pela sociedade desde a escravidão até a atualidade. A resistência da identidade negra não deve aceitar o encarceramento, de forma que quer, por intermédio de sua luta, direcionar-se para além dos limites seja da senzala (o preconceito da sociedade), seja do quilombo cultural existente nas produções literárias da atualidade (CONCEIÇÃO, 1982).

5. VERSUS / SEÇÃO AFRO-LATINO AMÉRICA.

O golpe civil-militar de primeiro de abril de 1964 tem como fenômeno a completa aniquilação do regime democrático, ainda que restrito, vigente no Brasil desde 1945. A burguesia industrial e financeira somada aos proprietários de terras e as cúpulas militares, com o apoio de parcela da classe média urbana e o alto escalão da igreja católica, orquestraram o golpe que contou com a mais ativa colaboração dos Estados Unidos e das empresas norte-americanas que atuavam no país. O golpe se autoproclamou "revolução" para ocultar seu caráter reacionário e "de março" para escapar à ironia do dia da mentira, conforme disposto por (NETTO, 2004, p.23).

Podemos afirmar que a ditadura empresarial-militar, imposta a partir de março de 1964, contribuiu decisivamente para a consolidação do modelo de desenvolvimento associado enquanto via de industrialização da economia[12] (Ianni, 1975). É desta forma que a modernização da sociedade brasileira expressa o seu caráter desigual e combinado (Trotsky, 2006), pois há uma permanente imbricação entre estruturas e relações sociais, tipicamente capitalistas e pré-capitalistas.

O processo acelerado de industrialização que caracterizou o período (1969-1974), conhecido como "Milagre Econômico", estava fundamentado no investimento direto de capital transnacional e no intervencionismo estatal.

> As linhas mestras deste "modelo" concretizam a "modernização conservadora" conduzida no interesse do monopólio: benesses ao capital estrangeiro e aos grandes grupos nativos, concentração e centralização em todos os níveis etc. – consagradas inclusive em tentacular repertório operativo e normativo (fora de qualquer controle democrático ou parlamentar) acionado por conselhos e coletivos diretamente atrelados ao grande capital. Elas instauraram o perfil e a estrutura econômico-social do

[12] Ver IANNI (1975)

> Brasil legados pela ditadura: a internalização e a territorialização do imperialismo; uma concentração tal da propriedade e da renda que engendrou uma oligarquia financeira; um padrão de industrialização na retaguarda tecnológica e vocacionado para fomentar e atender demandas enormemente elitizadas no mercado interno e direcionado desde e para o exterior; a constituição de uma estrutura de classes fortemente polarizada, apesar de muito complexa; um processo de pauperização relativa praticamente sem precedentes no mundo contemporâneo; a acentuação vigorosa da concentração geopolítica das riquezas sociais, aprofundando as brutais desigualdades regionais (Netto, 2011, p.31).

Esse período coincidiu com a intensificação da repressão policial-militar aos opositores do regime. A partir da imposição do AI-5, em dezembro de 1968, aprofundou-se a suspensão dos direitos civis e políticos instituída em abril de 1964. Com efeito, os setores da oposição que optaram pelo enfrentamento armado à Ditadura Militar via organização de guerrilhas urbanas e rurais foram dizimados. Ao mesmo tempo, o êxito da política econômica do regime conjugado a uma intensa propaganda ideológica e política orientada pela Doutrina de Segurança Nacional concorreram para que as críticas da oposição gozassem de pouca capilaridade social.

Todavia, a eclosão da crise econômica mundial a partir de 1973 - que se aprofundou nos anos subsequentes - concorreu para a fragilização do modelo econômico empreendido naquele período. A queda das taxas de crescimento econômico, a redução do consumo, o crescente endividamento público e o aumento do desemprego atestavam a falência do "milagre econômico" na medida em que acirraram as contradições do modelo de desenvolvimento associado posto em prática pelos militares em articulação com os representantes do capital monopolista.

A instabilidade econômica que se instalou a partir de então passaria a ser um importante fator de reoxigenação da oposição à Ditadura. Esse elemento associado ao desgaste do regime por conta das denúncias de tortura, assassinatos e desparecimentos

de opositores criaram as condições para que setores da cúpula militar se inclinassem a defender a "abertura lenta, gradual e segura" para conter a crescente instabilidade social (FONTES, 2010). Tal processo, apesar dos seus limites, criou condições para que sindicatos, movimentos culturais, sociais e políticos viessem, gradativamente, a se reorganizar.

Desse modo, houve uma diversificação das lutas sociais que refletia a complexificação da estrutura social brasileira promovida pela modernização da economia. Esse cenário proporcionou as condições para a reorganização gradual dos grupos de esquerda que, progressivamente adotariam formas de intervenção no quadro sócio-político baseadas no diálogo com os trabalhadores urbanos e rurais empobrecidos.

Um dos instrumentos encontrados para ampliar o diálogo das organizações de esquerda com os emergentes movimentos sociais foi a criação de coletivos para publicação de jornais. Esses puderam, sem os limites impostos pela censura, noticiar os avanços da organização das classes populares e das suas lutas sociais, bem como difundir avaliações e perspectivas sobre a situação política do Brasil e do mundo. Nesse sentido, os jornais alternativos são compreendidos como instrumentos que contribuem na formação da consciência política da classe trabalhadora. Tais iniciativas registravam que a dinâmica sócio-política brasileira se aproximava daquilo que o dirigente político italiano Antônio Gramsci caracterizava como uma formação social "ocidental".

> (...) nas formações "orientais", a predominância do Estado-coerção impõe à luta de classes uma estratégia de ataque frontal, uma guerra de movimento ou de manobra voltada diretamente para a conquista e conservação do Estado em sentido restrito; no "Ocidente", ao contrário, as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e de espaços ("guerra de posição"), da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e para sua posterior conservação (COUTINHO, 2003, p.147).

Os jornais *Opinião, Movimento, O Pasquim, Lampião* são alguns que tiveram vida longa e, não obstante a censura de que foram vítimas, conseguiram vocalizar as análises e ideias de parcela importante da esquerda naquele período. A imprensa alternativa ocupou um importante espaço na luta de classes nesse cenário porque se apresentava como "um ponto de encontro espiritual, um polo virtual de agregação no ambiente hostil e desagregador da ditadura" (KUCINSKI, 2003, p. 22).

Destacamos o jornal *Versus,* fundado em outubro de 1975, sob o signo da comoção provocada pela morte do jornalista Vladmir Herzog, como costumava dizer o mentor do periódico e jornalista Marcos Faerman[13]. Para Kucinski (2003) *Versus* teria um perfil jornalístico moderno, marcado pela aproximação entre aspectos literários e um jornalismo narrativo, com influência da produção contemporânea do jornalismo norte-americano. Sua primeira edição teve uma tiragem em torno de 12 mil exemplares, no formato tabloide, 52 páginas e mais um suplemento. Distribuído de mão em mão, em bancas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e algumas outras cidades, o Jornal era financiado, em parte, por um salário anual extra de Faerman.

> [...] *Versus* nasceu de um delírio que eu tive em Cuiabá... Eu havia ido ao Mato Grosso fazer uma matéria para o JT e conheci Juruna... Cuiabá é o centro geodésico da América do Sul, o por-do-sol me encheu de emoção; me apaixonei pela ideia de um jornal que falasse dos índios, da América Latina, que tivesse aquele pôr-do-sol. Sonhei com um jornal que contasse a história dos povos da América Latina... que fosse realidade e ficção, de grandes histórias, narradas como histórias, e havia o fascismo na América Latina,

[13] Marcos Faerman (1944-1999) foi um jornalista que fez parte da imprensa alternativa durante a ditadura militar. Gaúcho, escreveu para os jornais Última Hora e Zero Hora, em Porto Alegre, e depois se mudou para São Paulo, onde trabalhou no Jornal da Tarde. Durante a ditadura, Faerman rompeu com o PCB e entrou para o Partido Operário Comunista (POC). Durante o governo Médici, desligou-se da organização, mas ainda assim foi preso pela Operação Bandeirantes (Oban) por um mês, sofrendo torturas. Só foi solto por interferência da família Mesquita, proprietária do Jornal da Tarde. Após passagem pelo exílio, voltou ao Brasil e fundou o jornal Versus, cuja primeira edição saiu em outubro de 1975. Foi diretor, financiador parcial e responsável do jornal Versus.

> havia Chile, eu queria um jornal que contasse a história da resistência na América Latina [...] (KUCINSKI, 2003, p. 254).

Conhecido por sua linguagem estética alternativa, de resistência e contestação política, operava no plano ideológico através de metáforas culturais e históricas.

> Mais voltados a crítica dos costumes e a ruptura cultural, tinham suas raízes nos movimentos de contra-cultura norte-americanos e, através deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean Paul Sartre. Investiam principalmente contra o autoritarismo na esfera dos costumes e o moralismo hipócrita da classe média (KUCINSKI, 1991, p. 15).

Mesmo com poucos recursos, e sob as pressões e limites impostos pela censura, *Versus* estabeleceu diálogo com uma diversidade de sujeitos políticos que se colocavam em oposição ao regime. Tinha participação crescente e voluntária de jornalistas, poetas, cineastas, sociólogos e outros, além de um público leitor, inclusive do exterior, que escrevia e ajudava na manutenção do periódico.

A partir de sua distribuição nacional, sua tiragem chegava a 35 mil exemplares, "graças, sobretudo, à originalidade e beleza de cada edição, porque *Versus* era também um objeto bonito." (KUCINSKI, 1991, p. 131). Importantes personagens da criação do jornal foram os jornalistas Percival de Souza, Moacir Amâncio, Wagner Carelli, Enio Squeff, Omar de Barros Filho. Depois outros compuseram a equipe: o jornalista Caco Barcellos e os intelectuais Bóris Schnaiderman e Modesto Carone.

> À medida que a distribuição nacional se consolidou, a vendagem em bancas cresceu, e a tiragem se multiplicou até atingir 30 mil exemplares, a influência cultural e política de Versus passou a ser muito maior do que imaginávamos ou pretendíamos no início. Nosso programa, até então, resumia-se a uma expressão-síntese sobre a qual trabalhávamos arduamente: "a cultura como forma de ação". (DOMINGUES, 2005, p. VII).

O conteúdo e a perspectiva de *Versus* dialogaram com as alterações na conjuntura brasileira. A rearticulação do movimento estudantil, e do movimento

operário, e o crescimento da mobilização de professores, jornalistas, e demais setores médios sindicalizados, interferiam na forma e conteúdo do jornal.

> [...] As transformações decorrentes da politização da redação, que, passo a passo, abandonou o discurso original – literário, poético e épico da história da América Latina – em troca de uma visão mais crua, sociológica e imediata de nossa realidade, não só a brasileira como a do continente. A metáfora literária cedeu lugar à política, e isso se expressava não só nas reportagens, ensaios e entrevistas, mas também no próprio grafismo de Versus, nas charges, nas ilustrações, enfim, na organização editorial em seu conjunto (FILHO, 2007, p. 14).

Um dos aspectos desse movimento de articulação com as lutas políticas emergentes na sociedade é o peso que a temática negra adquire em suas páginas, a partir de 1978 – considerado consensualmente pelos estudiosos do tema como o momento de eclosão da luta negra no Brasil[14]. Acompanhando o processo de reorganização das lutas sociais no país, há a criação de vários coletivos que se organizam em torno da questão étnico-racial como o Grupo Palmares, no Rio Grande do Sul em 1971; o bloco afro Ilê Aiyê em 1974 e o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro em 1976, ambos em Salvador; a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) em 1974 e o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) em 1975, e o Centro de Estudos Brasil-África (Ceba), no Rio de Janeiro, em 1975, entre outras.

Símbolo da emergência do movimento negro contemporâneo no Brasil, temos a criação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), que teve seu lançamento com a "carta aberta à população"[15] nas escadarias do Teatro municipal de São Paulo, resultado de uma manifestação em virtude da morte de um operário negro dentro de uma delegacia e também com a expulsão de atletas negros de um clube da

[14] Ver HANCHARD (2002) e ver DOMINGUES (2005).

[15] Documento em forma de manifesto, impresso para distribuição pública, contra a discriminação, contra a opressão policial e por uma autentica democracia racial.

cidade. Ainda nesse ano, a palavra "negro" passa a fazer parte da denominação do movimento (MNUCDR). A mudança para o Movimento Negro Unificado (MNU), como conhecemos e existe ainda hoje no Brasil, ocorre a partir de 1979.

Sendo assim o lançamento do jornal Versus coincide com a ebulição do movimento negro. Tal fato possui profunda influência na criação da seção "Afro-Latino América" entre a 12ª e 24ª edição do jornal. A seção se tornou um espaço de permanente debate em torno das contradições étnico-raciais na formação social brasileira. Ele pode ser compreendido como uma estratégia de intervenção política da direção do jornal. Essa hipótese está assentada no fato da seção ser composta por membros vinculados a organizações de esquerda como a Liga Operária (LO)[16] que compreendiam a questão étnico-racial como uma das principais contradições do capitalismo no Brasil.

A partir da 12ª edição, o jornal *Versus* aninha esse suplemento em virtude de seu editorial ser dedicado à arte, cultura e revolução, vislumbrando a luta internacional contra toda e qualquer tipo de opressão dos povos africanos, latino-americanos e, sobretudo o povo trabalhador brasileiro. Lança-se então a *Afro-Latino-América* e logo o periódico passa a estampar um pensamento crítico de origem e vigor negros não somente na cor, mas na constatação das denúncias de racismo e de repressão que, ora carregadas de indignação frente ao racismo, se tornaram canais de interlocução entre o povo negro oprimido que se identificava com o pensamento crítico e a resistência que assim rompiam o véu que cobria o preconceito a discriminação e a violência. Da

[16] Liga Operária foi uma organização operária socialista e trotskista brasileira, fundada em 1972 e que existiu até 1978, teve papel importante nas lutas estudantis e operárias na década de 1970 e na organização da Convergência Socialista e do Partido dos Trabalhadores. Ver Campos (1986).

juventude, dos estudantes, dos intelectuais e das lideranças negras de todo o país, surgiam textos, poesias, arte, fotografia e jornalismo autenticamente negros desde a criação até o público alvo.

Uma parcela dos ativistas da seção pertencia ao Núcleo Negro Socialista, um grupo com orientação de esquerda que já estava minimamente organizado em virtude de conexões com ativistas em vários estados do país.

Como parte da imprensa negra no Brasil, *Afro-Latino-América* estampava em suas páginas a questão racial no Brasil e no mundo, correspondências internacionais e reflexões que iam da diáspora até os dias vividos – relatando a luta negra pela emancipação[17] na África através da viagem de exílio de Teresa Santos, atriz, educadora e ativista em Guiné Bissau, Angola e Moçambique – passando pelas atrocidades cometidas pelo colonialismo e registrando a contundente intervenção dos Panteras negras no EUA[18]. Além disso, também registrava e movimentava o circuito efervescente do movimento negro no Brasil, assim como o relato do protesto de sete de julho de 1978 do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial – MUCDR, nas escadarias do teatro Municipal[19].

Em uma breve análise do trecho inicial do discurso que gestou o nascimento dessa seção negra no jornal, que faremos no capítulo a seguir, é possível perceber que a luta negra passava a elaborar política decolonial, feminista, antirracista e anticapitalista à conjuntura brasileira e internacional, adicionando assim um elemento novo no interior de um periódico alternativo que buscava uma identidade latino-americana.

[17] Ver Versus nº 28, de janeiro de 1979, e nº30, de março de 1979.
[18] Ver Versus nº 25, outubro de 1978.
[19] Ver Versus nº 23, de julho-agosto de 1978.

Foi por meio de um artigo publicado na 11ª edição de Versus que se deu origem à criação dessa plataforma afro-dialógica, quando então Neusa Maria Pereira chega à redação de Versus para alterar o cenário racial da imprensa alternativa brasileira.

5.1 ANÁLISE DE TEXTOS DE NEUSA MARIA PEREIRA PUBLICADOS NO JORNAL VERSUS

O Jornal Versus surgiu no Brasil em meio ao ano de 1978, num momento histórico em que o país vivia sob domínios da ditadura militar, ao mesmo tempo em que coexistia uma grande efervescência de movimentos sociais – desenvolvidos por trabalhadores e estudantes –, momento em que aconteceu, também, uma fértil ebulição de ideias inovadoras. É neste ambiente cultural altamente rico que nasce o jornal como expressão de possibilidades para a autoafirmação e a resistência de escritores negros (COSTA, 2009).

Em conformidade com Palmeira (s/d), o Jornal Versus era uma publicação, com a presença de escritores oriundos dos mais diversos estados brasileiros com objetivo de confrontar os regimes autoritários que ocorriam no Brasil e na América Latina. Surgiu em São Paulo em meados do ano de 1978 – em plena Ditadura Militar –, possuindo, até o presente momento, trinta e um volumes, dentre os quais os números ímpares eram, também, dedicados a publicação de poemas e os números pares, aos contos.

De forma geral, as escritoras e os escritores do Jornal Versus buscavam, entre outros objetivos, "[...] revigorar a memória das várias tradições afrodescendentes que circularam e se reconfiguraram [...] e continuam sendo refeitas por todo século XIX e XX" (SOUZA, 2005, p. 49). O alcance de tais objetivos se dava da seguinte maneira:

> Compreendendo a memória como importante para a construção da identidade dos afro-brasileiros, as escritoras e os escritores da literatura negra tematizam a memória dos afrodescendentes em suas produções, trazendo à tona uma memória coletiva invisibilizada, negada e apagada pela história oficial brasileira. Por meio da reinvenção poética, esses escritores e escritoras

> imortalizam a experiência vivenciada e transmitida de pai para filho e de mãe para filha num processo constante de reconfiguração/preservação simultânea de tradições seculares transmitidas pela oralidade (PALMEIRA, s/d, s/p).

Dentre as produções mais expressivas e importantes da carreira de Neusa Maria Pereira em meio ao Jornal Versus, cabe destacar que a cronista atuou na 2ª edição com a publicação de dois contos, dentre os quais destacaram-se o conto "Tião Tião" e "Mulher 1". Analisaremos ainda seu conto "O Sete de Julho" (PEREIRA, 2013).

Em "Tião Tião", observam-se características de um profundo contato com o mundo da violência e da morte, tudo alcançado através da descrição da vida de Tião. Após sua morte, passa a deflagrar lembranças referentes a consciências raciais e assim, nas falas da narradora, tem-se o seguinte trecho: "Como reconhecer morto o homem que me havia dito que o importante não era apenas meu prato estar cheio de comida, mas sim de toda a Comunidade negra deste país, desonradamente a mais explorada e a que mais tem fome?" (PEREIRA, 1979, p. 77).

O narrar da História de vida da autora com seu companheiro relata de modo substancial não só a condição de vida, mas também de luta. Como parte da classe trabalhadora que convive com os dilemas classistas e raciais, no tocante a opressão e as diferenças impostas por uma sociedade capitalista e racista. Nos voltemos a trechos que trazem de forma sublime a lembrança viva na memória de Neuza Maria sobre a militância anticapitalista feita por Tião: "Á noite, a continuação de sua ação, a perpetuação de acordar os que estão do lado de fora da casa do capitalismo. E você fez alguns irmãos acordarem. E foi real e bonito". Nesse artigo a relação entre classe e raça é evidenciada num formato coeso ligando raça e classe de forma concreta, a situação

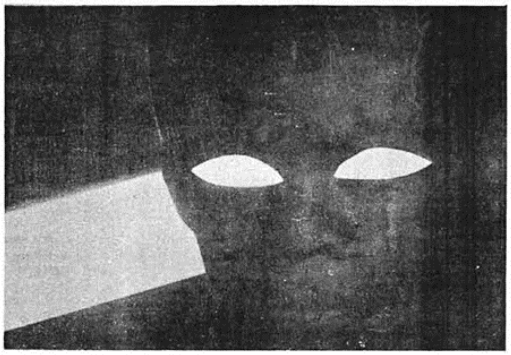
vivida pela opressão racial e a situação vivida pela pobreza sob o ponto de vista do reconhecimento da necessidade de uma luta coletiva.

No trecho “Ensinou para eles, que apesar de todos os ultrajes, SOMOS ALGUÉM, somos seres humanos e pretendemos lutar para que todos acreditem nisso, para que todos respeitem isso”, é explicito o luto e a luta em forma narrada pelos acontecimentos do aprendizado e também na escrita em caixa alta do texto que evidencia a frase “Somos alguém”. No tocante ao conceito de racismo é importante fazer referência a Eugenia como teoria, que apesar de frustrada em seu propósito, gerou uma hierarquização racial evidente ao ler o artigo de Neusa Maria Pereira.

De 22 a 24 de julho realizou-se na cidade de Criciúma (SC) o 1º Simpósio Cultural e o 4º Congresso Afrobrasileiro. O encontro não conseguiu pensar a questão fora da visão tradicional que define a posição oficial no país

IMPRENSA

PÁGINAS BRANCAS DE UMA NOITE NEGRA



As noites e os dias de Nova York são sempre brancos. As lojas, a terra, as cidades dos E.U.A., também. O país tem donos brancos. Ao negro resta o gueto e sua alma, embora na verdade até as favelas sejam propriedades brancas. Se perguntarem a um negro do Harlem, do Brooklin ou de qualquer outro bairro o que é a propriedade, talvez ele possa responder, «propriedade é sinônimo de coisa de branco», ou «é o que falta, para que nossa gente tenha uma vida digna». Não é preciso ir ao Harlem para saber o que é morar num lugar onde **nossa** casa, emprego, condução, escola, tudo pertence ao branco, enfim, tudo pertence a ele, até nossa vida depende dele. Não é preciso ir ao Harlem para saber o que fazer numa noite realmente negra, principalmente quando se sabe que ela acaba. Mergulhar na noite eterna é um sonho negro. Mas quando ela é passageira precisamos resolver na hora, o que fazer.

A noite negra de Nova York. Um raio de consolo interrompendo a branquidão da vida. Um blecaute... O saque. A polícia. O negro da noite na noite do buraco. A noite do negro. Nos sonhos brancos as vítimas são sempre homens de cabelos duros. Nas ruas sujas do Harlem, nos botecos fedidos de Greenwich, nas portas dos edifícios de Madison, nas celas das subdelegacias e grandes cadeias, as vítimas quem são?

É o sonho diante da realidade. A lucidez e a loucura. O Harlem transbordando e as carapinhas dançando, nas ruas como ratos saindo dos esgotos, do meio do lixo, sujando as lojas brancas, com suas patas imundas. As mercadorias saindo das lojas sem preço. O mundo mudando de dono.

Os jornais brancos reagem. Em Nova York ou São Paulo, mas reagem. Se brancos saquearam não interessa. Interessa sim que negros saquearam. É fato. Por quê ? Isto não importa, importa sim, negros saqueando. O que foi roubado ? Roupas, armas, alimentos ? De tudo, mas principalmente armas. Por quê ? Ora, não subestime o leitor, ele descobre o óbvio. Uma arma é importante para o negro novaiorquino geralmente desempregado porque tem a pele e os modos não

continua na pg. 34

afrolatinoamérica

Este jornal é meu revólver e meu sorriso.

CONGRESSO

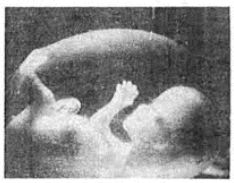
NA CIDADE DO CARVÃO

Os organizadores do 1º Simpósio Cultural e 4º Congresso Afrobrasileiro se negam a enfrentar a realidade racial. Na maioria professores do Grupo Joaquim Ramos, mais conhecido na cidade como **navio negreiro,** não conseguiram lembrar-se das ruas, das minas, dos piores empregos, das praças: o mundo negro de Criciúma.

É nas minas de carvão que trabalha a maior parte dos homens negros da cidade; as mulheres, como sempre, são domésticas nas casas de família. «O trabalho nas minas é difícil para todos - diz um mineiro negro -, mas na verdade é mais duro para nós que ficamos com os piores encargos, com os mais difíceis».

Um ditado resume o estado de espírito da cidade: «mina que não

continua na pg. 33



morte sem preço

Descendentes de africanos, à margem da História, perdidos entre as pobres deste país, agora, perdem o direito à vida

Ninguém pediu para o eu ropeu ir até a África, mas um dia ele chegou. Chamando-nos selvagens, primitivos, índios de vários deuses, quis nos **ajudar**, para tanto ensinou-nos a amar num só Deus de olhos verdes, manso como um cordeiro. Depois, o fogo dos canhões, a explosão da pólvora e o navio negreiro.

Trouxeram-nos para uma nova terra, onde milhões de homens e mulheres estavam sendo assassinados. No tráfico entre África e América mais de 200 milhões de negros morreram. Na América, milhões de outros: o pelourinho, as minas de ouro e de prata, os cafezais, os algodoais e canaviais. Os bandeirantes abrindo novos caminhos. Ficando as bandeiras entrando nas nossas próprias carnes escuras. Nossas revoltas, as forcas, os canhões novamente, nossas cabeças, nossas vidas.

Depois, a abolição... A miséria, a subnutrição, o desemprêgo, as doenças, o trabalho pesado, nossas esperanças nos filhos.

Agora querem que nossas mulheres tomem pílulas anticoncepcionais. Dizem que estamos famintos e querem nos alimentar com pílulas.

Pagamos para comer, para nos identificar, para nascer, para morrer, pagam para que nossas mulheres não deixem nascer os filhos de que tanto precisamos. Controlar o nascimento das crianças pobres é evitar o nascimento de crianças negras. Os homens e mulheres negros assassinados através da história vão ser impedidos de renascer.

Teimemos.

CONTO

TIÃO TIÃO

Perto da parede branca estava minha cama. Parece que tinha dormido bem à noite, porque havia amanhecido sem dor de cabeça e, a enfermeira encarregada de cuidar de mim no período noturno, não estava no quarto.

Penso que há três meses estou internada nesta clínica para doentes nervosos. Não falo, recuso a escutar o que não quero, não ouço rádio ou vejo televisão, enfim não tenho nenhuma distração. Recuso-me a levantar da cama a não ser para ir ao banheiro. Não gosto de receber visitas. Não quero ir ao pátio ver outros doentes, angustiados e abestalhados como eu. Fujo do sol, irrita-me o contato alegre da grama macia, o cheiro das flores. Detesto as manhãs, porque elas principiam a vida.

Não há outra verdade absoluta a não ser a que você está morto e eu vazia de qualquer emoção identificada com a vida. Mas eu não acredito na sua morte. Porque você era força e ensinamento demais para se deixar matar Tião. Você era caminho e solução demais para ser destruído. Não acredito e pronto. A decisão estava tomada.

Bem lembro aquela tarde de car-

continua na pg. 32

Tinhamos que enfrentar os cristãos. Não com os ensinamentos da Biblia, mas com a espada que arrebenta as correntes dos povos escravizados. Sem a mordaça, gritamos. Orgulhosos, viveremos...



Fotos de André Boccato

começa na pg. 31

TIÃO TIÃO

naval, quando dois homens cruelmente calmos, apareceram lá em casa, dizendo que deveria acompanhá-los ao Instituto Médico Legal. Minha função era reconhecer seu corpo imóvel, estendido numa mesa mais fria que seu cadáver.

Mas como reconhecer morto o homem que havia despertado tantas consciências para a vida? Como reconhecer morto aquele que havia ensinado que a nossa história precisa ser reescrita para que não tivéssemos mais medo e vergonha de nós mesmos, e começassemos a desconfiar desta sociedade, onde todos são iguais pela «graça de Deus»? Como reconhecer morto o homem que havia me dito que o importante não era apenas meu prato estar cheio de comida, mas sim de toda a Comunidade Negra deste país, desonradamente a mais explorada e a que mais tem fome? Como reconhecer morto, o homem que havia injetado em mim o soro vital da libertação? Era duro e cruel saber morto quem havia me dado tanta força... tanta força. Então não acreditei. Foi voto inconsciente. Foi voto de sangue envenenado. Voto de cabeça enlouquecida. Voto de ódio.

Beijei sua boca fria tentando redescobrir você, tentando reviver você. Na sua boca me esperava uma saliva baça como naquele momento estava a cor de sua pele. Antes Negra, antes luzidia. Toquei sua cara lisa da barba que o fizera conhecido dos moradores daquele lado virulento da cidade. Sua indiferença alcançou meu cérebro. Tremi, olhando você muda. Sem qualquer outra expressão que me afastasse da loucura. E senti raiva de você Tião. Raiva da sua coragem, da sua ideologia, da sua necessidade de ser inteiro em todos os instantes da vida. Raiva da sua tolerância para com os assassinos. Raiva por você ter me deixado.

De repente todo aquele desespero pareceu haver passado. Saí quase vencida daquela sala ironicamente azul que se permitia o direito de guardar seu corpo. Saí e fui sentar na escada numa das entradas daquele lugar nojento. Sentei. Cotovelos apoiados nas pernas, mãos encobrindo o rosto e comecei a reproduzir imagens do tempo em que vivemos juntos.

Primeiro vieram as imagens de nossa adolescência. Fase cheia de complexos e medos pela obrigação de absorver uma infinidade de falsos valores que nos foram dados por determinados brancos. Complexada ante a possibilidade de acomodação numa cultura que nos havia sido imposta pela força, pela imoralidade daqueles que não possuem nenhuma dignidade moral para se afirmarem superiores. Estas pessoas já tinham praticado inúmeros crimes em nome desta supremacia racial e nós sabíamos disto. Tínhamos



medo disto, e sabíamos que a luta seria dura. Tínhamos que enfrentar os cristãos. Não com os ensinamentos da Bíblia, mas com a espada que arrebenta as correntes dos povos escravizados.

Apesar da barra de fogo a gente casou aos 20 anos. O seu trabalho na fábrica, o curso de madureza colegial à noite, a discriminação sutil no serviço, a dificuldade de ser Negro, foram apressando a caminhada em direção à dignidade plena. Desta forma você decidiu iniciar um trabalho em nossa vila. Ensinou a ler inúmeras pessoas. Fez ver a gente de nossa comunidade que ela ainda tem um orgulho a defender. Ensinou-lhes a história de Zumbi, contou-lhes a luta em Palmares. Fez ver a nossos irmãos que seus cabelos duros e carapinha eram bonitos, que sua pele Negra é macia e lisa, possuindo um anticorpo mágico que afasta o cancer e aproxima os orixás que nos dá força para resistir a toda forma de dominação. Ensinou pra eles, que apesar de todos os ultrajes, SOMOS ALGUÉM, somos seres humanos e pretendemos lutar para que todos acreditem nisto, para que todos respeitem isto.

Na sucessão de imagens, veio a de nosso filho Martin. Você ,Tião aumentou a sua precisão de lutar, pela dignidade e direitos de nossos irmãos por causa dele, pela vida dele. Era muito importante Martin saber desde os primeiros anos de sua vida, que a qualquer momento, ela poderia ser interrompida pela simples cor de sua pele. Era mais importante ainda, Martin aprender a lutar contra os inimigos ocultos existentes nas consciências vindas da lama.

Nesta parte das imagens você já deixou o trabalho na fábrica. Trabalha como lavrador num sítio distante de nossa casa. Aprendendo a plantar e distribuíndo com nosso irmãos, pobres como nós, os poucos frutos e verduras colhidos. À noite, a continuação de sua ação, a perpetuação de acordar os que estão forçadamente dormindo do lado de fora da casa do Capitalismo. E você fez alguns irmãos acordarem. E foi real e bonito. Uma noite,Tião, você não voltou pra casa. Nem na outra noite, nem nunca mais. Aí começou minha loucura. Porque todos os dias eu tentava arrancar você da terra. Mas agora sei que esta é uma reação inútil. Que eu preciso viver e você me dará forças para isto e juntamente com nossos irmãos, continuarei a lutar contra aqueles que se julgam com o direito de entrar no «reino dos céus». E enquanto houver uma pessoa sofrendo de olhos secos e coração revoltado porque sua pele é diferente, eu estarei agindo como você, Tião... Tião,como amo você.

Neusa Maria Pereira

Disco Preto

Os Tincoãs anunciam com seu canto forte como os candoblés da Bahia, um novo tempo na música negra do Brasil.

O canto do pássaro nordestino Tincoãs representa a vinda da seca.

O grupo, preocupado com nossas raizes, canta a música afro-brasileira com alguma adaptação para o dia-a-dia nacional.

Mateus, Dadinho e Badú - Os Tincoãs, trabalhando profissionalmente desde 67, lançam seu terceiro L.P. neste ano. E estão se apresentando nos subúrbios do Rio de Janeiro com o Show **Palco sobre rodas**, todos os sábados.

Bob Marley, cantor jamaicano, é um dos nomes mais importantes do ritmo reggae Através dele e utilizando sua voz enrouquecida, Marley canta o sofrimento que as diferenças sociais e de cor traz às pessoas. Bob Marley é um cantor politico e sua preocupação com os problemas do mundo já lhe valeu um tiro, que impossibilitou sua apresentação no Festac da Nigéria.

Por sua atitude eminentemente politico-social, Bob Marley é respeitadissimo enquanto artista, na Nigéria.

A explosão toma vida no Soul do negro Dafé.

Carlos Dafé canta Soul Brasileiro, Soul Music feito para dançar.

É o canto de trabalho africano, canto de escravos, vindo de encontro a sensibilidade de nós, negros, e da nossa comunidade.

Dafé canta para comunidade negra, a nossa música, usando todos sentidos, no dificil prazer de transmitir Soul.

Série de Música Popular Brasileira nº 21, da Continental, é o seu primeiro disco, que é todo sentimento e entrega de vida

Nossos Dias Nossa História

12/8/1912 - Nasce o sociólogo Edson Carneiro na Bahia, estudioso das Culturas Negras.

24/8/1822 - Morre o grande lutador das causas negras, Luis Gama.

28/8/1798 - Revolta dos Alfaiates - BA. A irrupção estava marcada para esse dia .

29/8/1730 - Nasce o grande escultor Barroco, Antonio Francisco Lisboa, o **Aleijadinho**.

4/9/1850 - Lei estabelecendo medidas à repressão do tráfico de africanos.

4/9/1969 - Encerra-se em Brasília o seminário das Nações Unidas sobre **apartheid**, o qual concluiu que a política racista do governo sul-africano «constituiu ameaça à paz e à segurança internacional».

6/9/1969 - O primeiro-ministro da República da África do Sul, Hendrik Verwoerd, é assassinado a punhaladas no plenário do congresso por um funcionário branco da casa.

8/9/1799 - Revolta dos Alfaiates. Condenados à força e esquartejamento no Largo da Piedade dos Revoltosos.

12/9/1969 - Cerca de 200 brancos, armados de machados, canos e correntes de ferro, atacam um grupo de jovens negros que entrava numa escola secundária em Grenada, EUA, no que saem feridas 33 pessoas.

Figuras 1 e 2. "Tião, Tião", texto de Neusa Maria Pereira.

FONTE: Acervo pessoal.

Em “Mulher 1”, Neusa Maria Pereira enalteceu a atuação de Zezé Motta como Chica da Silva numa adaptação teatral do filme de Cacá Diegues, quando se completavam 90 anos após a abolição da escravidão no Brasil, obra marcante do cenário cinematográfico nacional e, para o Movimento Negro, representação de uma ferramenta de revalorização humana, possibilitando a quebra de barreiras e paradigmas existentes acerca, especialmente, da mulher negra e escrava.

Neusa ainda enalteceu a grande beleza das feições e aspectos corporais da atriz, elementos que por muito e muitos anos foram associados com o vulgar e remetiam à objetificação do corpo da mulher negra como espaço de lazer do homem branco, especialmente dos senhores de engenho quando observada uma perspectiva pré-abolicionista. A passagem do texto que mais demarca tal noção encontra-se transcrita abaixo:

> Sua sensualidade ultrapassou o prazer momentâneo e, de uma certa forma solidificou nossa certeza em sermos mulheres e negras e não sentirmos vergonha nem medo por isto.
>
> Você exibiu seu seio, suas pernas grossas e bonitas sem culpa. Agrediu os acostumados às atitudes supostamente normais. Sua vitalidade assustou os poucos acostumados às demonstrações de negritude. Seu canto é uma quente revelação (PEREIRA, 1979, p. 77).

Neusa descreveu que a atuação de Zezé Motta – Maria José Motta – foi tão importante e emblemática que conseguiu transformar ao menos o pensamento de parte de seus espectadores não acostumados com a força da representatividade artística da mulher negra naquele momento histórico brasileiro. Assim, tanto como a escrita de Neusa quanto na atuação de Zezé, para relatar a história negra no Brasil, os escritores e autores se libertaram, com o advento da arte, da objetividade castradora da liberdade de

pensamento e da emoção veiculada por racistas, que afastava o interesse da sociedade como um todo a estas produções que elucidam e enaltecem o eu negro (PEREIRA, s/d).

Categoricamente, Neusa priorizou a construção de uma escrita carregada de denúncias da verdadeira condição do negro no Brasil e no mundo, utilizando-se de uma narrativa com características que provocaram no leitor a acidez por ela empregada, além de gerar incômodos por ser, eminentemente, audaciosa e carregada pela exposição dos contrastes presentes na realidade do negro brasileiro. Ademais, o enaltecimento da beleza negra, do nariz chato, dos cabelos enrolados, da altivez natural promovida pelo brilhante tom de pele, todos fatores e perspectivas que se colocam como expressamente importantes para a construção de uma identidade negra nova e representativa.

Com a escrita de “Mulher 1”, ao passo em que Neusa evidenciava a força da mulher negra por intermédio do trabalho de atuação desenvolvido por Zezé Motta nos teatros, a cronista também denunciava todos aqueles danos que foram sofridos pelas mulheres negras, recorrentemente vítimas de estereótipos, geralmente associados a seus corpos e o apelo sexual com eles associados, oriundos da escravidão, e que atuam como formadores de barreiras em direção ao alcance da plena cidadania de tal porção populacional brasileira.

Complementando tal dimensionamento, Pereira (s/d) ainda estratifica o pensamento de que, uma vez originárias das classes mais pobres, as negras sempre tiveram de trabalhar – o dobro ou o triplo – para que pudessem ser aceitas e reconhecidas e assim, para as mulheres negras nunca houve tempo de reconhecer ou diagnosticar com clareza a opressão masculina, pois as elas sempre se encontram permeadas e afogadas tentando superar ou, ao menos, anestesiar este contexto infligido

pela intolerância de toda sorte disseminada a elas no cotidiano social. A respeito deste papel sexual e social da mulher negra historicamente consagrado, cabe denotar a percepção de que:

> [...] mulheres negras escravas, [...] sem dúvida estavam colocadas em um nível social inferior, tanto por ser mulher, como por ser negra e, também escrava. Ser mulher, e ser escrava dentro de uma sociedade extremamente preconceituosa, opressora e sexista, é reunir todos os elementos favoráveis a exploração, tanto econômica quanto sexual, e também ser o alvo de humilhações da sociedade nos seus diferentes seguimentos (GIACOMINI, 1988, p. 26).

Assim, com o advento de uma escrita que almejava promover a importância da representatividade negra feminina no Brasil, especialmente durante o decorrer do período da Ditadura Militar, Neusa Maria Pereira figurou como uma das pioneiras no Brasil a desenvolver trabalhos escritos acerca da discriminação da mulher negra. Com as repercussões positivas da pioneira Neusa, tal trabalho começou a emergir os primeiros grupos com finalidade a promover a garantia dos direitos das mulheres negras.

Despediu-se da esposa, seguindo para o bar do pai, que aliás, já contratara um despachante para transferir a sua propriedade para o filho.

Na Vila Popular, Bradelvino Gonçalves, amigo de infância de Robson também estava tranquilo. À tarde, foi à casa da namorada. Quando voltava, seis da tarde, investigadores à paisana o prenderam.

No outro dia, na delegacia foi torturado. E Bradelvino, o **Dô**, conta:

"— Levam a gente para uma sala com escrivaninha e uma mesa com máquina de escrever. Deve ser para o escrivão-não sei para que! — Aí mandam a gente tirar a roupa. Eu tirei e fiquei como Deus me fez. Isso depois que me esmurraram bastante. Aí enfaixaram minhas mãos, os dois punhos, juntos. Depois me mandaram sentar. Enfaixaram meus dois pés juntos. Enfiaram um ferro entre os braços e as pernas. Apoiaram uma ponta de ferro na escrivaninha. Estava pendurado e fiquei à vontade deles... Aí, bateram na minha cabeça, no corpo, na sola dos pés com uma borracha. Além das borrachadas esmurram a gente, chutam e batem como querem. Perguntam se a gente tem sede. Diz que sim, nesta altura, a boca está seca. E eles jogam água na nossa cara, no canto da boca, quase afogando a gente, que não consegue beber nada..."

"— Eles queriam saber da casa do Robson. Disse que não sabia e que se soubesse não diria".

Esta cena se repetiu diariamente, até sexta-feira. Mas não era só Dô que era torturado; também os outros prisioneiros da delegacia do dr. Luiz Alberto Abdala — delegado de polícia — em Guaianazes.

Valdir era torturado todos os dias, apesar dos quinze anos, pelos policiais do 44.º Distrito.

Durante o dia torturavam os prisioneiros; à noite aterrorizavam os moradores da Vila Popular. Um dia invadiram a casa da sogra de Erinton Pereira de Brito — o Eron que daqui há dois meses vai se formar investigador de Polícia. Além da sogra estava Lúcia, a esposa de Eron com algumas crianças. Os policiais invadiram a casa e ameaçaram todos com as armas nas mãos. Queriam o **Mutuca**. Ao ver a casa invadida, Eron que chegava do trabalho correu para lá. Abdala ao conhecê-lo abraçou-o: "Preciso pegar o Mutuca e o Robson. Se acho este neguinho mato ele no pau. Ele está me dando muito trabalho". Segundo Eron, Mutuca é um garoto que mora na vila, trabalha e ajuda o pai.

Vivi também teve que conversar com o delegado Abdala, na terça-feira. No carro dele, uma Variant. Foi aí que se negou a dizer onde Robson estava, que encontrou o garoto Valdir algemado e descobriu que os policiais forçavam-no a dizer o endereço de Robson. Ela acha que foi ele quem deu o endereço do seu marido. O garoto nega: "Não falei nada. Fiquei pendurado, tomei choque no peito, em cima do coração, mas não entreguei ninguém, nem meus camaradas..."

A casa de Vivi ficou de pernas pro ar, neste dia, como a casa da sogra de Eron, revistadas pela polícia. Mãe Tereza viu sua filha de santo ser arrancada do seu terreiro: o templo de Oxalá.

Na sexta-feira, Robson ainda estava tranquilo. Foi em casa pegar roupas limpas e as chuteiras para jogar pelo **Império do Samba F.C.**, do Ipiranga. Foi aí que o guarda Eros, o **Boca Torta**, chamou Abdala. O delegado e sua equipe cercou o ônibus. Prendeu Robson e levou-o à delegacia. Pela manhã. Ele encontrou-se com Dô, na cela. Conversaram.

Enquanto tudo acontecia, a mãe de Dô arranjou um advogado, o Dr. Darci. Já fora insultada na delegacia, quando levou marmita e cobertor para o filho; já chorara de raiva do Abdala. Vivi também.

Ainda na sexta-feira, os investigadores buscaram Robson na cela e levaram-no para a sala de torturas. Pelas descrições de Dô, presume-se seja uma casa entre a delegacia e uma casa de família, quase defronte uma igreja: o templo de Cristo.

Foi levado por volta de onze horas. E não demorou muito para os amigos de cela ouvirem seus gritos de **misericórdia**...



Doze horas.

Os gritos de Robson continuavam. Ora gritava, ora se calava. Os policiais, às vezes, paravam para descansar.

Treze horas. A cerimônia continuava, ao lado da igreja.

Quatorze horas. Os gritos de Robinson, já não eram como de início; escapavam, saiam apertados pela garganta. Já não eram gritos; os sons chegavam baixo no ouvido dos companheiros.

As 17:30 hs., os **homens da lei** traziam Robson de volta para cela. Ensanguentado, as juntas duras, o corpo desforme:

"— Abdala falou que negro tem que morrer no pau. Por isto estão me matando".

Os companheiros de cela ajudaram-no a ajeitar-se. Ajudaram-no depois a urinar. Mijou sangue.

Chamados, os policiais levaram-no ao Pronto Socorro de São Miguel. Daí foi levado em estado grave para o Hospital das Clínicas. Sua esposa conseguiria encontrá-lo no domingo, numa maca, no corredor do Pronto Socorro, tomando soro. O investigador de plantão tentou impedi-la de entrar, mas ela invadiu o Pronto Socorro.

Lá estava Robson, semi-acordado e com as marcas das torturas. "Estou feio, né Vi..."

"— Não está não, bôbo..."

Diariamente sua esposa foi visitá-lo. Na quinta-feira, estava morto.

No enterro, a família, revoltada, pedia justiça, ameaçava vingança. No dia 13 de Maio à noite, a procissão cantando pontos de preto velho. A Associação Martin Luther King, com mais de duzentos negros, em Guaianazes, protestou. O primeiro pavilhão do hospital a ser construído pela Fundação Nacional de Cultura Negra e Miscigenações de Guaianazes, receberá o nome de Robson Silveira da Luz.

A família escreveu carta aberta — com assinatura de amigos e gente solidária — protestando contra a opressão policial. A carta, que vai ser entregue à Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese, foi lida no lançamento do Comitê Brasileiro de Anistia, dia 12 de Maio, pelo grupo Afro-Latino América.

Hoje, Dô, o amigo de infância denuncia tudo que sabe sobre a morte de Robson. Sua irmã, que mora em Itaquera, é obrigada a voltar diariamente de táxi para casa. Dois homens num carro, às vezes, perseguem-na quando chega em casa a pé. Um dia, quando entrou na casa de um protestante para esconder-se do carro, os dois homens saltaram do veículo e deram um tiro pra cima. Dois policiais visitaram, por duas vezes, a mãe de Dô, à procura dele. Disseram que precisavam falar com seu filho.

Vivi nem sabe como anda o processo. Alguém lhe disse e ela acredita, feliz, que o juiz que vai julgar o processo aberto pela família contra a equipe de Abdala, vai ser negro. Ela acha que um juiz negro talvez garanta um julgamento justo.

Está só, com Rogério de três anos e o filho que vai nascer na sua casa, na Vila Popular. Tem a solidariedade dos amigos que comentam que o português pagou seis mil cruzeiros para o Abdala matar seu marido.

Vivi pagaria bem mais para deixarem-no vivo.

O futuro?

Vai ser de luta e trabalho. Preparando os caminhos do Rogério e da criança que vai nascer. Se for mulher, chama-se Alexandrina — nome da tia de Robson, se for homem, Robson Silveira da Luz Junior.

Se ele está desempregado
Ela sustenta a família.
Se não...
Continua lá. Na casa de sinhá...

mulher1

Dez minutos sentada frente a um papel em branco, tentando escrever sobre Zezé Mota, a Chica da Silva do filme do Cacá Diegues. Nada além disto me vinha à cabeça: __ Maria José Motta você fez a maioria das mulheres negras, que viram seu show, sentirem-se orgulhosas.

Posso afirmar que ninguém melhor do que nós, pudemos sentir toda sua alegria e revolta. Elas entraram em nós e nos ajudou a apagar algumas mentiras e reafirmaram o que somos, que nossa força é grande e, somente ela nos permitirá sair vitoriosas desta luta de revalorização humana.

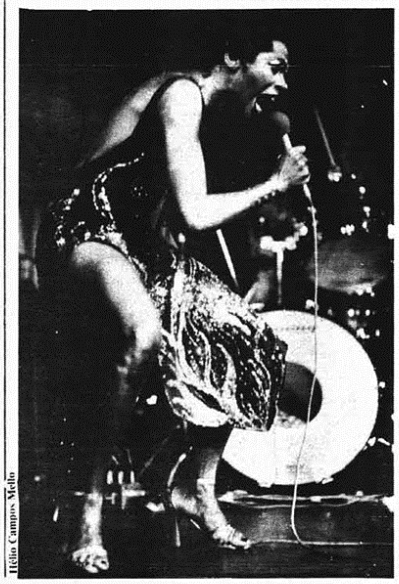
Naquele dia no palco, você foi tudo. Vida, morte, loucura, desespero, sensualidade, inteligência e principalmente, negra. Sua sensualidade ultrapassou o prazer momentâneo e, de uma certa forma solidificou nossa certeza em sermos mulheres e negras e não sentirmos vergonha nem medo por isto.

Você exibiu seu seio, suas pernas grossas e bonitas sem nenhuma culpa. Agrediu os acostumados às atitudes supostamente normais. Sua vitalidade assustou os poucos acostumados às demonstrações de negritude. Seu canto quente é uma revelação. Através dele, pode-se melhor sentir o negro das músicas de Luis Melodia, Gilberto Gil, Milton Nascimento. Destaque para Rita Baiana, feita inteirinha para você. Um modo negro de ser mulher que, só nós entendemos e podemos. Qualquer crítica ou desassombro é apenas inveja e incapacidade de ser.

Mas depois de tudo veio o medo. Medo que consiga vencer a engrenagem propagandística e se transforme num sucesso. Talvez, até valesse pelos seus anos de sacrifício e porque esta deve ser a meta de todo o artista popular. Penso que isto seja difícil num país acostumado ao lugar comum. «Oxum que te entende e a nós também, sabe disso».

Você fez muitas pessoas chorarem naquele domingo depois pós — 90 anos de Abolição. Eu também chorei porque ainda não consegui calar minha emoção diante do belo.

Neusa Maria Pereira



Hélio Campos Mello

Figura 3. "Mulher1", texto de Neusa Maria Pereira.

FONTE: Acervo pessoal.

Por fim, no texto “O Sete de Julho”, de Neusa Maria Pereira, a autora traça a relevância deste dia, em 1978, para o Movimento Negro brasileiro, em que centenas de militantes se encontraram no Ato Público de lançamento do Movimento Negro Unificado (MNU), construindo uma manifestação pública contra a situação de opressão e discriminação vivida pelos negros durante toda a história nacional e, especialmente, no decorrer da Ditadura Militar.

Para Neusa, o dia destacado em seu texto é ainda mais relevante como movimento de representação dos negros em que os militantes encararam todos os possíveis efeitos negativos que aquela prática os traria. Afinal, em meio ao período ditatorial, a conduta daquele grupo de vanguardistas negros poderia ser encarada e, facilmente, enquadrada como crime, uma vez que se configurava enquanto uma atividade intrinsecamente subversiva aos desígnios dos militares que estavam no poder.

Expressando a relevância do referido movimento e, também, da escrita de Neusa Maria Pereira, destaca-se que:

> No dia 07 de julho de 1978 um grupo resoluto de pessoas se reuniu nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo para dar voz a uma indignação que era sentida desde a mais tenra idade. Aqueles homens e mulheres que se reuniram previamente para articular e levar a público a formação do Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR) – cujo nome seria modificado para Movimento Negro Unificado (MNU) alguns meses depois – enfrentavam o senso comum, ou seja, a crença na inexistência do preconceito de raça no Brasil e o medo da coerção dos governos militares, que ficariam descontentes com a denúncia da falsa harmonia social da nação, bem como, dos abusos físicos cometidos por oficiais (GARRIDO, 2016, p. 34).



paisana, misturavam-se entre os presentes. Quietos. Havia negros que ao conhecê-los (qual negro não conhece um policial?) diziam para o companheiro: "Até que enfim eles, aqui, são obrigados a calar, a ficar quietos e não agredir..."

Uma viatura policial apareceu com um preso. Alguém viu e avisou a comissão Executiva do movimento, que procurou o policial responsável. Este lhe informou, que no carro estava preso um ladrão, e que fora preso em outro lugar.

Mais de mil pessoas estavam presentes por volta de 19':00 horas, Nas ruas, corria de mão em mão, cartas abertas à população, chamando todos os negros a se organizarem numa luta comum, nos bairros, nas vilas, nas prisões, nos terreiros de candomblé e de umbanda, nos locais de trabalho, escolas de samba, igrejas, em todo lugar onde haja negros, para dali, atacarem todo tipo de discriminação, unindo-se à um grande movimento unificado, tornando-o forte, ativo e combatente. Dos setores democráticos, a carta dizia esperar o apoio, criando assim as condições necessárias para criar uma verdadeira democracia racial.

O ato, ao mesmo tempo que um protesto, era uma festa. A rua, a praça, estavam, momentaneamente liberada. Velhos companheiros de luta, alí, se encontravam.

Abdias do Nascimento, fundador do Teatro Experimental do Negro, hoje professor e conferencista, nos E.U.A., também estava alí. Ele não poderia deixar de faltar a tão importante manifestação, após longos anos de exílio, após a negativa do governo brasileiro em dar-lhe passaporte, apesar do racismo. Alí, diante de mais de mil negros, concretizando um velho sonho: chamar as massas negras à organização, a atuação e a luta contra o racismo, por uma sociedade não branca, sem discriminações, uma verdadeira democracia racial.

O sete de julho conseguiu unir muitos negros, muitas entidades, criticadas às vezes dentro da Comunidade Negra. Entidades de Belém, de Salvador, de Recife, o IPCN, o Centro de Estudos Brasil África, a escola de samba Quilombos, o Renascença Clube, o Núcleo Negro Socialista, Olorum Baba min, A SIMBA, do Rio de Janeiro.

Prisioneiros da Casa de Detenção enviaram uma carta apoiando e ampliando o Movimento.

A juventude Judaica, a Convergência Socialista, e outros setores estiveram presentes.

A carta aberta foi novamente lida em coro por mais de mil presentes.

O ato acabou, mas a luta continua.

As televisões, rádios e jornais foram obrigadas a falar dos negros que protestavam. Algumas como a T.V. Globo, mostrava mais brancos falando, do que negros, mas os poucos que podiam falavam, com suas vozes, o que queriam. E as vozes negras entraram pelas casas de negros e brancos, suas palestras foram escritas nos jornais.

Nas ruas, no 7 de Julho, todos os negros gritaram. as palavras de ordem: Contra a discriminação racial! Contra a opressão policial pela ampliação do movimento! Por uma autência democracia Racial!

O SETE DE JULHO

Neusa Maria Pereira

Que data é esta, que já consideramos histórica?
E não falamos desta dorminhoca história oficial,
feita para acalmar os espíritos.
Mas daquela que tem verdade,
que tem cheiro de terra e povo.

Sete de julho de 1978 tornou-se um dia histórico para todo o povo negro, porque, pela primeira vez, saimos à rua para protestar e denunciar o racismo existente neste país.

O povo negro aqui chegou como escravo, mas encontrou formas de resistência e criou condições para sair da violência do cativeiro.

Combativo que é fugiu da exploração de seu senhor, na luta pela libertação (vide Palmares) criou uma sociedade nova, e este fato como tantos outros, não esta devidamente esclarecido pela história oficial, numa tentativa de esconder do negro seu passado, para que assim ele não possa exigir seu real papel na sociedade.

Sabemos que os escravos e seus descendentes ajudaram e ainda ajudam a construir a riqueza deste país, dando-lhe ainda toda base de sustentação cultural. Nosso povo deu seu sangue nas diversas lutas de caráter interno e externo para que o Brasil consolidasse sua independência política. Sabemos da participação maciça de negros na guerra do paraguai, na guerra dos Canudos, na Inconfidência Mineira. Mas o que recebemos como prêmio por tanta dedicação a esta terra?

- Recebemos a miséria, o desrespeito, o desconhecimento, por parte das autoridades da classe e raça dominantes, dos nossos direitos de cidadãos. Recebemos o desemprego, o subemprego, as piores moradias do país, o maior índice de doença e mortalidade.

O fantasma da escravidão ronda constantemente a vida do homem negro no sistema capitalista. Muitas de nossas crianças estão sem estudar porque seus pais não têm condições de mandá-las à escola. A tuberculose e a verminose são as maiores responsáveis pela morte de negros, e estas são doenças típicas de pessoas carentes de alimentação adequada. Nossa juventude perambula nas ruas sem trabalho e perspectiva de dias melhores. O roubo é solução para muitos jovens arranjar dinheiro. Este desafio ao sistema leva os novos adolescentes aos reformatórios desumanos, onde estão em maior número. Quando eles saem de lá, caem nas cadeias, ou são simplesmente assassinados pela polícia, preocupada em limpar as cidades brancas do demônio social que é o negro.

Muitas de nossas mulheres, que deveriam estar construindo nossas famílias, formam longas fileiras nas zonas pobres da prostituição, fazendo desta escória uma maneira honesta de ganhar a vida.

Somos considerados cidadãos de segunda classe, mas no dia 7 de julho, em São Paulo, mostramos publicamente que não mais aceitamos esta classificação. Enquanto algumas pessoas bem vestidas e perfumadas entravam no teatro Municipal de São Paulo para cumprir seu dever social, um grupo de mais de mil negros abriam seu peito ali em frente, num grito sufocado, denunciando as péssimas condições em que vivemos neste país. Mais de mil negros, em sua maioria jovens, dismistificavam publicamente o racismo covarde que o proíbe de participar do progresso da sociedade, que o atira na sargeta e o assassina.

Naquela noite, deixamos claro para toda a sociedade que não mais nos calaremos frente aos crimes e à violação dos nossos direitos de cidadãos a que estamos submetidos desde o dia em que pisamos nas terras brasileiras.

Desta vez eram mais de mil. Na próxima, triplicaremos nosso número.

Sabemos que somente unidos teremos força para construir uma sociedade mais justa.

Figura 4. "O Sete de Julho", texto de Neusa Maria Pereira.

FONTE: Acervo pessoal.

Analisando o perfil, a vida e a obra da cronista, torna-se evidente que, com sua escrita Neusa estabeleceu sua luta de resistência, visando acabar eficazmente com a sociedade de classes, por intermédio da escrita cativante que ela possui cativando esperanças de um futuro sem distinções de classes ou raça.

Com as crônicas analisadas de Neusa, é passível a percepção da presença de um olhar mais rigoroso acerca de problemas que afligiam profundamente a população brasileira à época de sua publicação e, por sua vez, travavam o desenvolvimento da comunidade negra. Assim, em concordância com as disposições expostas nos contos e trabalhos de resistência negra desenvolvidos por Neusa Maria Pereira, cabe depreender que: “era necessário usarmos as páginas para mostrar saídas, apresentar nossas ideias, nossa cultura, o que nos estava sendo roubado, para sermos respeitados” (PEREIRA, 1977, p. 34).

Ademais, com o advento de sua escrita, Neusa conseguia evitar que a história, especialmente das mulheres negras e do Movimento Negro, caísse no esquecimento, afundando-se nos recantos da memória de alguns pontuais indivíduos, uma vez que, “esquecimento [...] e memória [...] supõem o tema do poder. A memória exerce-se e avalia-se, sempre, a partir de uma posição ou a partir de um posicionamento em relação ao poder e à autoridade” (ACHUGAR, 2006, p. 206).

Passando, agora, à análise da publicação “Pela Mulher Negra” da autora Neusa Maria no Jornal Versus, é factível a observação de um enaltecimento da presença e importância social da mulher negra, enfatizando que estas devem se elevar e serem recorrentemente elevadas, levando em consideração aspectos que, atualmente, são denominados sob um único termo, a saber: sororidade.

> Na noção de "sororidade", conformam-se a homogeneização e a ocultação das diferenças e desigualdades entre as mulheres. Essas revisões decorrem da crescente tomada de consciência das diferenças e desigualdades no que concerne ao enquadramento político; à posição de classe; às circunstâncias raciais/étnicas; às distâncias de geração ideológicas. No Brasil, esse debate, restrito a alguns círculos, mantém-se lacunar no que tange à avaliação de impasses dos feminismos, organizações sempre imaginadas como de defesa de doutrinas igualitárias (COSTA, 2004, p. 35).

De forma geral, entende-se sororidade como a perspectiva acertada de que juntas as mulheres são mais fortes e assim, a sororidade pode ser tratada como a solidariedade feminista frente ao combate da rivalidade e da competição recorrentemente impregnadas nos discursos machistas (GARCIA, SOUSA, 2015). Desta feita, tal conceito é facilmente aplicável nas percepções evidenciadas por Neusa Maria no texto em questão, pois as mulheres negras necessitavam ainda mais desta solidariedade mútua, uma vez que, além do machismo enraizado socialmente, o racismo assolava e ainda assola suas vidas.



PELA MULHER NEGRA

Neusa Maria.

A mulher negra pertence a uma das minorias raciais mais cruelmente vitimada pelos castigos da divisão da sociedade em classe. Esta divisão é a maior responsável pela campanha da difamação sofrida pela mulher negra, considerada pelos representantes desta sociedade de classes como objeto sexual de consumo fácil. Há muitos que nós, afro-brasileiros, estamos lutando para apagar esta mancha original e sair do lugar em que nos colocaram.

Na época da escravidão, estes «dignos senhores» enfiaram suas escravas na casa grande local onde elas faziam todo tipo de serviços paras suas inúteis esposas e ainda serviam de vacas leiteiras para seus filhos.

Estes mesmos «ilustres» senhores, também resolveram repartir a cama com as escravas, sendo elas obrigadas a curvar-se ante sua indignidade, seu sarcasmo e sevícias. Nestes momentos, estes senhores esqueciam-se que as negras «cheiravam mal», conforme suas próprias opiniões, e deixavam-se dominar por seus desejos.

Dessa dominação recebemos como herança a marca de eternas prostitutas. Herança que nos ensinou a temer nossa beleza, nosso corpo e a própria condição de mulher. Mas a nossa força é grande, mesmo sabendo que o caminho que temos para seguir é tortuoso.

Precisamos encontrar o remédio certo para cicatrizar as feridas que este tipo de gente enraizou em nossas almas. Lutamos para mudar esta situação que, para o grupo social dominante, é importante preservar. Mas tudo muda; é uma exigência da História. E cada negra existente neste país está gritando, ainda que silenciosamente, as culpas, a violência e a imoralidade desta sociedade. Nosso perdão só virá com a redenção dos culpados.

Nós, afro-brasileiras, lutamos para sobreviver o mais decentemente possível, em uma sociedade dura, onde as oportunidades são difíceis para todos e, principalmente, para nós. Lutamos contra o racismo camuflado existente nas empresas, a que somos obrigadas a encarar, pensando no pão de cada dia, amargo como fel para engolir. E a gente enfrenta isso como pode.

Ora com um nó na garganta, que não consegue disfarçar uma necessidade imediata; ora de cabeça erguida, com o orgulho que foi o único bem que nossos antepassados nos legaram.

Com sacrifícios a mulher negra brasileira tenta melhorar o nível de vida. E para isso estuda. Algumas chegam à Universidade, tentando alcançar uma colocação melhor e dinheiro. Nessa procura do que julgam ser direito, sofrem todas as penas do inferno na concorrência com a mulher branca.

Os empresários preferem as moças das raças dominantes. Um emprego, numa empresa particular, é sempre difícil. A solução é procurar o emprego público e ter disposição de enfrentar os concursos, os candidatos, as poucas vagas e a classificação duvidosa. Caso seja aprovada, geralmente seu cargo não passará de escriturária, mesmo sendo universitária. Mas o que fazer? É preciso lutar contra isso.

A luta é a companheira da mulher negra, sempre, desde seu nascimento. Nós tempos pós-abolição, quando os negros foram soltos no mundo sem eira nem beira, com seus serviços substituídos pelo do imigrante, ele manteve a dignidade da família, trabalhando nos fogões das tradicionais famílias brancas. Ela ajudou seu homem a salvar seu caráter.

Hoje, quando a crise de desemprego atinge também a nós, negros, ainda é ela que segura o lado mais pesado do barco. Pois quando um falta, o outro não pode falhar. Os filhos necessitam do leite e seu grito de fome machuca muito mais do que a chibata dos «senhores» machucava a pele dos nossos antepassados. Por isto, ele enfrenta o trabalho coletivo e obscuro nas fábricas, nos campos, nas repartições públicas, hospitalares e escolas mesmo nas posições mais inferiores. Depois ainda vai para a sua maloca, cuidar de tudo, dos filhos, fazer comida, lavar roupa.

Mesmo assim ela ainda defende seu destino, seu direito de ser mulher e negra, nesta sociedade em que a hipocrisia dita as normas de conduta. Apesar de tudo, nós sabemos o que queremos. Queremos ser respeitadas, entendidas, amadas como ser pensante e como fêmeas. Porque não pretendemos abdicar de nosso útero, de nossos seios, de nosso calor. Pretendemos continuar sentindo nossos orgãos genitais de forma total, sem medos ou complexos, e quando alcançarmos um novo estágio social, talvez não seja mais necessário falar em racismo.

Figura 6. "Pela Mulher Negra", texto de Neusa Maria Pereira.

FONTE: Acervo pessoal.

O texto “Pela Mulher Negra” é complementar à luta da mulher negra para conviver e sobreviver na sociedade com o ideal de igualdade fundamentalmente presente, tal como deveria ser em num modelo ideal de conjunto social. Neusa Maria emerge, categoricamente, como figura de expressão da relevância da mulher negra na história brasileira no presente, passado e futuro desta nação e verdadeiramente a produção em análise é uma representação de tal importância da autora para a exposição da voz feminina e negra por intermédio da imprensa negra.

No texto de Neusa, a imagem da mulher não é a de submissão, daquela que deve sofrer calada a qualquer forma de violência ou preconceito, na verdade, evidencia a figura de uma mulher empoderada, com relações de sororidade para consigo e com outras mulheres, buscando verdadeira (re)ação contra discursos machistas, racistas e patriarcais que as violentam diariamente.

Numa perspectiva generalizada, o empoderamento feminino significa que a mulher deve tomar para si os seus direitos, revestindo e investindo sua autonomia do poder necessário para combater os discursos recorrentes na sociedade atual, pois, é enfática a percepção de que: “[...] luta por seus direitos quem os reconhece, mas acima de tudo, quem se reconhece como digno deles” (FERRARI, 2013, p. 3).

Assim, esta espécie de independência feminina pode efetivamente favorecer a redução das recorrentes desigualdades existentes contra o sexo feminino em meio as tomadas de decisões em todos os âmbitos de sua vida, influenciando para o alcance de uma transformação social geral (AZEVEDO, 2012).

> [...] para além de seu aspecto político, as liberdades substantivas implicam direitos que garantem a qualidade de vida, a segurança econômica e física, a proteção contra fomes e doenças tratáveis, mecanismos de combate a

> diversas formas de discriminação e transparência nas relações sociais (AZEVEDO, 2012, p. 34).

A produção de Neusa Maria Pereira aqui analisada associa e desenvolve temas relativos à mulher, ao feminismo, à sororidade, à relevância da mulher negra na cidadania e na política. Dessa forma, interpela o feminino e a negritude, convidando, especialmente, as mulheres negras a refletirem acerca de sua posição na sociedade patriarcal, machista e racista de seu período de escrita e que repercute até os dias atuais.

> "A mulher negra pertence a uma das minorias raciais mais cruelmente vitimadas pelos castigos da divisão da sociedade em classe. Esta divisão é a maior responsável pela campanha da difamação sofrida pela mulher negra, considerada pelos representantes desta sociedade de classes como objeto sexual de consumo. Há muito que nós, afro-brasileiros, estamos lutando para apagar esta mancha original e sair do lugar onde nos colocaram".

O inicio do texto relata sua maior potência no quesito interseccional quando fala em defesa da dignidade das mulheres negra numa sociedade racista. Ela coloca os elementos de classe, gênero e raça. A reflexão de classe quando historiciza a escravidão no tocante ao tratamento dado às mulheres nesse contexto. Relata a particularidade do sofrimento por serem mulheres. Referências fundamentais das discussão de raça, classe e gênero nesse artigo que tem caráter de manifesto político, conforme descrito na citação acima.

A escrita de Neusa denunciava condições de vida que ainda são persistentes em nosso país. Um estudo divulgado em 2017 mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos. O Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, analisa indicadores com base na Pesquisa de Amostra por Domicílios - Pnad do IBGE, que faz parte de um projeto realizado pelo IPEA desde 2004 em parceria com a ONU Mulheres.

As mulheres trabalham em média 7,5 horas a mais que os homens por semana. Em 2015, a jornada total média das mulheres era de 53,6 horas, enquanto a dos homens era de 46,1 horas. Em relação às atividades não remuneradas, mais de 90% das mulheres declararam realizar atividades domésticas – proporção que se manteve quase inalterada ao longo de 20 anos, assim como a dos homens (em torno de 50%). Esses são alguns dos dados destacados no estudo Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça com base em séries históricas de 1995 a 2015 da Pnad.

Através do artigo e manifesto de Neusa, é possível revisitar uma caracterização política feita por ela acerca da discriminação e do processo de marginalização e diferenciação de acordo com a raça, com o gênero e a situação de classe. Quando Neusa afirma "A mulher negra pertence a uma das minorias raciais mais cruelmente vitimadas pelos castigos da divisão da sociedade em classe", estão incluídos nesse discurso todo o processo de subjugação através das diferenças que o capitalismo se utiliza da questão de gênero e raça para obtenção de maior lucro na relação capital/trabalho.

A pesquisa do IPEA relata a diferença salarial e também a quantidade de horas trabalhadas se comparada com os homens brancos e mulheres brancas, podemos reparar que a mulher negra é a última nessa hierarquia de remuneração. Ainda que proporcionalmente o rendimento das mulheres negras tenham sido o que mais se valorizaram entre 1995 e 2015 (80%) e o dos homens brancos o que menos cresceu (11%), a escala de remuneração se manteve inalterada em toda a série histórica, pois homens brancos têm os melhores rendimentos, seguidos de mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. Ou seja, a mulher negra, mesmo com crescimento proporcional significativo, permanece como a que recebe os menores rendimentos.

A diferença da taxa de desocupação entre sexos também merece registro: em 2015, a feminina era de 11,6%, enquanto a dos homens atingiu 7,8%. No caso das mulheres negras, ela chegou a 13,3% (e 8,5% para homens negros).

A pesquisa mostra um aumento das família chefiadas por mulheres, que saltaram de 25% para 43%. Dentre as famílias chefiadas por mulheres, as negras são a maioria em proporção. O resultado desses índices nas periferias em famílias chefiadas por mulheres negras aponta para o número de 15.872.935 mulheres negras, aquelas que recebem os menores salários em nosso país, assumindo a situação de vulnerabilidade de sua própria condição e de seus familiares, frente a uma crescente responsabilização que tende a ser criminalizador da mulher negra pela vulnerabilidade social que vive. São elas que, chefiando as famílias mais empobrecidas, sofrem com os ataques do judiciário e da insuficiência das políticas sociais frente ao fracasso da capacidade da família de se proteger e promover um desenvolvimento digno de seus membros. Poderíamos apontar que a culpabilização pelo Estado da mulher negra chefe de família, por sua pobreza, miséria e as mazelas a que estão submetidos seus membros é estrondosamente desproporcional, um Estado machista contra as mulheres mais vulneráveis do sistema capitalista. Isso ocorre não somente pela insuficiência das políticas afirmativas, mas pela insuficiência das políticas sociais, que em nosso país atendem numerosamente às famílias de pobres e negros, significativamente chefiadas por mulheres pobres e negras.

Neusa Maria cumpriu um importante papel de demonstrar em seus escritos o protagonismo da mulher negra em uma sociedade de classes: “um grupo de mais de mil negros abriam seu peito ali em frente, num grito sufocado, denunciando as péssimas condições em que vivemos neste país” (PEREIRA, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Jornal Versus, fundado durante a ditadura militar, foi uma mídia alternativa de resistência, seu maior objetivo era divulgar os problemas políticos e sociais de uma forma cultural, de maneira que não ofendesse ninguém, mas que ao mesmo tempo trouxesse uma reflexão para a sociedade. O periódico proporcionava que diferentes grupos se manifestassem e assim mantinha uma seção voltada ao movimento negro e que foi importante na contribuição da luta contra o racismo durante a segunda metade da década de 1970 do século XX, como evidenciado ao longo desse trabalho.

O preconceito é algo que sempre existiu na humanidade, pois as diferenças, quando não estão bem claras e conceituadas aos olhos do ser humano pode causar um certo incômodo. Contudo o preconceito racial é algo que precisa ser discutido, pois o racismo se perdura pelos tempos e na sociedade moderna isso deve ser transformado.

Trazer a discriminação a tona possibilita discussões sobre os assuntos, e a mídia, como uma das principais fontes criadoras de opinião deve instrumentalizar as ações afirmativas e propagar o conhecimento sobre as raças.

Uma das figuras que teve um grande papel nessa luta é Neusa Maria Pereira como uma expoente dessa luta. Neusa foi de extrema importância para combater os crimes e preconceitos preconizados pela ditadura militar e atuou escrevendo sobre feminismo e a figura da mulher negra, atacando principalmente os estereótipos impostos pela sociedade. Diversos textos foram escritos sobre o assunto, cabe destacar “Mulher 1” e “Pela Mulher Negra”.

Ao longo dessa dissertação foram analisados quatro textos de Neusa Maria Pereira no Jornal Versus e revisitada a história do periódico dentro do cenário político da época, sua importância na luta contra a opressão e, em especial, o destaque para a seção negra do jornal. Também se trabalhou a biografia de Neusa Maria Pereira, dando uma atenção especial a sua luta dentro do movimento negro e a importância dada a luta feminista.

Em "Mulher 1" Neusa Maria Pereira aborda, de maneira engrandecedora, a atuação de Zezé Motta na pele de Chica da Silva. Através desse texto ela trouxe ao leitor a visão da mulher negra apontando os problemas relacionados a sexualidade e a objetificação da mulher visto seus atributos oriundos da própria raça. Neusa é capaz de, através da escrita, trazer o desconforto e a reflexão a sociedade, principalmente às classes não atingidas pelo preconceito.

A atuação de Neusa Maria Pereira predominava em trazer ao leitor uma visão crítica e realista do que o negro já enfrentou e das lutas que ainda tinha que enfrentar. Através de uma escrita provocante e cheia de comparações, Neusa fazia com que o leitor se colocasse no lugar do personagem negro e assim poderia ter uma pequena ideia das barreiras encaradas.

Contudo Neusa não tinha a intenção de apenas trazer os problemas mas também em declarar a autoestima do negro, enaltecendo sua cor. Ainda, enfatizando a problemática das adversidades que a mulher negra tinha que combater, a jornalista trouxe uma visão da dupla discriminação, uma do fato de ser mulher e a outra pelo motivo de ser negra.

No texto “Pela Mulher Negra” a escritora evidencia o poder da mulher negra e sua incontestável contribuição para a história e desenvolvimento de um povo. Através desse texto Neusa promove a afirmação de que mulher precisa se manifestar e lutar contra quem queria lhe calar. Ela manifesta o empoderamento feminino e racial e enaltece a necessidade da sororidade entre os grupos.

Os contos de Neusa Maria Pereira analisados durante este trabalho foram “Tião Tião”, sobre violência, morte e consciência racial; “Mulher 1”, sobre a atuação da atriz Zezé Motta na peça Chica da Silva, denunciando os estereótipos associados a mulher negra; “O Sete de Julho”, que trata da importância desse dia no ano de 1978, quando houve o Ato Público de lançamento do Movimento Negro Unificado; e “Pela Mulher Negra” que enaltece a presença social da mulher negra, enfatizando a necessidade de conviver e sobreviver na sociedade.

O foco no papel e na relevância da produção escrita por Neusa Maria Pereira no periódico foi a base desse trabalho porque, assim, pôde-se traçar sua trajetória na imprensa e sua relevância dentro do movimento e, posteriormente, o reconhecimento do seu trabalho e o destaque em suas publicações para o tema da mulher negra.

Através da análise dos textos de Neusa foi possível perceber a enorme contribuição que seu trabalho trouxe para as discussões e possíveis mudanças de paradigmas. O texto “O Sete de Julho”, por exemplo, evidencia o Movimento Negro Brasileiro e escancara para a sociedade a luta que a raça oprimida esta proposta a combater. O momento em que foi criado o movimento era de grande tensão e toda essa manifestação e luta por direitos iguais poderia sim ser considerado crime à época, mas

Neusa não se importava com isso, pois o seu trabalho em busca da igualdade e da propagação de informação eram maiores que qualquer reprimenda.

No quarto capítulo foi realizado um breve estudo da vida de Neusa Maria Pereira e evidencia-se a longa caminhada da escritora pelo objetivo de reportar, através da mídia, os problemas enfrentados pelos negros. Ela narra com perfeição a história da escravidão e as aspersões trazidas ao longo dos anos, e tornou-se uma militante na luta pela igualdade das mulheres negras. Ainda, destaca-se que Neusa teve total liberdade de expressão no Jornal Versus e assim pode de fato tratar sobre temas que motivavam agregando muito valor a sua vida pessoal e profissional.

Neusa Maria Pereira entrava em evidência também por ser negra militando sobre o movimento negro. A imprensa era majoritariamente branca e a atuação de Neusa trazia muito mais que uma discussão sobre os assuntos por ela apresentados, mas também uma representatividade. Neusa demonstrou que era possível se inserir, que era possível manifestar sua opinião, que era possível lutar, mesmo sendo negra, mesmo sendo mulher. Ela proporcionou uma autoafirmação para a classe e seus pronunciamentos de cunho político e social afirmavam que ela estava ali para fazer a diferença.

No capítulo seguinte foi realizada uma abordagem sobre os Cadernos Negros, importante instrumento de enaltecimento da cultura negra, afinal eram textos escritos por negros, que manifestavam seu olhar perante a sociedade. Os Cadernos Negros proporcionaram um inserção de negros e negras na literatura, tanto como escritores como quanto leitores, ampliando assim a informação e a motivação para romper barreiras.

A temática da mulher negra foi inserida com os Cadernos Negros e assim muitas escritoras negras puderam manifestar de uma maneira poética, mas ao mesmo tempo crítica as necessidades e demandas sociais dos negros, principalmente das mulheres

Os objetivos propostos foram cumpridos, pois conseguiu-se demonstrar o impacto que a contribuição da escritora teve na luta contra o racismo e no feminismo negro. Assim, a hipótese também se confirmou, ficando evidente o discurso antirracista e feminista na luta contra a Ditadura no conteúdo jornalístico de Neusa Maria Pereira. Da mesma forma, pode-se perceber a confluência dos artigos com a discussão conceitual de Raça/racismo e Feminismo/Interseccionalidade.

Ainda sobre os conceitos debatidos e o conteúdo analisado nos artigos, pudemos observar em uma variedade de trechos os impactos das opressões vividas tanto do ponto de vista racial como de gênero e de classe, onde o conjunto de opressões ocorriam concomitantemente. Os textos de Neusa Maria denunciavam com veemência a conjunção desses elementos que ultrajavam a mulher negra do período em que escrevia e também relatava o processo histórico pelo qual a mulher negra passou para que essas opressões chegassem dessa forma até ela.

Ressaltando um trecho do Jornal Versus nº 11 de junho de 1977 “A mulher negra pertence a uma das minorias raciais mais cruelmente vitimadas pelos castigos da divisão da sociedade em classe. Esta divisão é a maior responsável pela campanha da difamação sofrida pela mulher negra, considerada pelos representantes desta sociedade de classes como objeto sexual de consumo...” (PEREIRA, 1997).

É flagrante a condição de minoria, logo, de oprimida, mas não somente pela questão racial como também pela situação econômica e o gênero marcadamente na condição de mulher revelado no texto.

No artigo “Mulher 1” debatido nas páginas 94 e 95 , a cronista também denuncia todos danos sofridos pelas mulheres negras, recorrentemente vítimas de estereótipos, associados a seus corpos e o apelo sexual com eles também associados, oriundos da escravidão. Um aprofundamento do machismo histórico da sociedade de classes na qual a mulher foi dividida entre objetos sexuais e receptáculos divinos de procriação do homem branco. Em “Pela Mulher Negra” Neusa evidenciou o papel da sociedade de classes e o homem branco como seu principal representante na objetificação do corpo da mulher negra que além da exploração do trabalho doméstico, braçal e como ama de leite, ainda eram cotidianamente estupradas: “Nestes momentos, estes senhores esqueciam-se que as negras <<cheiravam mal>>, conforme suas próprias opiniões, e deixavam-se dominar por seus desejos. Dessa dominação recebemos como herança a marca de eternas prostitutas” (PEREIRA, 1977). Entrelaçando de forma muito clara e envolvente a questão de raça, gênero e classe, Neusa aponta ainda que a luta é “para mudar esta situação que, para o grupo social dominante, é importante preservar (...) nosso perdão só virá com a redenção dos culpados” (PEREIRA, 1977). Ela narra sobre o racismo velado nas empresas e o racismo marcando a desigualdade na exploração da mulher negra não somente naquela época, mas como vimos na pesquisa da Pnad (IBGE, 2017), ainda persiste o lugar mais abaixo na hierarquia do mercado de trabalho. Diz ainda, marcando o protagonismo da mulher negra trabalhadora e explorada que “a luta é a companheira da mulher negra, sempre, desde seu nascimento” (PEREIRA, 1977).

O presente estudo demonstrou que a mulher negra não tinha representatividade e que Neusa foi uma das precursoras em trazer a tona os temas de raça e sexismo entrelaçados. Ainda, mostrou a nítida importância dada pelo jornal ao debate antirracista e feminista na disputa por espaço dentro do movimento negro e, assim, também

evidenciou que a luta pela igualdade racial e a resistência contra a ditadura eram convergentes.

Viu-se emergir durante a segunda metade da década de 1970 alguns periódicos voltados aos movimentos sociais, período em que a censura foi diminuída dada as críticas e a decadência do regime, tornando as mídias alternativas importantes para a formação política da classe trabalhadora. É no contexto do movimento estudantil, operário, de professores, jornalistas, sindicatos, de eclosão da luta negra no Brasil que o *Versus* foi criado e com uma seção chamada "Afro-Latino América", o periódico surge como um importante espaço para os escritores afro-brasileiros.

Neusa Maria era um desses escritores, uma mulher negra expressando do final da pirâmide da exploração a condição de raça e classe. Os trabalhos da escritora denunciavam a condição do negro, mostrava os contrastes existentes em sua realidade e, portanto, ela se tornou uma das pioneiras no assunto, principalmente quando trata da mulher negra e, assim, foi importante para que a luta do Movimento Negro e das mulheres negras não caísse no esquecimento.

Foi possível evidenciar, na presente pesquisa, que a luta do feminismo negro sempre foi muito mais difícil, pois o movimento feminista não está preparado para lutar pelas mulheres negras. O feminismo negro não expõe somente os problemas de raça ou de gênero, mas sim se discutem ambos os preconceitos. É necessária uma análise mais profunda quando se trata das necessidades das mulheres negras, pois é fundamental um conhecimento acerca do racismo e da história de dor e discriminação vivida em virtude da questão racial. E assim após compreendido esses aspectos raciais partir para a conjunção do gênero, conforme debatido no artigo "Pela mulher negra".

Neusa Maria Pereira trouxe uma autodeterminação política ao soltar sua voz e pleitear pelo seu espaço e representação, ela abriu portas e fez crescer um movimento em busca de igualdade. Na verdade o que impulsiona essa crença é acreditar que é possível criar uma sociedade civilizada e informada. A busca pela igualdade vai além do respeito, é uma busca de reconhecimento e de não aceitação de inferioridade.

Além de suas publicações no Versus, Neusa também participou da fundação do grupo de mulheres negras chamado "Fé Cega, Faca Amolada", hoje atua na "Afromídia" e, também, possui sua própria editora de nome Abayomi com publicações voltadas as mulheres residentes na periferia de São Paulo. Atuou em diferentes mídias de São Paulo e foi reconhecida inclusive com prêmios, o que evidencia sua importância em trabalhos contra a discriminação racial ainda nos dias de hoje.

Portanto, a literatura afro-brasileira de resistência surge em um período extremamente conservador. Neusa Maria Pereira e o Jornal Versus entram nesse contexto mostrando a importância da resistência, da denúncia e da atuação dos negros e do feminismo negro na sociedade.

Com essa pesquisa foi demonstrada que o debate do Feminismo Negro é muito mais delicado, pois trata de dois temas altamente problemáticos e ainda muito constantes na sociedade. A luta do sexo feminino é contra o sexismo, a violência e a imposição de papéis, contudo as mulheres negras além dessa luta, tem que enfrentar os padrões impostos por uma sociedade racista que descarta a mulher negra de qualquer papel, pois a tem uma visão apenas sexual, descartando-as até mesmo de serem "mulheres de família". Contraditoriamente, como mostramos com dados da Pnad dos últimos 20 anos, elas são mais numerosas em chefes de família que mulheres brancas,

porém, são as mais vulneráveis, negligenciadas e atacadas pela violenta insuficiência das políticas sociais.

O movimento das mulheres negras no país é muito ativo e necessário, pois apesar de algumas evoluções contra a discriminação a mulher negra ainda carrega a realidade vivida na época da escravidão. Esse trabalho ressaltou a trajetória dos negros no país e ainda evidenciou as discriminações de caráter sexual, social e racial que atinge principalmente as mulheres negras.

Por intermédio da nobre escritora Neusa Maria Pereira buscou-se compreender a realidade e o contexto histórico que acompanham até hoje as negras e demonstrou que essa luta por identidade, aceitação e direitos ainda não acabou. A busca constante por uma vida melhor se justifica pelo contexto histórico sendo a mudança do futuro o maior objetivo dessa classe tão injustiçada e rejeitada.

Por meio de políticas públicas e ações afirmativas é dever do Estado proporcionar uma relação igualitária a negros e brancos, homens e mulheres, é preciso diminuir com essas ações os anos de perda e inobservância dos direitos fundamentais. Infelizmente a sociedade é majoritariamente machista, racista e segregadora e desse modo a bandeira pela igualdade deve ser erguida, pois só assim será possível um avanço e a construção de novos conceitos.

Através das análises feitas nos escritos de Neusa e também sobre o estudo de sua história conclui-se que a razão dos seus textos era empoderar tanto os negros quanto as mulheres e principalmente as mulheres negras. A luta de Neusa nunca foi em vão, e sua performance como jornalista favoreceu os trabalhadores na luta de classes, além de

proporcionar à sociedade um olhar mais empático e crítico aos assuntos envolvendo desigualdades sociais, sexuais e raciais.

REFERÊNCIAS

ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca:** escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ALVES, Miriam. O discurso temerário. In: ALVES, Miriam; XAVIER, Arnaldo; CUTI [Luiz Silva] (Organizadores). **Criação crioula, nu elefante branco**. São Paulo: IMESP, 1987, p. 84.

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru: Edusc, 1998.

ANTÔNIO, Carlindo Fausto. **Cadernos Negros:** esboço de análise. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Departamento de Teoria Literária. Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária. Campinas: 2005.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Política, esquerda e imprensa alternativa no Brasil dos anos 70:** objetos e fontes históricas. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1999.

ARAUJO, Paulo Roberto. **1976, o ano em que o Rio de Janeiro descobriu que era "Black".** Publicado em: 03 out. 2017. Disponível em: <http://prensadebabel.com.br/index.php/2017/10/03/1976-o-ano-em-que-o-rio-de-janeiro-descobriu-que-era-black/>. Acesso em: 08 mai. 2018.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

AZEVEDO, Vilma Maria. **Os desafios para o empoderamento da mulher agricultora a partir do programa de aquisição de alimentos:** o caso de Barbacena-MG. Publicado em: 07 mai. 2013. Disponível em: <http://locus.ufv.br/bitstream/handle/12345678 9/4179/texto%20completo.pdf?sequence=1&i sAllowed=y>. Acesso em: 02 jun. 2018.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. 3ª edição. 1ª reimpressão. São Paulo: Ibrasa, 1972.

BAIRROS, Luiza. **A participação das mulheres negras nos espaços de poder**. 2013. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-acoes-afirmativas/a-participacao-das-mulheres-negras-nos-espacos-de-poder>. Acesso em: 13 mar. 2018.

BARROS FILHO, Omar L. de. **A imortalidade vence o esquecimento**. 2008. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_imortalidade_vence_o_esquecimento>. Acesso em: 13 mar. 2018.

BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Organizadores). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010.** Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: 1955, p. 211-222.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, volume I e II. Tradução de Sérgio Milliet. 4ª edição revisada e atualizada. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

BERND, Zilá (Organizadora). **Antologia da poesia afro-brasileira:** 150 anos de consciência- negra no Brasil. 4ª edição. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

BRASIL. Leis e Decretos. **Lei n° 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1993.

BUCCHIONI, Xenya. Caminhos cruzados: de Crisis (1973-1976) a Versus (1975-1979) - a América Latina em questão. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)**, vol. 5, n° 1, jan./jun. 2016.

CAMPOS, Andrelino de O. **Do quilombo à favela - A produção do "Espaço Criminalizado" no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **Minorias silenciadas**. São Paulo: EDUSP, 2002.

CARNEIRO, Sueli. Raça e etnia no contexto da conferência de Beijing. In: Werneck, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. **O livro da saúde das Mulheres negras:** nossos passos vêm de longe. 4ª edição. 2ª reimpressão. Rio de janeiro: Pallas; Criola, 2000.

CARNOY, M. **Faded dreams:** the politics and economics of race in America. New York: Cambridge University Press, 1994.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**: A era da informação econômica, sociedade e cultura. Vol. 2. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e terra, 1999.

CONCEIÇÃO, Sônia Fátima de. Ser negro, povo, gente: uma situação de urgência. In: CONCEIÇÃO, Sônia Fátima de. **Reflexões sobre a literatura afro-brasileira.** 4ª edição revisada e atualizada. 2ª reimpressão. São Paulo: Quilombhoje, 1982.

COSTA, Aline Alves. **Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo:** um Bildungsroman feminino e negro. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras. Faculdade de Letras. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2009.

COSTA, S. G. Movimentos feministas, feminismos. **Revista de Estudos Feministas,** Florianópolis, vol. 12, número especial, p. 23-36, set./dez. 2004.

COUTINHO, Carlos N. **Gramsci:** um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CRENSHAW, Kimberly. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. In: Painel 1 - Cruzamento Raça e Classe. 2012. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2018.

DATAFOLHA. **O racismo confrontado.** Publicado em: set. 1996. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2311200801.htm>. Acesso em: 08 mai. 2018.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contextos, 2005.

DOMINGUES, Petrônio J. **Uma história não contada:** negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

DORNELAS, C. C. **A discursivização do feminino e suas relações com a docência:** a análise de imagens em redes sociais. In: IV Colóquio Internacional da Análise do Discurso. São Carlos: USP, 2015.

DORNELAS, C. C.; ASSOLINI, F. E. P. A discursivização do feminino e suas relações com a docência: memória e atravessamentos discursivos. Ribeirão Preto, **Entremeios: Revista de Estudos do Discurso**, vol.12, jan.- jun./2016.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, vol. 17, n° 49, São Paulo, 2003.

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, nº 31, Brasília, jan.-jun. 2008, p. 11-23.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915-1963).** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: FFLCH/USP, 1981.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A Imprensa Negra Paulista (1915-1986)**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: FFLCH/USP 1986, p. 199- 202.

FERRARI, Rosana. **O Empoderamento da Mulher**. Publicado em: 07 mai. 2013. Disponível em: <http://www.fap.sc.gov.br/noticias/empoderamento.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2018.

FIGUEIREDO, Fernanda Rodrigues de. **A mulher negra nos Cadernos Negros:** autoria e representações. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de

Minas Gerais. Faculdade de Letras. Programa de Pós-graduação em Estudos Literários. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Literatura negra, literatura afro-brasileira: Como resolver a polêmica? In: SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré (Organizadores). **Literatura afro-brasileira.** Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 11- 38.

FOUCAULT, Michel. **L'Ordre du discours**. Tradução de Edmundo Cordeiro. Paris: Éditions Gallimard, 1971.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala.** 48º edição, Pernambuco: Global editora, 2003.

GARCIA, Dantielli Assumpção; SOUSA, Lucília Maria Abrahão e. A sororidade no ciberespaço: laços feministas em militância. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, vol. 44, nº 3, p. 991-1008, set.-dez. 2015.

GARRIDO, Mírian Cristina de Moura. Movimento Negro Unificado e Política: sobre a possibilidade de apreender militantes como protagonistas políticos (1978-1988). **Identidade!**, São Leopoldo, vol. 21, nº 1, p. 33-42, jan.-jun. 2016.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava:** Uma Introdução ao Estudo da Mulher Negra no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

GLASS, Ronald D. Entendendo raça e racismo: por uma educação racialmente crítica e antirracista. **Revista Brasileira de Est. pedag.,** Brasília, vol. 93, n. 235, p. 883-913, set./dez. 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Identidade e Corporeidades Negras:** Reflexões sobre uma experiência de formação de professores/as para a diversidade étnico-racial. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil:** uma breve discussão. 2005. Disponível em: < http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2018.

GONDOLA, Manuel Bernardo. **On-drop-rule a (regra de uma gota) (Elementos de Autocrítica)**. Publicado em: 03 set. 2017. Disponível em: < http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2017/09/on-drop-rule-a-regra-de-uma-gota-elementos-de-autocr%C3%ADtica.html>. Acesso em: 08 mai. 2018.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Trad. Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GROSSI, Miriam Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 12, número especial, p. 211- 221, dez. 2004.

HEINE, Palmira. Corpo e discursivização da mulher na revista jornal das moças da década de 50. Universidade Estadual de Feira de Santana, Vitória da Conquista, **REDISCO**, vol. 8, n. 2, p. 62-72, 2015.

HELLWIG, David K. L. J. (editor). **African-American Reflections on Brazil's Racial Paradise**. 3th edition. 1st reimpression. New Brunswick, Nova Jersey: Rutgers University Press, 1992.

HENGLER, Claudia Irene de Oliveira. **Quilombos urbanos:** a resistência cultural negra nas favelas de São Paulo. 2014. Disponível em:

<http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/educacao_foco/artigos/ano2014/quilombos_urbanos.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2018.

IANNI, Octavio. **Literatura e consciência**. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. Edição Comemorativa do Centenário da Abolição da Escravatura. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP,1998.

JOFFILY, Bernardo. **Isto é, Brasil 500 anos - Atlas Histórico**. São Paulo: Grupo de Comunicação Três S/A, 1999.

KOZOL, J. **Savage inequalities.** 3th edition. 1st reimpression. New York: The Crown, 1991.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários**. 4ª edição. São Paulo: Página Aberta, 1991.

LITERAFRO – Portal da Literatura Afro-brasileira. **Jamu Minka.** Faculdade de Letras - FALE. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Publicação em: 02 mar. 2018. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/285-jamu-minka>. Acesso em: 14 mar. 2018.

LOBO, Luiza. **Crítica sem juízo**. 4ª edição. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

MACEDO, Aroldo. Aroldo Macedo. In: RIBEIRO, Esmeralda (Organizadores). **Cadernos Negros:** três décadas – ensaios, poemas contos. 4ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo: Quilombhoje, 2008.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo:** A saga dos cães perdidos. 4ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo: Hacker, 2002.

MARQUES, José Geraldo**. Imprensa e resistência negra:** o projeto integracionista em discursos do Getulino. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas.

Instituto de Estudos da Linguagem. Programa de Pós-Graduação em Letras. Campinas: IEL/UNICAMP, 2008.

MARTINI, Méry Terezinha; SOUZA, Fernanda. **Mulher do século XXI:** conquistas e desafios do lar ao lar. Publicado em: fev. 2016. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Mary-Terezinha-Martini.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2018.

MATHIAS, Adélia. Caminho das águas: confluências entre literatura e religiões afro-brasileiras. **Revista Calundu**, vol. 1, n.1, jan.-jun. 2017.

MEDINA, Cremilda. **Notícia um produto à venda - jornalismo na sociedade urbana industrial**. 2ª edição revisada e atualizada. 1ª reimpressão. São Paulo: Summus, 1988.

MELO, José Marques de (Organizador). **Comunicação e classes subalternas**. 2ª edição revisada e atualizada. 1ª reimpressão. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

MILES, R. **Racism**. London: Routledge, 1989.

MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, Cecilia; GOMES, Márcia. (Organizadoras). **Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas**. Universidade Federal da Bahia. Salvador: NEIM/UFBA, 2000.

MOURA, Clóvis. **Imprensa negra - estudo crítico de Clóvis Moura – Edição Fac-Similar.** São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo: Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, 2002.

MOYSÉS, Sarita Maria Affonso. **Entre – tempos:** Alfabetização e escravidão. Tese (Doutorado). Docência em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 1992.

MRSP – Memorial da Resistência de São Paulo. **Entrevistados:** Neusa Maria Pereira. Publicado em: out. 2016. Disponível em: <http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/default.aspx?c=entrevistados&identrevistado=187&identrevista=149&mn=56>. Acesso em: 13 mar. 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem Conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** In: Cadernos PENESB. Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Niterói, Rio de Janeiro, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raca, racismo, identidade e etnia**. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2018.

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. In: Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, n° 10, dez. 1993, p. 07-28.

OLIVEIRA, Bárbara Maria de Jesus de. **Cadernos negros(contos):** fortalecendo negras raízes? Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação – Campus II - Alagoinhas/Bahia. Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. Alagoinhas: UFBA, 2014.

OLIVEIRA, Bárbara Maria de Jesus de. **Representação identitária nos contos dos cadernos negros:** valorização da auto-estima negra? Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Salvador: UNEB, 2010. Disponível em: <

http://www.editorarealize.com.br/revistas/enlije/trabalhos/964604b66a3b359cd8c9c4b79ee9fd46_150_389_.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2017.

OLIVEIRA, Rosa Meire Carvalho de. **Cyberfeminismo x feminismo:** O que as mulheres fizeram com os blogs da web? In: Gênero, cibercultura e novas tecnologias de comunicação digital: reforçando ou desconstruindo preconceitos?, ST 36, Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2016.

OLIVEIRA, Niltania Brito; SANTOS, Arlete Ramos dos. **O conceito de raça e racismo com base na construção histórico social.** 2015. Disponível em: <http://nead.uesc.br/jornaped/anais_2015/educacao_diversidade_inclusao/O_CONCEITO_DE_RACA_E_RACISMO_COM_BASE_NA_CONSTRUCAO_HISTORICO_SOCIAL.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2018.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de; RIOS, Flavia. Consciência negra e socialismo: mobilização racial e redes socialistas na trajetória de Hamilton Cardoso (1953-1999). **Contemporânea**, vol. 4, n° 2, jul./dez. 2014, p. 507-530.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura.** 4ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo: Cortes; Campinas: Editora da Unicamp, 1988. p. 56.

PALMEIRA, Francineide Santos. **Poesia e memória na produção feminina nos cadernos negros**. Disponível em: <http://www.inventario.ufba.br/07/PoesiaEMemoria.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2018.

PASSOS, Walter. **Maldição de Caim:** Mentiras para Escravizar e Explorar o Povo Preto. 2008. Disponível em: <http://cnncba.blogspot.com.br/2008/03>. Acesso em: 08 mai. 2018.

PEREIRA, Neusa Maria. **Apresentação de Neusa Maria Pereira**. De olho no preconceito. Publicado em: 11 fev. 2013. Disponível em: <http://deolhonopreconceito.blogspot.com.br/2013/02/apresentacao-de-neusa-maria-pereira.html>. Acesso em: 13 mar. 2018.

PEREIRA, Neusa Maria. **Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a ditadura civil-militar**. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Desirée Azevedo em 13/10/2016.

PEREIRA, Neusa Maria. **Cadernos Negros 2**. São Paulo: Edição dos autores, 1979, p. 77.

PEREIRA, Neusa Maria. **O afro latino america que vive em mim**. Disponível em: < http://www.marcosfaerman.jor.br/8_NeusaPereira_TX.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2018.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura à tinta preta - a imprensa negra no século XIX (1833-1899)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2006.

PIRES, Mara Fernanda Chiari. **Docentes negros na universidade pública brasileira:** docência e pesquisa como resistência e luta. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas: UNICAMP, 2014.

RIBEIRO, Esmeralda; BARBOSA, Márcio. (Organizadores). **Cadernos Negros:** três décadas: ensaios, poemas, contos. 4ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo: Quilombhoje: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2008. p. 19-39.

RIBEIRO, Tamires Almeida; FRANÇA, Fabiane Freire. **Simone de Beauvoir e o movimento feminista:** contribuições à Educação. In: Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina. GT6 – Questões de Gênero na Educação Científica. Londrina: UEL, 2014.

ROCHA, Luiz Carlos da Paixão. **Políticas afirmativas e educação:** a lei 10639/03 no contexto das políticas educacionais no brasil contemporâneo. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação e Trabalho. Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2006.

ROSA, Isabel Cristina Clavelin da. Imprensa Negra: descobertas para o Jornalismo brasileiro. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, vol. 11, nº 1, jul./dez. 2014.

SANTOS, Rafael Barros dos. **Contos Afro-brasileiros:** uma proposta pedagógica com a literatura no ensino fundamental II. Dissertação (Mestrado). Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus V. Programa de Pós-Graduação. Santo Antônio de Jesus: UFBA, 2015.

SANTOS, Renato Emerson (Org.). As questões étnico-raciais no contexto da segregação socioespacial na produção do espaço urbano brasileiro: Algumas considerações teórico metodológicas. In: SANTOS, Renato Emerson (Org). **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis: RJ Detalli, 2012.

SANTOS, Thais Vital dos. **Discussão das relações raciais no jornalismo:** um estudo sobre a atuação e formação dos jornalistas da Cojira-PB. Monografia (Graduação). Curso de Comunicação Social. Departamento de Jornalismo. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2015, 85 p.

SARTRE, Jean-Paul. **Reflexões sobre o racismo.** 5ª edição revisada e atualizada. 3ª reimpressão. São Paulo: Difusora Europeia do Livro/Ed. da Universidade de São Paulo, 1968.

SCHWARCZ, Lilia Monitz. **O Espetáculo das Raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. 3ª edição revisada e atualizada. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SILVA, Josiane Emilia da. Enfrentando lutas, superando desafios: ganhos e conquistas das mulheres brasileiras no século XX. **Interdisciplinar: Revista Eletrônica da Univar**, nº 7, p. 58–61, 2012.

SILVA, Rosemere Ferreira da. Severo D'Acelino e a produção textual afro-brasileira. **Revista África e Africanidades**, ano I, n. 1, mai. 2008.

SILVA JUNIOR, Hédio. Depoimento. In: ALBERTI, Verena; PEREIRA, Almicar. **Histórias do Movimento Negro no Brasil:** depoimentos ao CPDOC. 4ª edição. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Pallas, 2007. p. 69.

SILVÉRIO, Valter Roberto; TRINIDAD, Cristina Teodoro. Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no brasil contemporâneo? **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 33, n. 120, p. 891-914, jul.-set. 2012.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros:** Identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 4ª edição. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOUZA, Florentina da Silva. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**. 4ª edição revisada e atualizada. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 72.

SOUZA, Florentina da Silva. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**. 3ª edição revisada e atualizada. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VAISMAN, Ester. Althusser: ideologia e aparelhos de estado – velhas e novas questões. **Projeto História**, São Paulo, n° 33, p. 247-269, dez. 2006.

VAN DIJK, Teun A. **Racismo y análisis crítico de los medios**. 1ª edición. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1997.

WETHERELL, M.; POTTER, J. **Mapping the language of racism**. New York: Columbia University Press, 1992.